



Relatório Anual de Atividades 2010





Agradecemos ao associado Euber dos Santos Melo por gentilmente ceder a fotografia “Brincadeiras e Valores”, concorrente do Concurso Cultural FUNCEF 2010, para a capa deste relatório.



**RELATÓRIO
ANUAL DE
ATIVIDADES
2010**

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Alberto Caser
DIRETOR PRESIDENTE

Demóstenes Marques
DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Carlos Borges
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES
SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS

Antônio Braulio de Carvalho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO
E CONTROLADORIA

Renata Marotta
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

José Carlos Alonso Gonçalves
DIRETOR DE BENEFÍCIOS

CONSELHO DELIBERATIVO

Marcos Roberto Vasconcelos
PRESIDENTE

Raphael Rezende Neto, Esteves Pedro Colnago Júnior,
Fabiana Cristina Meneguele Matheus, José Miguel Correia
e Olívio Gomes

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro de Oliveira Leite
PRESIDENTE

Antoci Neto de Almeida, Fábio Lenza e
Josemir Manguiera Assis

SECRETÁRIO-GERAL

Geraldo Aparecido da Silva

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Valéria Fazzura

JORNALISTAS

Arlinda Carvalho, Carolina Boueri, Milena de Macedo e
Najara Benfica Vieira

ANALISTAS DE COMUNICAÇÃO

Brenno Luiz Carvalho de Castro e Filipe Pataro

ASSISTENTE

Denise Reis, Karine Rodrigues e Mário Henrique da Silva
Figueiredo

COLABORADORES

Kleverson Barreto e Rafael Cairo T. Curado

PROJETO GRÁFICO

Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

i-Comunicação

PARTICIPARAM DA GESTÃO NO EXERCÍCIO 2010

Guilherme Narciso de Lacerda
DIRETOR-PRESIDENTE
01.01.2010 a 04.07.2010
11.10.2010 a 31.12.2010

Sérgio Francisco da Silva
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
01.01.2010 a 26.04.2010

Carlos Alberto Caser
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
01.01.2010 a 31.05.2010
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
01.05.2010 a 31.05.2010
DIRETOR-PRESIDENTE
05.07.2010 a 10.10.2010

Luiz Philippe Peres Torelly
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES
SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
01.01.2010 a 01.12.2010

Esta é uma publicação anual, produzida pela FUNCEF em
atenção à exigência legal da Secretaria de Previdência
Complementar (atual PREVIC).



SCN, qd. 2, bl. A, 12º e 13º andares, Ed. Corporate Financial
Center, CEP. 70712-900, Brasília-DF
Central de Atendimento: 0800 706 9000
Telefone geral: (61) 3329-1700
www.FUNCEF.com.br

APRESENTAÇÃO

SUA FUNDAÇÃO MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

O Relatório Anual de Atividades 2010 é uma prestação de contas em que são relatadas as ações, investimentos, despesas e pareceres relativos ao exercício. Entre as conquistas destacadas nesse relatório estão o balanço positivo em que o patrimônio se aproximou dos R\$ 45 bilhões e a rentabilidade chegou a 16,84%, o reajuste real nos benefícios saldados que atingiu cerca de 30% (no período 2006-2011), o alcance da marca de 93% de adesão, ou seja, mais de 111 mil associados, e o recadastramento dos aposentados e pensionistas.

Pelo segundo ano consecutivo, a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC) aprovou o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da FUNCEF e, por isso, a Fundação foi dispensada da obrigatoriedade de imprimir esse relatório e enviá-lo a todos os participantes.

A medida, além de trazer economia para a Fundação e ser favorável ao meio ambiente, está em conformidade com a Recomendação CGPC nº 1, de 28 de abril de 2008, e da Instrução MPS/SPC nº 32, de 4 de setembro de 2009.

MISSÃO

Administrar, com excelência, planos de previdência complementar para promover a qualidade de vida dos participantes e contribuir para o desenvolvimento do País.

VISÃO

Ser reconhecida pelo alto grau de satisfação dos integrantes dos planos de benefícios.

VALORES

Transparência
Ética
Democracia
Equidade
Profissionalismo

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

EQUILÍBRIO E SUPERAÇÃO MARCAM 2010

O ano de 2010 foi de avanços e superação de desafios. Mais uma vez, a FUNCEF apresenta resultado positivo, no exercício de 2010, aos seus mais de 113 mil participantes ativos, aposentados e pensionistas. Os números são reflexo de uma gestão focada na responsabilidade e no comprometimento em manter o equilíbrio do patrimônio dos planos de benefícios. A rentabilidade da Fundação foi de 16,84%, 4,52 pontos percentuais acima da meta atuarial de 12,32% (INPC + 5,5%) e ficou consolidada bem acima da média do conjunto dos fundos de pensão.

A FUNCEF encerrou o ano com patrimônio total de R\$ 43,8 bilhões, 12,66% a mais em relação a 2009, cujo ativo total era de R\$ 38,8 bilhões. Entre 2002 e 2011, o patrimônio cresceu significativamente e passou de R\$ 9,7 bilhões para perto de R\$ 45 bilhões.

O bom desempenho dos investimentos da FUNCEF em 2010 possibilitou reajustar 2,33% acima da inflação os benefícios dos aposentados, pensionistas e participantes ativos vinculados ao REG/REPLAN - modalidade saldada. Além disso, permitiu um superávit consolidado de R\$ 460,7 milhões.

Há um esforço conjunto para buscar a reposição de perdas dos aposentados e pensionistas da FUNCEF causadas por oito anos de congelamento de salários do governo FHC. Nos últimos anos, o aumento real dos benefícios saldados foi cerca de 30%. Ainda há muito trabalho pela frente, mas o importante é que estamos seguindo no caminho certo.

Foram tomadas medidas de prudenciais como a constituição do fundo para redução de taxa de juros com recursos de aproximadamente R\$ 554,7 milhões, medida fundamental para suportar a tendência de redução das taxas de juros do Brasil nos próximos anos.

Para atender a uma demanda dos integrantes dos planos, a FUNCEF contará com uma Ouvidoria para receber sugestões, elogios e reclamações. A instituição do órgão foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em outubro de 2010 e se configura como mais um avanço na história da Fundação, contribuindo para aumentar a transparência e a eficiência da administração. A Ouvidoria será um canal a mais de comunicação com os participantes, que já contam com a presença de representantes eleitos na Diretoria Executiva e nos conselhos Deliberativo e Fiscal, além dos comitês de Ética, Benefícios, Investimentos e Auditoria.

No decorrer desse relatório, os associados poderão acompanhar de perto os rumos da sua Fundação. Verão, entre outras iniciativas, investimentos feitos em empreendimentos e infraestrutura e ações voltadas à educação financeira e previdenciária e à pró-equidade de gênero e diversidade.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESPONSABILIDADE SOCIOEMPRESARIAL PARA GARANTIR O SUCESSO E A PERENIDADE DA FUNDAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, a FUNCEF evoluiu para um nível avançado de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, adotando um modelo de gestão comprometida com a transparência, a equidade, a legalidade e a responsabilidade social. Enquanto órgão decisório máximo da Fundação, este Conselho Deliberativo tem aprovado medidas que visam consolidar tais valores na Instituição.

Na contínua busca pela sustentabilidade e perenidade, nós, Conselheiros, visando dar caráter formal a princípios e diretrizes que já norteiam a atuação da FUNCEF como organização socialmente responsável e sustentável, aprovamos, em abril de 2010, a Política de Responsabilidade Socioempresarial da Fundação. Tal política estabelece como princípios de atuação a responsabilidade, a iniciativa, a legalidade, a ética, o desenvolvimento humano, a parceria, a transparência, a sustentabilidade e a cidadania. O exercício da responsabilidade socioempresarial deve estar presente em todas as suas áreas e na atuação de todos os seus profissionais.

Em consonância com uma das principais diretrizes da Política de Responsabilidade Socioempresarial, “promover diálogo permanente com seus participantes, aposentados e pensionistas, respondendo com exatidão e tempestividade aos questionamentos por eles apresentados”, aprovamos, em outubro de 2010, a criação da Ouvidoria da FUNCEF, órgão diretamente vinculado a este Conselho Deliberativo e que terá como principal atribuição o recebimento de sugestões e reclamações relativas a procedimentos, serviços prestados e operações realizadas pela Fundação. A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, sigilo, imparcialidade, boa-fé e probidade. Estamos certos de que a instalação da Ouvidoria promoverá maior aproximação entre a FUNCEF e seus participantes, aposentados e pensionistas, por meio de uma comunicação acessível e direta, bem como da melhor identificação de suas necessidades. O Ouvidor será responsável por propor, à alta administração, medidas corretivas para otimização de processos em decorrência da avaliação das sugestões recebidas.

Também em decorrência da nova Política de Responsabilidade Socioempresarial, nós, Conselheiros, quando da revisão da Política de Investimentos da FUNCEF para o ano de 2011, aprovamos a incorporação de questões ambientais e sociais nas análises de investimentos, bem como nas práticas de acompanhamento dos ativos de investimentos.

Vivemos um momento de crescente consciência das organizações sobre a importância de estarem comprometidas com o desenvolvimento de padrão elevado de transparência e ética, valores que devem permear todos os aspectos da gestão empresarial. Alcançar níveis elevados de responsabilidade empresarial é um passo que diz respeito ao sucesso e à perenidade das organizações. Vislumbramos para o ano de 2011 a continuidade na adoção das estratégias que vêm conferindo aos planos de benefício da FUNCEF a solidez necessária para garantir a qualidade de vida futura de seus participantes e a manutenção de sua condição de importante investidor institucional de longo prazo do mercado.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

A FUNCEF É REFERÊNCIA EM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em 2010, o Conselho Fiscal atuou de forma a aperfeiçoar a sua rotina, chegando inclusive a determinar prazos para o cumprimento de expedição de documentos. O colegiado também teve atuação junto às áreas da FUNCEF, sempre buscando clarificar todas as ações efetuadas pelas Diretorias da FUNCEF, além de solicitar e sugerir esclarecimentos das Auditorias Internas e Externas quanto ao enquadramento da Fundação na Legislação Vigente.

O Conselho Fiscal percebe a FUNCEF como referência no cenário brasileiro quando se fala em Previdência Complementar Fechada. No entanto, faz-se necessário aprimorar os nossos sistemas corporativos para continuar sendo bom exemplo para os outros Fundos de Pensão.

Observamos claramente que a FUNCEF tem conseguido bons resultados, superando inclusive a meta atuarial, todavia, isso é um fio de navalha. É preciso ter consciência de que não vai ser tão fácil continuar com folga no cumprimento da meta atuarial; já é realidade a concorrência de Fundos de Pensão de outros países que estão chegando fortemente aqui no Brasil para fazer investimentos, e isso torna mais complexa a administração de um fundo de pensão.

Entendemos que a FUNCEF tem procurado se aproximar cada vez mais dos seus participantes. Ainda assim, é necessário buscar uma linguagem cada vez mais clara para o seu público. Quanto aos avanços, é necessário reconhecer e aplaudir, pois aconteceram importantes conquistas, desde a otimização do atendimento até a criação da Ouvidoria.

Para 2011, o Conselho Fiscal deve se aproximar cada vez mais das áreas da FUNCEF, buscando a melhoria da qualificação dos conselheiros fiscais e atuar de forma proativa na otimização da governança corporativa.

Sumário

05 | APRESENTAÇÃO

06 | MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

07 | MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

08 | MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

10 | PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA FUNCEF EM 2010

30 | CUSTEIO E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

34 | RELATÓRIOS RESUMO

57 | BALANÇO 2010

70 | NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

119 | PARECERES ATUARIAIS

157 | ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO E NO ESTATUTO

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA FUNCEF EM 2010

Veja os investimentos realizados em hotelaria, infraestrutura, empreendimentos imobiliários, fundos e empresas. Confira também o andamento das ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária e do Programa Pró-equidade de Gênero da Fundação. A equipe da FUNCEF esteve presente mais uma vez no Simpósio Nacional dos Economiários Aposentados e Pensionistas da CAIXA e nos Jogos nacionais dos empregados da CAIXA, organizado pela FENAE. Confira!

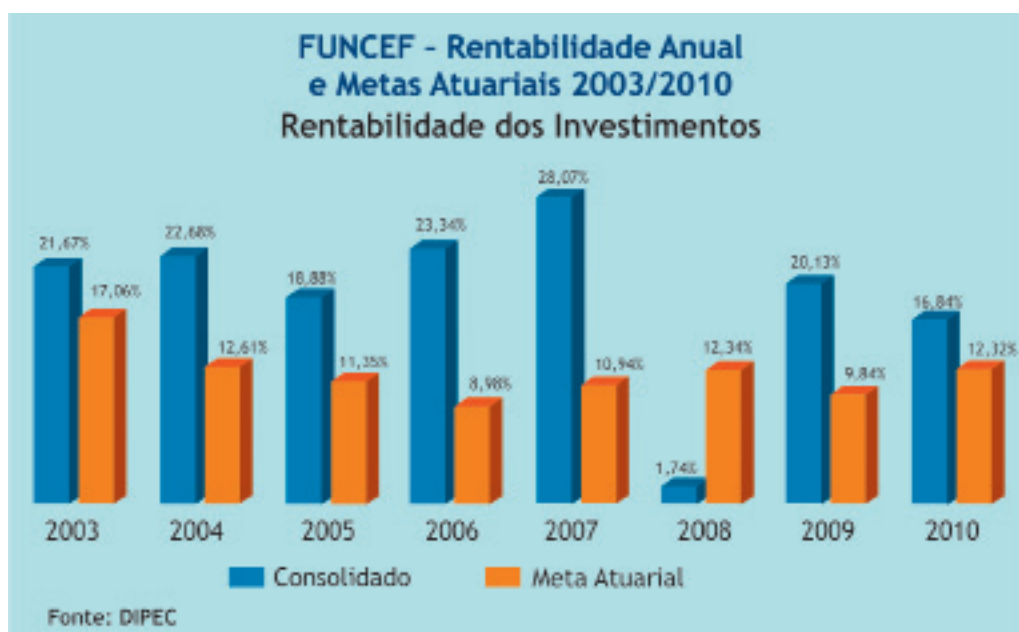
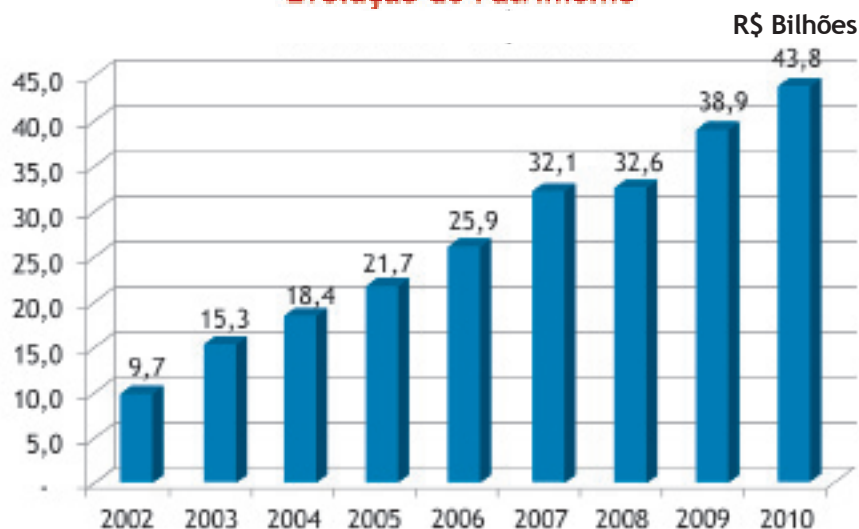
RESULTADOS E RENTABILIDADE EM ALTA

Patrimônio acumulado de R\$ 43,8 bilhões e rentabilidade de 16,84%

As Demonstrações Contábeis da FUNCEF no exercício 2010 foram validadas entre janeiro e março de 2011 pelos colegiados da Fundação (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva). O resultado também foi auditado por auditorias independentes.

A rentabilidade consolidada da FUNCEF, que ficou bem acima da média do conjunto dos fundos de pensão, foi de 16,84%, 4,52 pontos percentuais acima da meta atuarial de 12,32% (INPC + 5,5%). A FUNCEF encerrou o ano com patrimônio total de R\$ 43,8 bilhões, 12,66% com relação a 2009, cujo ativo total era de R\$ 38,8 bilhões. Entre 2002 e 2011 o patrimônio cresceu significativamente e passou de R\$ 9,7 bilhões para perto de R\$ 45 bilhões.

Evolução do Patrimônio



O superávit consolidado foi de R\$ 460 milhões (considerando os valores destinados ao fundo para ajuste futuro da taxa de juros, no montante de R\$ 554,7 milhões, o resultado é de cerca de R\$ 1 bilhão), sendo R\$ 242,3 milhões para o REG/REPLAN, modalidade saldada, R\$ 144,2 milhões para o REG/REPLAN, modalidade não saldada e R\$ 75,9 milhões para o REB. O Novo Plano apresentou déficit de R\$ 1,7 milhão por não ter atingido a meta atuarial e por provisionamentos contingenciais.

REAJUSTE REAL DOS BENEFÍCIOS SALDADOS FOI DE 2,33%

Nos últimos cinco anos, o aumento somou cerca de 30%. O reajuste total superou 65%

O bom desempenho dos investimentos da FUNCEF em 2010 possibilitou reajustar 2,33% acima da inflação os benefícios dos aposentados, pensionistas e participantes ativos vinculados ao REG/REPLAN - modalidade saldada. Além disso, permitiu um superávit consolidado de R\$ 460,7 milhões. O percentual foi aprovado na quarta-feira (30/3/11) durante reunião do Conselho Deliberativo realizada na sede da Fundação, em Brasília.

Há um esforço conjunto para buscar a reposição de perdas dos aposentados e pensionistas da FUNCEF causadas por oito anos de congelamento de salários do governo FHC. Nos últimos anos, o aumento real dos benefícios saldados foi cerca de 30%. Ainda há muito trabalho pela frente, mas o importante é que estamos seguindo no caminho certo.

Saiba Mais

Fundo de Revisão de Benefícios Saldados - Pelo Regulamento do REG/REPLAN, o Fundo de Revisão de Benefícios é formado por parte do resultado financeiro anual que exceder a meta atuarial. Ainda segundo a norma, o benefício saldado será revisto quando o montante do Fundo for igual ou superior a 1% das reservas matemáticas do plano. As provisões desse Fundo buscam permitir manter o poder aquisitivo dos benefícios e corrigir distorções antigas, a exemplo das perdas salariais que os aposentados vêm sofrendo desde a década de 90.

Carteiras - Os investimentos tiveram rentabilidade positiva com resultado que bateu a casa dos R\$ 6 bilhões. A *performance* da Invepar e da Vale contribuíram para a alavancagem do segmento de Renda Variável, que alcançou 22,37%. A carteira imobiliária fechou o ano com rentabilidade de 19,26%, mais uma vez superando todas as expectativas.

Na renda fixa, que obteve retorno de 14,24%, o resultado positivo foi consequência do alongamento da carteira com aquisição de títulos públicos indexados à inflação e da gestão desses ativos em carteira própria. A carteira de empréstimos e financiamentos obteve retorno de 15% no ano passado.

Prudência - Como medidas prudenciais, houve a constituição do fundo para redução de taxa de juros com recursos da ordem de aproximadamente R\$ 554,7 milhões, sendo R\$ 501,5 milhões para o REG/REPLAN, modalidade saldada, R\$ 45,7 milhões para o REG/REPLAN, modalidade não saldada, e R\$ 7,5 milhões para o REB. Não foi constituído fundo de ajuste da taxa de juros para o Novo Plano. Esses recursos são fundamentais para acompanhar a tendência de redução das taxas de juros do Brasil nos próximos anos.

Veja a composição do fundo

Plano	Fundo para Ajuste de Taxa de Juros (R\$ milhões)
REG/REPLAN saldado	R\$ 501,5
REG/REPLAN não saldado	R\$ 45,7
REB	R\$ 7,5
Novo Plano	-
Total	R\$ 554,7

SUPERÁVIT DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

REG/REPLAN - modalidade saldada - Com rentabilidade de 17,28% em 2010, o superávit acumulado do plano é de R\$ 242,3 milhões. Conta com R\$ 759,5 milhões no Fundo de Revisão de Benefícios e com R\$ 501,5 milhões no Fundo para Ajuste de Taxa de Juros. Integram este plano 58.775 participantes e assistidos.

REG/REPLAN - modalidade não saldada - O plano, que conta com 6.159 participantes e assistidos, fechou 2010 com rentabilidade de 16,61% e superávit acumulado de R\$ 144,2 milhões. O Fundo para Ajuste de Taxa de Juros tem uma reserva de R\$ 45,71 milhões.

REB - Esse plano fechou o ano com rentabilidade consolidada de 15,26% e superávit acumulado de R\$ 75,9 milhões. Conta com 10.351 participantes e assistidos e uma reserva de R\$ 7,55 milhões no Fundo para Ajuste de Taxa de Juros.

Novo Plano - Com rentabilidade de 11,5%, o Novo Plano apresenta déficit acumulado de R\$ 1,7 milhão. Esse valor representa apenas 0,07% do patrimônio do Novo Plano, que é de R\$ 2,4 bilhões. O desempenho de 2010 deve-se, principalmente, aos resultados dos investimentos que não superaram a meta atuarial e à necessidade de provisionamento de valores para o passivo contingencial.

Uma importante diferença do Novo Plano em relação aos demais planos de benefícios da FUNCEF é que ele teve início em setembro de 2006, em um período de taxas de juros baixas, e sem nenhum patrimônio anterior. Uma boa comparação é com o REG/REPLAN, que conta com mais de trinta anos de acumulação de recursos. Já os investimentos do Novo Plano, por serem mais recentes, precisam de maior tempo de maturação para alcançar a rentabilidade desejada.

Plano	Superávit ou déficit acumulado
REG/REPLAN saldado	R\$ 242,3 milhões
REG/REPLAN não saldado	R\$ 144,2 milhões
REB	R\$ 75,9 milhões
Novo Plano	- 1,72 milhão*
Total	R\$ 460,7 milhões

*O patrimônio do Novo Plano é de R\$ 2,4 bilhões

Despesas administrativas - Foram orçados para o exercício 2010, R\$ 104,5 milhões e utilizados R\$ 100,8 milhões. Essa redução de R\$ 3,7 milhões (3,54%) se deu em razão de diversos fatores, tais como, a diminuição de custos com telefonia, dispensa da impressão do Relatório Anual de Atividades 2009, em função da aprovação, pela PREVIC, do Programa de Educação Financeira e Previdenciária da FUNCEF, reavaliação estratégica de serviços e contratos ao longo do ano passado e os treinamentos ministrados pelos próprios empregados da Fundação (Projeto Multiplicadores) em substituição à contratação de terceirizados.

Em relação a 2009, as despesas administrativas cresceram, principalmente, pelo impacto da inflação nos contratos de serviços de terceiros e pessoal próprio, a criação da taxa de fiscalização e controle da previdência complementar (TAFIC) e a provisão para perdas de valores a recuperar relativos à incidência de PIS e COFINS sobre a reversão de fundo administrativo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010

A atuação da equipe de analistas de investimentos da FUNCEF, liderada pelo diretor de Investimentos Demóstenes Marques, no que diz respeito à alocação dos recursos administrados pela Fundação, foi bastante eficiente e permitiu que os limites da Política de Investimentos de 2010 fossem obedecidos (veja quadro), ou seja, não sofressem desenquadramentos ao longo do ano.

A Política de Investimentos constitui o mais importante instrumento da Fundação para o gerenciamento dos ativos dos planos de benefícios, em face dos passivos previdenciais, sendo a norteadora de todas as demais decisões de macro e microalocação dos recursos de investimentos administrados pela FUNCEF, seguindo os princípios de responsabilidade socioambiental.

Em razão das mudanças exigidas pela Resolução CMN nº 3.792/2009, que substitui a Resolução CMN nº 3.456/2007, foram necessárias alterações na forma de enquadrar as novas aplicações dos investimentos nas carteiras. A análise do cenário macroeconômico promoveu diminuição da meta de alocação em renda variável, mas mesmo assim será possível manter e até ampliar a alocação em ativos com essa característica, uma vez que partes dos investimentos que eram classificados nessa categoria pela resolução anterior agora serão enquadrados em um novo segmento, denominado “investimentos estruturados”.

Houve ainda aumento do centro da meta de alocação da carteira imobiliária, que teve sua participação relativa ampliada em função da redução da carteira de renda variável em 2008 (apesar de sua forte recuperação até dezembro de 2009). O limite máximo de 8%, permitido na carteira imobiliária, foi mantido, em todos os planos, de acordo com a atual realidade deste segmento. No segmento Operações com Participantes, foram ampliadas as metas de alocação para os planos REB e Novo Plano.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010

LIMITES POLÍTICA 2010					REALIZADO
PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX	Dez/2010
REG/REPLAN	Renda Fixa	45,3%	49,2%	70,0%	45,4%
	Renda Variável	25,4%	31,8%	50,0%	36,7%
	Investimentos Estruturados	5,0%	9,0%	15,0%	7,3%
	Investimento Exterior	0,0%	0,0%	2,0%	0,0%
	Investimentos Imobiliários	5,0%	6,0%	8,0%	7,5%
	Operações com Participantes	0,0%	4,0%	8,0%	3,1%
PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX	Dez/2010
REB	Renda Fixa	35,2%	40,2%	65,0%	45,7%
	Renda Variável	20,0%	31,8%	50,0%	30,2%
	Investimentos Estruturados	5,0%	10,0%	15,0%	6,5%
	Investimento Exterior	0,0%	0,0%	2,0%	0,0%
	Investimentos Imobiliários	3,0%	5,0%	8,0%	4,5%
	Operações com Participantes	0,0%	13,0%	14,5%	13,2%
PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX	Dez/2010
NOVO PLANO	Renda Fixa	35,2%	41,4%	70,0%	52,2%
	Renda Variável	19,0%	30,6%	50,8%	30,4%
	Investimentos Estruturados	2,5%	10,0%	15,0%	3,3%
	Investimento Exterior	0,0%	0,0%	2,0%	0,0%
	Investimentos Imobiliários	0,0%	5,0%	8,0%	1,4%
	Operações com Participantes	0,0%	13,0%	14,5%	12,8%
PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX	Dez/2010
PGA	Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Olhar para o futuro: Política de investimentos 2011

O Conselho Deliberativo aprovou, em reunião realizada em 29/12/10, as Políticas de Investimentos para o exercício de 2011 para os planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano e para o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

As premissas utilizadas para macroalocação contemplam a situação atual do mercado, tanto no que diz respeito à renda fixa e à renda variável, quanto aos demais segmentos de investimentos previstos na legislação. Destaque-se que o atingimento das metas está condicionado ao comportamento do mercado global, mas há expectativa de arrefecimento nos preços, o que deve melhorar a *performance* da Bolsa, das companhias de consumo, de *commodities* etc.

ALM - Para a elaboração da Política de Investimentos, a FUNCEF utilizou, pela primeira vez, um modelo próprio de Asset and Liability Management - ALM estocástico - para determinação das metas de macroalocação dos planos de benefícios. Anteriormente, a FUNCEF utilizava modelo próprio de ALM, porém, determinístico.

ALM é a atividade de modelagem da melhor distribuição possível dos investimentos dos recursos garantidores dos planos de benefícios, levando em consideração os retornos esperados e os riscos de cada segmento dos investimentos, mas, principalmente, respeitando os compromissos atuariais dos planos, representados pelos benefícios já concedidos e as projeções dos benefícios a conceder.

Para a macroalocação de 2011, as premissas para retorno e risco utilizadas no modelo ALM foram obtidas por meio de construção coletiva de um grupo multidisciplinar, formado por representantes das Diretorias de Investimentos, de Controladoria e Planejamento, de Participações Societárias e Imobiliárias e de Benefícios.

Os estudos desenvolvidos pela FUNCEF para a construção da Política de Investimento de 2011 contemplam previsões para evolução dos ativos para os próximos trinta anos. Foram otimizadas mil carteiras, cada uma delas simulada duas mil vezes, utilizando cenários sorteados aleatoriamente dentre 20 mil cenários gerados com base em projeções macroeconômicas que contemplam previsões que variam de otimistas a pessimistas para a economia brasileira e mundial.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011

LIMITES POLÍTICA 2011

PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX
REG/REPLAN	Renda Fixa	40,0%	46,0%	60,0%
	Renda Variável	20,0%	32,0%	45,0%
	Investimentos Estruturados	6,0%	11,0%	15,0%
	Investimento Exterior	0,0%	0,0%	2,0%
	Investimentos Imobiliários	5,0%	7,5%	8,0%
	Operações com Participantes	0,0%	3,5%	7,0%
PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX
REB	Renda Fixa	35,0%	38,0%	55,0%
	Renda Variável	15,0%	32,0%	40,0%
	Investimentos Estruturados	6,0%	10,0%	19,0%
	Investimento Exterior	0,0%	0,0%	2,0%
	Investimentos Imobiliários	3,5%	6,0%	8,0%
	Operações com Participantes	0,0%	14,0%	15,0%
PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX
NOVO PLANO	Renda Fixa	30,0%	41,0%	60,0%
	Renda Variável	20,0%	32,0%	45,0%
	Investimentos Estruturados	2,0%	10,0%	17,0%
	Investimento Exterior	0,0%	0,0%	2,0%
	Investimentos Imobiliários	1,0%	4,0%	8,0%
	Operações com Participantes	0,0%	13,0%	15,0%
PLANO	SEGMENTO	MÍN	META	MAX
PGA	Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%

Estratégias de investimentos para todos os planos em 2011

Renda Fixa:

Crédito Privado

- Ampliar a carteira de crédito de R\$ 1,5 bilhão para aproximadamente R\$ 2 bilhões;
- Continuar investindo em ativos indexados ao IPCA;
- Ativos: CCB, Debêntures, FIDC, Fundos Exclusivos de Crédito Privado.

Gestão Terceirizada (Fundos de Renda Fixa)

- Reduzir exposição a juros migrando para fundos atrelados a índices de preços. Gestão Própria (Títulos públicos federais);
- Manter posição, utilizar o fluxo de recebíveis para complementar recursos para investimento em outros segmentos.

Renda Variável:

Carteira de Retorno Absoluto

- Não será possível ampliar a posição de acordo com sugestão do modelo, ampliação será gradativa.

Carteira de Ações a Mercado

- Continuar o processo de diversificação da carteira terceirizada como forma de reduzir a correlação com os índices de mercado;
- Aumento gradual da exposição nos Planos NOVO PLANO e REB.

Investimentos Estruturados:

- Priorizar projetos de infraestrutura, com foco em energia, transportes, logística, infraestrutura industrial, setor de óleo, gás e petróleo, serviços e tecnologia da informação.
- Manutenção da estratégia de aquisição de participações societárias em empresas médias com bom potencial de crescimento, algumas atuando em setores não disponíveis na bolsa de valores.

Investimentos no Exterior:

- A exemplo do exercício passado, não foi estabelecida uma meta para investimentos nesse segmento.
- Em que pese a FUNCEF ter mantido contatos com gestores internacionais e participado de eventos sobre investimentos ocorridos no exterior, consideramos que os cenários macroeconômicos internacionais apresentam muitas incertezas para configurar o momento adequado para que a Fundação inicie suas operações nesse segmento.

Investimentos Imobiliários:

- O percentual de investimento no segmento de imóveis, no ano de 2011, estará próximo ao limite de oito por cento, estabelecido na Resolução CMN nº 3.792, o que restringirá novos investimentos diretos no segmento.
- A limitação aos investimentos diretos, no segmento de imóveis, não indica uma restrição aos investimentos no setor imobiliário, que poderão ser realizados por meio de investimentos em Fundos de Investimento Imobiliários ou à medida que o percentual relativo do segmento seja reduzido (alienações ou crescimento dos outros segmentos).

Operações com Participantes:

A gestão da carteira de operações com participantes é passiva, ou seja, a evolução da carteira depende da demanda dos participantes. Para 2011, essa carteira será monitorada para evitar desenquadramento ao limite de exposição de 15%, imposto pela Resolução CMN nº 3.792/2009, nos planos REB e NOVO PLANO.

MAIS DE 1,7 MILHÃO DE ACESSOS NOS *SITES* DA FUNCEF

Sites abordam desde previdência complementar até qualidade de vida

A FUNCEF contabilizou 1.703.359 acessos aos seus *sites* durante o ano de 2010, mantendo assim a média dos últimos dois anos. O número representa que, em média, 4.380 pessoas por dia buscaram informações nos canais *on-line* da Fundação: Institucional, Busque Qualidade de Vida, Pense no Seu Futuro, Um Senhor Futuro e No Azul.



www.FUNCEF.com.br (1.546.377 acessos) - É o *site* institucional da Fundação. Por ele, o usuário pode ter conhecimento de todas as informações relacionadas à FUNCEF por meio de matérias, notas explicativas e vídeos da TV FUNCEF, bem como notícias relacionadas à Previdência. O portal também possui *links* para todos os outros *sites* da FUNCEF e abriga duas seções muito consultadas pelos participantes: Autoatendimento (31.666 acessos) e o Simulador do Novo Plano (40.917 acessos).

No Autoatendimento, o participante pode consultar informações sobre seus empréstimos e saldo de conta, detalhes da política de investimentos e a íntegra de balanços e balancetes contábeis. Já com o Simulador, é possível projetar o benefício futuro de acordo com a idade, percentual de contribuição e número de dependentes; é a ferramenta ideal para aqueles que ainda não se associaram terem noção da importância de contribuir para garantir o futuro.

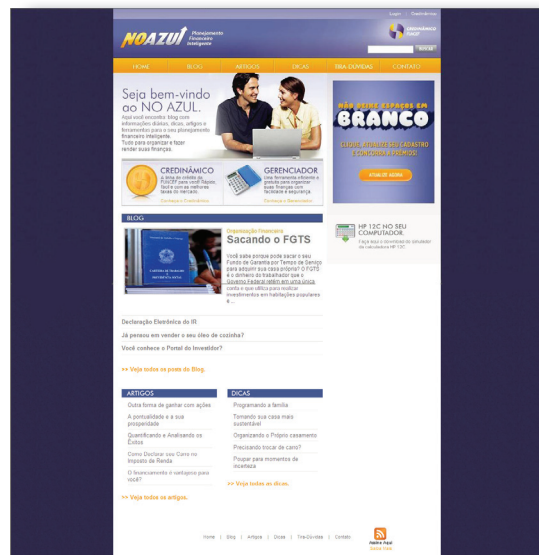


www.busquequalidadedevida.com.br (17.379 acessos) - Espaço virtual construído especialmente para divulgar assuntos como saúde, qualidade de vida, esporte e lazer para os aposentados e pensionistas da Fundação. É também o ambiente que abriga todas as informações sobre as edições do Simpósio de Aposentados e Pensionistas da CAIXA, realizado anualmente em cidades variadas.



www.pensenoseufuturo.com.br (11.980 acessos) - Site criado para empregados da CAIXA que ainda não aderiram à FUNCEF. Traz os benefícios e as vantagens oferecidas aos participantes do Novo Plano, depoimentos de associados ativos e aposentados, animação sobre o assunto, revista com comparativos de investimentos, simulador de benefício e a ficha de adesão para preenchimento e impressão.

www.noazul.com.br (36.622 acessos) - Esse portal conta com informações, dicas, artigos e ferramentas para auxiliar os participantes a fazerem o seu planejamento financeiro de forma inteligente. Destaque para o gerenciador de finanças, aplicativo que ajuda a controlar gastos e economizar. Possui link para a contratação do Novo Credinâmico.



www.UMSENHORFUTURO.com.br (18.418 acessos) - É uma das ferramentas para difusão da Educação Previdenciária da FUNCEF. Acessando a plataforma, o associado pode responder enquetes, realizar cursos e esclarecer dúvidas on-line. Todos os conceitos gerais - siglas, números e modalidades de Previdência, tabela de tributação, forma de benefício - são apresentados e discutidos de forma simples e didática.

ESTALEIRO RIO GRANDE É INAUGURADO



Divulgação

Inauguração do Estaleiro Rio Grande

nacional, pela garantia de retorno aos participantes, cumprindo o objetivo da FUNCEF: buscar solvência liquidez e rentabilidade para os recursos investidos na Fundação.

O novo centro de construção naval no município gaúcho é formado pelos Estaleiros ERG 1 e ERG 2 e será arrendado à Petrobras para o atendimento de encomendas envolvendo a cadeia de óleo e gás. O ERG 1 terá capacidade para construir ou reparar até duas plataformas de petróleo ao mesmo tempo. No ERG 2, será desenvolvida a construção de navios destinados ao apoio às plataformas de exploração de petróleo e de embarcações convencionais para o transporte de minérios. A estrutura gerará 5 mil empregos.

Visita dos diretores - Os diretores de Administração, Renata Marotta, de Benefícios, José Carlos Alonso, e de Planejamento e Controladoria, Antônio Bráulio de Carvalho, foram à cidade de Rio Grande (RS), em 30/9/2010, conhecer o estaleiro (ERG).

O complexo - O ERG é composto por um dique com dimensões de 133 m por 350 m e profundidade de 12 m, cujo pórtico, que possui 90 m, permite a entrada de dois navios simultaneamente. Com capacidade para receber 600 toneladas, será utilizado para movimentação de estruturas para fabricação ou reforma de embarcações. O estaleiro é dimensionado para construção de embarcações semissubmersíveis e FPSO (Floating Production Storage and Offloading), um tipo de navio utilizado pela indústria petrolífera para a produção, armazenamento de petróleo e gás natural. O complexo conta ainda com uma área de 20 mil m² de oficinas para processamento e montagem de tubulação e blocos, linha de tratamento de chapas para pintura, cabines para pintura de tubos e blocos e edificações de utilidades auxiliares. Possui dois cais, possibilitando atracação de embarcações, operações de carga e descarga, finalização e reparos de embarcações e plataformas.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou da inauguração do Estaleiro Rio Grande (RS), do qual a FUNCEF detém 25% das cotas do Fundo de Participação ERG. O contrato assegurando a presença da Fundação no negócio foi assinado pelo então presidente Guilherme Lacerda, que estava presente à cerimônia de inauguração, ao lado dos dirigentes da Engevix, sócia majoritária do empreendimento (75%).

O complexo portuário é um excelente negócio. É um investimento em longo prazo, ideal para fundos de pensão, além de ser de grande importância para o desenvolvimento

PORTO ITAPUÁ COMEÇA A FUNCIONAR

A empresa Portinvest S.A., que conta com participação relevante da FUNCEF, inaugura, dia 22 de dezembro, o Porto Itapuá, em Santa Catarina, com capacidade inicial de carga em 50 mil contêineres por ano. O empreendimento mostra a importância da participação dos investidores no desenvolvimento do País.



Porto Itapuá

Divulgação

LINHARES (ES) GANHA USINA TERMELÉTRICA



Inauguração da Usina Termelétrica

Divulgação

Foi inaugurada em 23/12/2010 a Usina Termelétrica de Linhares (UTE), a primeira do Espírito Santo a gerar energia elétrica, tendo o gás natural como combustível. A companhia é controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia, que tem a FUNCEF, o BNDES Participações e a Petros como seus principais acionistas.

FUNCEF CONQUISTA SELO PRÓ-EQUIDADE

A FUNCEF e outras 57 empresas receberam, em 8/12/2010, o Selo Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM). A diretora de Administração da Fundação, Renata Marotta, recebeu o prêmio das mãos da diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Laís Abramo.

Esse evento foi destinado a empresas que se comprometeram a apresentar ações para promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Segundo a então ministra Nilcéa Freire, o projeto foi criado “para transformar as relações de gênero, para que homens e mulheres possam construir lado a lado esse País.

Para Fabiana Matheus, conselheira deliberativa da FUNCEF e membro do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Diversidade da Fundação, o selo foi resultado de um trabalho que servirá de fonte inspiradora para o avanço da construção da equidade na Fundação. “Demos os primeiros passos nesse longo caminho rumo”, finalizou.



Conquista do Selo Pró-Equidade
(Diretora Renata)

Arquivo FUNCEF

FUNCEF CONQUISTA MAIS DE 111 MIL PARTICIPANTES

O percentual de adesão chegou a 93% em 2010

A FUNCEF alcançou, em 2010, o percentual de 93% de adesão aos planos de benefícios, ou seja, 111 mil participantes ativos, aposentados e pensionistas.

De 2003 a 2010, 40.841 pessoas aderiram à Fundação, o que provocou a subida de dez pontos percentuais no nível de participação. Para garantir esse aumento, a FUNCEF realizou uma série de ações, como campanhas de adesão, apresentações do plano de benefícios em vários estados e contatos diretos com empregados que ainda não fizeram a adesão.

Pensando no futuro

Desde 12 de maio de 2008, a FUNCEF realiza com os empregados da CAIXA uma campanha de adesão, para conscientizar sobre a importância de planejar o futuro e ter qualidade de vida durante a aposentadoria.

A ação promove a difusão de informações sobre a Fundação por meio de palestras em todo o Brasil, distribuição de *folders* e propostas de adesão, entre outras iniciativas. Dentro da campanha, foi elaborada uma edição especial da revista para não associados e criado um *site* especial (www.pensenoseufuturo.com.br), com informações de como se associar.

Do início da campanha de adesão até dezembro de 2010, a Fundação conquistou 19.040 novos participantes: 3.813 na primeira fase (de maio a agosto de 2008), 5.579 na segunda (de agosto de 2008 a maio de 2009) e 9.648 na terceira etapa (de maio de 2009 a dezembro de 2010).



Arquivo FUNCEF

FUNCEF fecha o ano com cerca de 111 mil associados

FUNCEF NO 32º SIMPÓSIO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Fortaleza (CE) foi a sede do evento deste ano, que contou com cerca de 1,5 mil participantes



Arquivo FUNCEF

Participação no Simpósio de Aposentados do Ceará

A cidade de Fortaleza (CE) sediou o 32º Simpósio Nacional dos Economários Aposentados e Pensionistas da CAIXA, entre os dias 7 e 11 de novembro de 2010.

O evento contou com um estande da FUNCEF que teve atendimento e ações de relacionamento. Os presentes fizeram consultas, empréstimos, alteração cadastral e tiraram dúvidas sobre planos e investimentos. Houve ainda atividades de educação financeira e previdenciária e entrega de brindes.

O Simpósio tem por objetivo proporcionar momentos de confraternização bem como discutir assuntos de interesse dos aposentados e pensionistas como os rumos da Fundação e do Saúde CAIXA.

Os diretores da Fundação estiveram presentes no evento, tratando de temas como benefícios previdenciários, investimentos e participações, administração e tecnologia da informação e controle e planejamento.

Aposentados premiados em Simpósio visitaram a FUNCEF - No início de abril, um grupo de aposentados e pensionistas, representando diversos estados brasileiros, visitou a Fundação e aproveitou para passear em Brasília (DF) no final de semana, visitando pontos turísticos como o Museu JK, a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada.

Os associados foram sorteados na promoção “Fique por Dentro da FUNCEF” durante o 31º Simpósio Nacional dos Economizários Aposentados e Pensionistas da CAIXA, ocorrido no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 20 de novembro de 2009.

Na ocasião do *tour* pela FUNCEF, os participantes conheceram mais sobre os planos administrados pela Fundação e como funciona cada uma das seis Diretorias nas quais ela se divide.

APROVADA CRIAÇÃO DA OUVIDORIA NA FUNCEF

Órgão será mais um canal direto de comunicação com os participantes

A FUNCEF contará com uma Ouvidoria para receber sugestões, elogios e reclamações de seus participantes e assistidos sobre procedimentos, serviços prestados ou operações realizadas pela Fundação. A instituição do órgão, prevista para 2011, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, em reunião dia 21/10. A medida marca mais um avanço na história da FUNCEF e vai contribuir para aumentar a transparência e a eficiência da administração.

A Ouvidoria será um canal a mais de comunicação da FUNCEF, que já conta com a presença da Gerência de Atendimento, que funciona por meio da central 0800 706 9000, *e-mail* e atendimento presencial; representantes eleitos na Diretoria Executiva e nos conselhos Deliberativo e Fiscal, além da atuação dos membros dos comitês técnicos e das entidades representativas no dia a dia do fundo de pensão.



Arquivo FUNCEF

Atendimento Ouvidoria

Atribuições - Vinculada ao Conselho Deliberativo, a Ouvidoria terá como atribuições: apresentar às áreas da Fundação o que lhe for demandado por participantes, aposentados e pensionistas, bem como acompanhar o tratamento dado pelas diversas áreas às reclamações e sugestões apresentadas; encaminhar aos participantes informações quanto ao tratamento dispensado às suas demandas; apresentar aos órgãos de administração sugestões de medidas para o aprimoramento do atendimento às demandas dos participantes, aposentados e pensionistas; e fornecer aos órgãos de administração informações qualitativas e quantitativas relativas às ocorrências registradas junto ao órgão.

Ouvidor - O ouvidor terá contrato de dois anos com a Fundação (podendo ser prorrogado por igual período) e sua indicação deverá ser aprovada por quatro dos seis conselheiros deliberativos. Um dos pré-requisitos para a ocupação do cargo é não ter vínculo profissional com a FUNCEF e a CAIXA.

LANÇAMENTOS: VALE FLORESTAR E CEVIX

Investimento verde e energia limpa



Arquivo FUNCEF

Lançamento CEVIX

Em maio, a Fundação tornou-se investidora de um Fundo de Investimento em Participações (FIP) voltado especialmente para desenvolvimento sustentável: o FIP Vale Florestar. Durante ano de 2010, foram aportados pela FUNCEF mais de R\$ 36 milhões dos R\$ 121 milhões previstos para o fundo.

O investimento terá impactos socioeconômicos e ambientais tanto de curto como de longo prazo na região amazônica. O meio ambiente será beneficiado com a preservação e recuperação de áreas florestais, a redução do impacto

sobre a floresta nativa e a contribuição à manutenção climática. O projeto também favorecerá o desenvolvimento sustentável da região, com a criação de empregos e geração de renda.

As áreas de plantio e recuperação estão situadas no sudoeste do Pará e fazem parte de áreas degradadas que compõem o “Arco do Desmatamento” da região Amazônica. A meta é atingir 350 mil hectares plantados até 2022 - 150 mil serão destinados ao plantio de eucalipto e 200 mil para proteção e recuperação de florestas nativas.

CEVIX - Investir em empreendimentos de geração de energia elétrica renovável, como usinas e centrais hidrelétricas, além de parques eólicos. Com esse objetivo, a FUNCEF investiu, a partir de maio de 2010, R\$ 260 milhões na empresa CEVIX - Energias Renováveis S.A., que permitirão a implantação de cerca de 200 MW de novas usinas de energia renovável.

A empresa, que possui um patrimônio total de mais de R\$ 1 bilhão, é responsável pela construção das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) de Moinho (RS), Passos Maia (SC) e de parques eólicos na Bahia, além de outros empreendimentos. A perspectiva é de que a rentabilidade do investimento seja de 9% ao ano.

IMPLANTAÇÃO DE ALM

Para dirimir riscos e garantir o equilíbrio

Abril foi o mês em que foi implantado na Fundação um novo modelo de ALM (Asset Liability Management), que foi utilizado na elaboração da política de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação em 2011 e permeará a construção dessas premissas até 2015.

A ferramenta, baseada em tecnologia mundialmente reconhecida, permite maior segurança e diminuição dos riscos corporativos, fundamental para a continuidade dos bons resultados obtidos pela FUNCEF nos últimos anos.

O ALM permite uma melhor distribuição dos investimentos dos recursos garantidores dos planos de benefícios, levando-se em consideração os compromissos atuariais dos planos (benefícios já concedidos).

PROCESSO ELEITORAL FUNCEF

Representação paritária fortalece a Entidade

Participantes ativos, aposentados e pensionistas da FUNCEF escolheram, de 26 de abril a 6 de maio de 2010, seus representantes na Diretoria Executiva e nos conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação. A chapa vitoriosa - Movimento pela FUNCEF - obteve 21.218 votos.

Um total de 45.805 votos válidos demonstrou a democracia na composição dos órgãos de governança corporativa da Fundação. A escolha de metade dos diretores e conselheiros por seus participantes promove o equilíbrio na gestão da FUNCEF. A paridade na administração está prevista no Estatuto e é realizada nos conselhos Deliberativo e Fiscal desde 2002 e na Diretoria Executiva desde 2007.



Processo Eleitoral FUNCEF

POSSE DOS NOVOS DIRETORES E CONSELHEIROS ELEITOS

Foram empossados dia 1º de junho de 2010 os novos membros da Diretoria Executiva e dos conselhos Deliberativo e Fiscal escolhidos no Processo Eleitoral FUNCEF 2010, bem como os indicados pela Patrocinadora.

A cerimônia contou com a participação expressiva de entidades representativas dos associados (Fenae, Fenacef, Unei); do ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; da vice-presidenta em exercício da CAIXA, Clarice Coppetti; do ex-ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini; do diretor-superintendente da PREVIC, Ricardo Pena; de representantes sindicais; além de gestores e empregados da CAIXA, da FUNCEF e de outros fundos de pensão.

A solenidade foi marcada pela valorização do processo de democratização na gestão da FUNCEF e dos avanços conquistados nos últimos sete anos pelos participantes.

Novos diretores e conselheiros eleitos:

Diretoria Executiva

Antônio Braulio de Carvalho (efetivo)

José Carlos Alonso Gonçalves (efetivo)

Renata Marotta (efetivo)

Conselho Deliberativo

José Miguel Correia (efetivo)

Gilmar Cabral Aguirre (suplente)

Olívio Gomes Vieira (efetivo)

Manuel Alfredo Filho (suplente)

Conselho Fiscal

Carlos Alberto Pinheiro de Oliveira Leite (efetivo)

José Francisco Zimmermann (suplente)



Posse dos novos Diretores Conselheiros

RESPONSABILIDADE SOCIOEMPRESARIAL NA FUNDAÇÃO



Divulgação

Política de Responsabilidade Socioempresarial

O Conselho Deliberativo aprovou, na reunião do dia 30 de abril de 2010, um voto que criou a Política de Responsabilidade Socioempresarial (RSE) da FUNCEF. Prevista no planejamento estratégico, essa iniciativa pioneira tem por objetivo “estabelecer diretrizes, princípios e parâmetros para nortear a atuação da FUNCEF como organização reconhecidamente sustentável “no relacionamento com todos os seus públicos de interesse”.

As ações da Política de Responsabilidade Socioempresarial são alinhadas à missão, à visão e aos valores da FUNCEF. Um dos desafios é criar uma cultura interna que possibilite a conscientização de empregados e colaboradores, além da formação de multiplicadores de opinião.

A implementação das ações propostas no documento será conduzida pelo Grupo de Execução do Projeto (GEP). Com assessoria do Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), o projeto foi construído a partir de entrevistas com diretores e 150 empregados da FUNCEF, o que permitiu identificar o estágio da Fundação com relação à responsabilidade socioambiental.

REABERTURA DO SALDAMENTO

Nova oportunidade de saldar

Com a finalidade proporcionar uma nova oportunidade a cerca de 8 mil participantes e assistidos que não optaram pelo Saldamento, a FUNCEF reabriu, em 1º de março de 2010, processo de reabertura do Saldamento do REG/REPLAN.

As condições para a adesão foram as mesmas oferecidas em 2006 e 2008. Até 30 de abril, 837 ativos e 500 aposentados e pensionistas aderiram ao Saldamento.

Para esclarecer as dúvidas, foi realizado um *chat*, em tempo real, entre o então diretor de Benefícios da FUNCEF, Carlos Alberto Caser, e os participantes ativos e aposentados da Fundação interessados no tema.

O diálogo contou com aproximadamente 40 pessoas e, em cerca de 1h45, foram respondidas 60 perguntas relacionadas a temas como valor de benefício, vantagens de adesão ao plano saldado e regras do Saldamento.



Arquivo FUNCEF

Caser respondendo perguntas de Saldamento

PREVIC APROVOU PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Após enviar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) um relatório com as ações de educação financeira e previdenciária realizadas em 2009 e um cronograma com as iniciativas para 2010, a Fundação recebeu, no fim de fevereiro, o aval ratificando seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária (PEFP).

A aprovação foi condicionada ao preenchimento dos requisitos exigidos na instrução, segundo os quais o programa deve conter níveis de informações, orientação e instrução para os participantes e assistidos.

Com a medida, a Fundação foi dispensada de produzir e enviar aos participantes, por meio impresso, o Relatório Anual de Atividades 2009, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 32, de 4 de setembro de 2009.



PREVIC aprova Programa de Educação Financeira e Previdenciária

Arquivo FUNCEF

RECADASTRAMENTO DE ASSISTIDOS

O cadastramento dos aposentados e pensionistas foi realizado de 7 de dezembro de 2009 a 30 de setembro de 2010 em parceria com a CAIXA. O processo foi obrigatório para todos os assistidos que começaram a receber benefício até 31 de dezembro de 2008. Os formulários foram enviados para a residência dos participantes para, em seguida, serem preenchidos e entregues em agências da CAIXA.

Concluído o processo, foram cadastrados cerca de 28 mil pessoas. Apenas 27 integrantes de planos tiveram seus benefícios suspensos por não terem realizado o cadastramento. Um novo cadastramento está previsto para os próximos meses. A FUNCEF informará sobre esse processo oportunamente.



Recadastramento de aposentados

Arquivo FUNCEF

PLANO DE APOIO À APOSENTADORIA

O processo de rescisões contratuais dos empregados da CAIXA que aderiram ao Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA) terminou em 30 de abril de 2010. Mais de 2.400 empregados deixaram a CAIXA por intermédio desse plano.

O PAA contribuiu para o crescimento do número de assistidos da FUNCEF, que encerrou 2010 com 32 mil aposentados e pensionistas. O valor de benefícios pagos pela Fundação foi de R\$ 1,9 bilhão (incluindo o benefício FUNCEF e o valor reembolsado pelo INSS em razão do convênio FUNCEF/INSS).

Benefícios Pagos em 2010

PLANO	VALOR-R\$
SALDADO	1.002.563.367,84
NÃO SALDADO	85.773.691,39
REB	17.297.788,78
PMPP	3.896.193,54
NOVO PLANO	6.133.265,66
TOTAL FUNCEF	1.115.664.307,21
INSS	737.416.841,55
TOTAL GERAL	1.853.081.148,76

PARTICIPAÇÃO NOS JOGOS DA FENAE

A FUNCEF participou pela segunda vez dos Jogos da FENAE realizados de 14 a 21 de agosto de 2010, em Fortaleza (CE), com estrutura montada para relacionamento e atendimento ao público, e foi representada na abertura pelo diretor de Planejamento e Controladoria da FUNCEF, Antônio Bráulio de Carvalho.

Em 2008, a FUNCEF participou pela primeira vez dos Jogos da FENAE, que aconteceram em Brasília (DF). A abertura, que contou com 27 delegações, foi realizada no Centro Comunitário da Universidade de Brasília (UnB) e os jogos na APCEF/DF.



Participação nos Jogos da FENAE



Expansão do Canoas Shopping

EXPANSÃO DO CANOAS SHOPPING

Durante dois anos, a FUNCEF investiu R\$ 48,6 milhões em ampliação no Canoas Shopping, no Rio Grande do Sul.

A inauguração da expansão foi dia 15 de julho e contou com a presença do então diretor de Participações Societárias e Imobiliárias da FUNCEF, Luiz Philippe Torelly.

O Shopping passou de 38,9 mil para 83 mil m² de área, tornando-se um dos maiores centros de compra da região metropolitana.

O empreendimento amplia as opções em compras para os moradores de Canoas e região e também gera cerca de 3,3 mil postos de trabalho.

ALTERAÇÕES NO CREDINÂMICO

Atendendo às solicitações dos participantes ativos, aposentados e pensionistas, começou a vigorar, em 31 de maio de 2010, o novo limite de crédito para concessão do Novo Credinâmico, tanto na modalidade fixa quanto na variável. O teto, que antes era de R\$ 55 mil subiu para R\$ 60 mil, respeitando o percentual máximo da renda mensal que o participante pode comprometer para pagamento das prestações.

Para viabilizar o aumento a FUNCEF realizou um estudo, cuja metodologia aplicada foi a correção do limite de R\$ 55 mil pelo índice INPC/IBGE do período de abril de 2009. O resultado do cálculo, de pouco mais de R\$ 58 mil, foi arredondado para R\$ 60 mil, levando em consideração que os salários e benefícios também foram reajustados pelo INPC.

As demais regras continuaram iguais: prazo máximo de 96 meses para a amortização da dívida, Fundo Garantidor para Quitação de Crédito escalonado, segundo a idade do mutuário, possibilidade de suspensão do pagamento de 50% do valor das prestações iniciais, por até 12 meses, dentro da margem consignável, para novas contratações e a suspensão das prestações por até quatro meses na modalidade variável.



Alterações no Credinâmico

PROJEÇÕES DE INDICADORES ECONÔMICOS DA FUNCEF SÃO REFERÊNCIA

A FUNCEF se destacou como segunda colocada na projeção mensal da taxa de câmbio do Banco Central (Bacen), com erro de apenas 0,03 pontos percentuais. O *ranking* mensal, denominado TOP 5, foi desenvolvido para aferir a precisão das projeções no sistema de expectativas do Bacen e para incentivar e premiar a qualidade e a excelência das projeções.

A boa *performance* se repetiu nas projeções enviadas ao Ranking AE Projeções, da Agência Estado, a instituição ficou entre as dez melhores previsoras dos índices IPCA, IGP-M, SELIC, Câmbio, saldo da balança comercial, relação entre dívida/PIB e PIB.

INAUGURAÇÃO DO PRIME MEDICAL CENTER

Localizado no Itaim Bibi, em São Paulo (SP), o Prime Medical Center foi inaugurado em 6 de maio. O prédio, o qual recebeu R\$ 65 milhões da FUNCEF, abrigará um complexo hospitalar de 17 andares e mais de 20 mil m².

O prédio, foi completamente alugado. Ele conta com quatro salas de cirurgia, laje com reforço estrutural para receber equipamento de ressonância magnética, sala de descanso para médicos, garagem privativa e corredores mais largos, permitindo circulação de macas. Oito andares do edifício serão ocupados pelo Hospital Sírio-Libanês, que terá uma unidade avançada para atendimentos de baixa e média complexidade.



Arquivo FUNCEF

Inauguração do Prime Medical Center

AQUISIÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DA TANGARÁ FOODS

A FUNCEF adquiriu, por R\$ 120 milhões, um parque industrial na cidade de Vila Velha (ES) e finalizou

um contrato para cessão de uso de superfície com a empresa Tangará Foods, que pagará mensalmente à Fundação R\$ 1,2 milhão, corrigido pelo INPC.

A localização do empreendimento e a proximidade com portos e rodovias interestaduais fazem com que seja esperada grande valorização imobiliária do ativo.

O parque industrial ocupa uma área de 103 mil m² e abriga uma indústria de lácteos, capaz de processar mais de 300 toneladas de matéria-prima por dia e estocar 7 mil toneladas de produtos, um complexo para armazenagem de

até 30 mil toneladas e uma câmara frigorificada, capaz de acondicionar até 20 mil toneladas sob temperaturas de até -35°C.

Divulgação



Aquisição do parque industrial da Tangará Foods

Custeio e Despesas Administrativas

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A partir de 2010, com a alteração da legislação, as despesas administrativas passaram a ser contabilizadas em plano específico denominado Plano de Gestão Administrativa - PGA e não mais nos planos de benefícios.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Para cobertura das despesas com administração das atividades da gestão previdencial, da gestão de investimentos, de suporte e controle, é cobrada uma taxa de carregamento que incide sobre as contribuições e benefícios.

Atualmente, a FUNCEF desconta 4,75% sobre as contribuições dos participantes e da patrocinadora e 2% sobre os benefícios no REB, REG/REPLAN Saldado e Novo Plano, sendo que, no Novo Plano e REG/REPLAN Saldado, 1% é pago pela patrocinadora e 1% pelos assistidos.

Essa taxa de carregamento ou custeio administrativo que, em 2010, equivaliu a R\$ 60.794 mil cobriu sessenta por cento (60%) do total das despesas administrativas da FUNCEF, os outros 40% foram cobertos pelos valores acumulados no passado, no fundo administrativo.

A transferência de recursos dos planos de benefícios para o PGA destinados à cobertura das despesas administrativas, independentemente da forma de arrecadação, está limitada a 1% do somatório dos recursos Garantidores dos Planos de Benefícios - RGPB¹ ou 9% aplicado às contribuições previdenciárias mais benefícios pagos no ano.

Respeitado o limite da legislação, o Conselho Deliberativo definiu como limite para a FUNCEF o percentual de 0,29% sobre o RGPB. No exercício de 2010, o percentual de transferência dos planos para o PGA foi de apenas 0,14%.

ORÇAMENTO

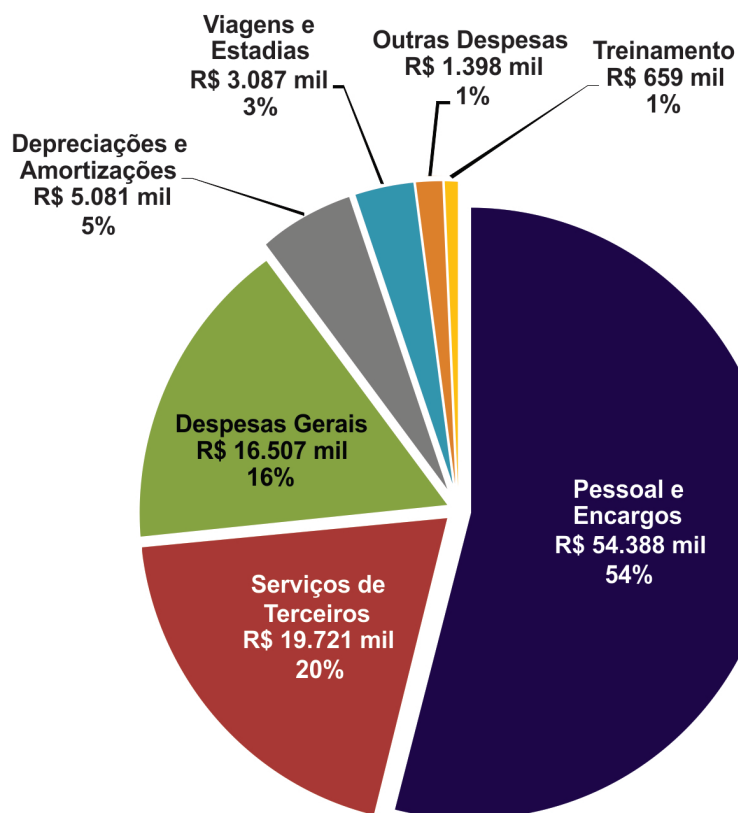
O orçamento, por proposição da Diretoria Executiva, é aprovado no Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal acompanha a sua aderência, bem como as metas dos indicadores estabelecidas.

Em 2010, as despesas administrativas foram orçadas em R\$ 104.540 mil e realizadas em R\$ 100.840 mil, representando uma diferença de R\$ 3.700 mil, 3,54% abaixo do valor orçado.

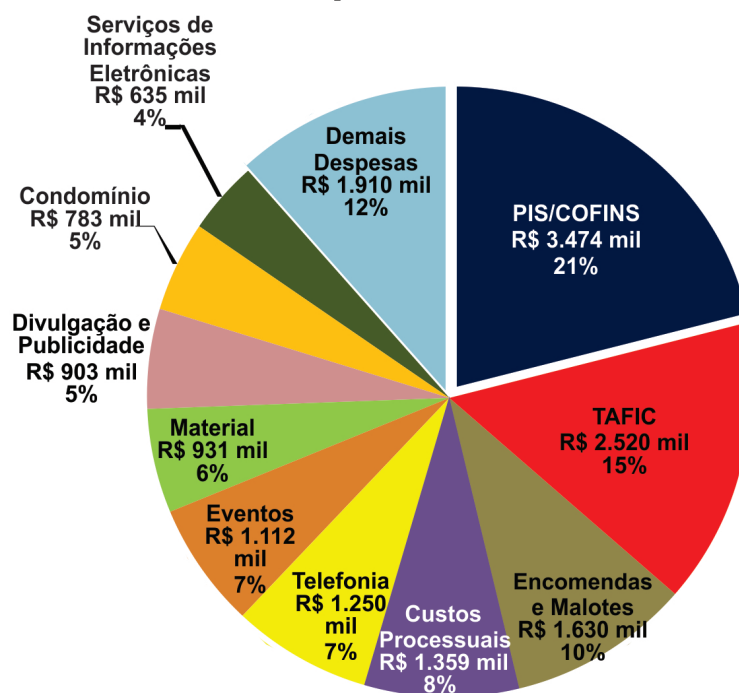
As despesas administrativas de 2010 estão distribuídas conforme grupos abaixo, sendo 54% relativas às despesas com pessoal e encargos, 20% com serviços de terceiros e 16% com despesas gerais.

¹ Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios são formados pelos Ativos Disponíveis e de Investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades e contencioso de investimentos.

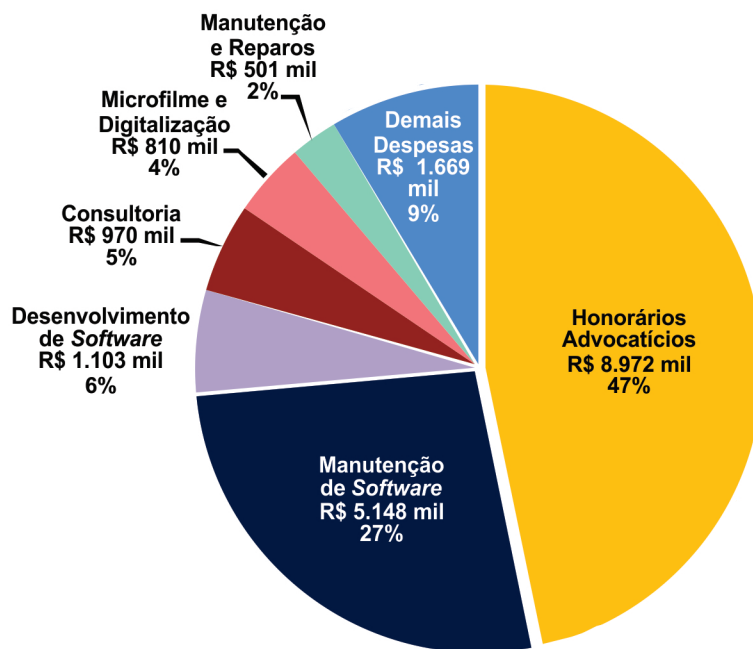
Despesas Administrativas 2010



Despesas Gerais



Serviços de Terceiros



No grupo de Serviço de Terceiros, os gastos mais representativos foram despesas com honorários advocatícios na defesa da FUNCEF nos processos judiciais e despesas com manutenção de *software*, que juntos representaram 74% do grupo.

Em Despesas Gerais, as maiores despesas são relativas aos tributos de PIS, COFINS e Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC, que juntos totalizaram 36% do grupo.

Relatórios Resumo

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010**

**VALOR TOTAL DOS INVESTIMENTOS, VALORES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E PERCENTUAIS RELATIVOS
AOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN NÃO SALDADO				
Segmento	Valor/Percentual alocado em dezembro de 2010		Valor/Percentual alocado em dezembro de 2009	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	1.773.944.841,32	48,69%	2.136.554.025,30	54,91%
Renda Variável	1.245.643.190,23	34,19%	1.347.133.756,94	34,62%
Investimentos Imobiliários	285.915.697,21	7,85%	335.394.093,03	8,62%
Investimentos Estruturados	271.597.225,27	7,45%	-	0,00%
Operações com Participantes	73.589.384,45	2,02%	87.364.617,63	2,25%
Disponível/Outros	(7.449.946,96)	-0,20%	(15.622.634,87)	-0,40%
Total Recursos Garantidores	3.643.240.391,52	100,00%	3.890.823.858,03	100,00%
PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN SALDADO				
Segmento	Valor/Percentual alocado em dezembro de 2010		Valor/Percentual alocado em dezembro de 2009	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	16.210.080.029,28	45,38%	15.995.803.651,90	51,79%
Renda Variável	13.264.866.567,30	37,13%	11.442.731.206,78	37,05%
Investimentos Imobiliários	2.670.065.788,46	7,47%	2.534.884.575,74	8,21%
Investimentos Estruturados	2.629.841.154,86	7,36%	-	0,00%
Operações com Participantes	1.136.839.923,50	3,18%	1.082.393.977,49	3,50%
Disponível/Outros	(187.749.375,77)	-0,53%	(167.263.119,82)	-0,54%
Total Recursos Garantidores	35.723.944.087,63	100,00%	30.888.550.292,09	100,00%
PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN CONSOLIDADO				
Segmento	Valor/Percentual alocado em dezembro de 2010		Valor/Percentual alocado em dezembro de 2009	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	17.984.024.870,60	45,68%	18.132.357.677,20	52,14%
Renda Variável	14.510.509.757,53	36,86%	12.789.864.963,72	36,77%
Investimentos Imobiliários	2.955.981.485,67	7,51%	2.870.278.668,77	8,25%
Investimentos Estruturados	2.901.438.380,13	7,37%	-	0,00%
Operações com Participantes	1.210.429.307,95	3,07%	1.169.758.595,12	3,36%
Disponível/Outros	(195.199.322,73)	-0,50%	(182.885.754,69)	-0,53%
Total Recursos Garantidores	39.367.184.479,15	100,00%	34.779.374.150,12	100,00%
PLANO DE BENEFÍCIO: REB				
Segmento	Valor/Percentual alocado em dezembro de 2010		Valor/Percentual alocado em dezembro de 2009	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	362.125.074,61	45,99%	439.393.458,96	53,52%
Renda Variável	238.485.994,56	30,29%	263.711.242,85	32,12%
Investimentos Imobiliários	35.372.860,95	4,49%	43.498.139,68	5,30%
Investimentos Estruturados	51.407.846,43	6,53%	-	0,00%
Operações com Participantes	104.617.880,18	13,29%	81.039.422,52	9,87%
Disponível/Outros	(4.555.531,49)	-0,58%	(6.728.158,48)	-0,82%
Total Recursos Garantidores	787.454.125,24	100,00%	820.914.105,53	100,00%

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010**

**VALOR TOTAL DOS INVESTIMENTOS, VALORES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E PERCENTUAIS RELATIVOS
AOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

PLANO DE BENEFÍCIO: NOVO PLANO				
Segmento	Valor/Percentual alocado em dezembro de 2010		Valor/Percentual alocado em dezembro de 2009	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	1.192.719.601,73	52,38%	1.077.861.662,01	66,41%
Renda Variável	692.778.821,58	30,43%	330.902.264,67	20,39%
Investimentos Imobiliários	31.117.525,16	1,37%	25.754.801,58	1,59%
Investimentos Estruturados	75.324.535,57	3,31%	-	0,00%
Operações com Participantes	291.468.290,58	12,80%	189.136.886,85	11,65%
Disponível/Outros	(6.543.852,44)	-0,29%	(550.463,04)	-0,03%
Total Recursos Garantidores	2.276.864.922,18	100,00%	1.623.105.152,07	100,00%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
Segmento	Valor/Percentual alocado em dezembro de 2010		Valor/Percentual alocado em dezembro de 2009	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	113.574.524,33	117,96%	-	0,00%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	-	0,00%	-	0,00%
Disponível/Outros	(17.290.765,39)	-17,96%	-	0,00%
Total Recursos Garantidores	96.283.758,94	100,00%	-	0,00%

FONTE: DIPEC

Percentuais em relação aos Recursos Garantidores, conforme legislação vigente.

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010**

RELAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIO

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN NÃO SALDADO			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Títulos Crédito Privado	Debêntures não Conversíveis - Companhias Abertas	84.543	71.316
	CCB - Companhias Abertas	9.410	10.802
	CCB - Companhias Fechadas	29.259	52.524
	CDB - Instituições Financeiras	2.601	13.133
	DPGE - Instituições Financeiras	32.446	31.428
	Poupanças - Instituições Financeiras	-	1
	Poupança - Patrocinador	68	102
	Letras de Crédito Imobiliárias - Patrocinador	1.883	2.157
	Operações Compromissadas - Patrocinador	1.227	-
Subtotal		161.439	181.465
Títulos Públicos	NTN-B	937.050	1.060.239
	NTN-C	265.130	306.497
Subtotal		1.202.180	1.366.736
Ações	Instituições Financeiras	21.012	38.895
	Companhias Abertas	351.041	305.880
	Companhias Fechadas	110	84
	Sociedades de Propósitos Específicos	7.453	6.765
Subtotal		379.615	351.624
Fundos de Investimento	Referenciado	36.186	212.394
	Renda Fixa	30.410	134.896
	Ações	867.150	828.573
	Multimercado	337.500	231.418
	Direitos Creditórios	7.027	12.437
	Empresas Emergentes	9.320	11.748
	Participações	302.492	300.365
	Imobiliário	40.376	49.949
	Outros	13.598	-
Subtotal		1.644.059	1.781.780
Investimentos Imobiliários	Terrenos	1.454	1.899
	Imóveis em Construção	18.601	35.059
	Uso Próprio	67	64
	Locadas a Patrocinador(es)	34.858	38.288
	Locadas a Terceiros	65.317	50.246
	Shopping Center	109.030	98.515
	Complexo Hoteleiro	40.568	50.146
	Direitos em Alienações	23.078	29.015
Subtotal		292.974	303.232
Operações com Participantes	Empréstimos	73.303	85.667
	Financiamento Habitacional	1.177	2.607
Subtotal		74.479	88.274
Derivativos	Termo - Renda Fixa	-	1.965
Subtotal		-	1.965
Outros Realizáveis	Outros	2.642	3.973
Subtotal		2.642	3.973

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN NÃO SALDADO			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Passivo	Renda Fixa	(797)	(2.790)
	Renda Variável	(86.444)	(147.142)
	Investimentos Imobiliários	(7.059)	(17.787)
	Operações com Participantes	(890)	(910)
	Relacionados com Tributos	-	(19)
	Outras Exigibilidades	(377)	(463)
Subtotal		(95.567)	(169.112)
Total de Investimentos		3.661.821	3.909.938

FONTE: DIPEC

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN SALDADO			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Títulos Crédito Privado	Debêntures não Conversíveis - Companhias Abertas	815.618	630.061
	CCB - Companhias Abertas	91.509	83.108
	CCB - Companhias Fechadas	258.520	353.138
	CDB - Instituições Financeiras	24.000	27.231
	DPGE - Instituições Financeiras	318.975	246.283
	Poupanças - Instituições Financeiras	5	7
	Poupança - Patrocinador	737	870
	Letras de Crédito Imobiliárias - Patrocinador	20.285	18.458
	Operações Compromissadas - Patrocinador	8.465	-
Subtotal		1.538.114	1.359.156
Títulos Públicos	NTN-B	9.799.778	8.776.171
	NTN-C	2.852.974	2.730.428
Subtotal		12.652.752	11.506.599
Ações	Instituições Financeiras	236.991	336.976
	Companhias Abertas	3.697.263	2.645.237
	Companhias Fechadas	1.180	720
	Sociedades de Propósitos Específicos	60.158	39.315
Subtotal		3.995.593	3.022.247
Fundos de Investimento	Referenciado	205.829	623.240
	Renda Fixa	163.029	951.911
	Ações	9.281.405	7.019.517
	Multimercado	1.587.066	1.475.988
	Direitos Creditórios	71.302	101.041
	Empresas Emergentes	99.959	100.130
	Participações	2.705.334	2.177.079
	Imobiliário	428.537	421.266
	Outros	19.765	-
Subtotal		14.562.226	12.870.173
Investimentos Imobiliários	Terrenos	13.568	14.056
	Imóveis em Construção	173.698	259.575
	Uso Próprio	630	476
	Locadas a Patrocinador(es)	325.516	283.485
	Locadas a Terceiros	609.978	372.019
	Shopping Center	1.018.186	729.402
	Complexo Hoteleiro	378.839	371.280
	Direitos em Alienações	215.594	214.825
Subtotal		2.736.008	2.245.117

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN SALDADO			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Operações com Participantes	Empréstimos	1.126.432	1.062.085
	Financiamento Habitacional	12.395	21.807
Subtotal		1.138.827	1.083.893
Derivativos	Termo - Renda Fixa	-	16.809
	Subtotal	-	16.809
Outros Realizáveis	Outros	27.840	33.248
	Subtotal	27.840	33.248
Passivo	Renda Fixa	(8.008)	(22.133)
	Renda Variável	(622.749)	(893.051)
	Investimentos Imobiliários	(65.942)	(131.499)
	Operações com Participantes	(1.987)	(1.498)
	Relacionados com Tributos	-	(150)
	Outras Exigibilidades	(1.154)	(1.057)
Subtotal		(699.839)	(1.049.387)
Total de Investimentos		35.951.521	31.087.855

FONTE: DIPEC

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: REB			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Títulos Crédito Privado	Debêntures não Conversíveis - Companhias Abertas	18.282	22.878
	CCB - Companhias Abertas	2.204	2.598
	CCB - Companhias Fechadas	5.689	9.926
	CDB - Instituições Financeiras	-	2.121
	DPGE - Instituições Financeiras	6.680	6.657
	Poupanças - Instituições Financeiras	-	-
	Poupança - Patrocinador	10	16
	Letras de Crédito Imobiliárias - Patrocinador	283	331
	Operações Compromissadas - Patrocinador	-	-
Subtotal		33.149	44.527
Títulos Públicos	NTN-B	253.252	265.274
	NTN-C	39.833	88.167
Subtotal		293.085	353.441
Ações	Instituições Financeiras	3.026	5.847
	Companhias Abertas	56.471	47.643
	Companhias Fechadas	16	13
	Sociedades de Propósitos Específicos	841	742
Subtotal		60.354	54.245
Fundos de Investimento	Referenciado	6.832	7.044
	Renda Fixa	3.332	4.730
	Ações	178.298	173.940
	Multimercado	24.477	27.759
	Direitos Creditórios	1.409	2.477
	Empresas Emergentes	1.544	1.998
	Participações	66.851	76.896
	Imobiliário	6.095	7.760
	Outros	4.995	-
Subtotal		293.834	302.605

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: REB			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Investimentos Imobiliários	Terrenos	178	242
	Imóveis em Construção	2.300	4.469
	Uso Próprio	8	8
	Locadas a Patrocinador(es)	4.311	4.881
	Locadas a Terceiros	8.079	6.405
	Shopping Center	13.489	12.558
	Complexo Hoteleiro	5.018	6.392
	Direitos em Alienações	2.866	3.699
Subtotal		36.250	38.655
Operações com Participantes	Empréstimos	104.484	80.702
	Financiamento Habitacional	161	367
Subtotal		104.645	81.069
Derivativos	Termo - Renda Fixa	-	303
Subtotal		-	303
Outros Realizáveis	Outros	364	562
Subtotal		364	562
Passivo	Renda Fixa	(159)	(585)
	Renda Variável	(27.314)	(43.672)
	Investimentos Imobiliários	(877)	(2.917)
	Operações com Participantes	(27)	(30)
	Relacionados com Tributos	-	(4)
	Outras Exigibilidades	(43)	(54)
Subtotal		(28.419)	(47.261)
Total de Investimentos		793.262	828.146

FONTE: DIPEC

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: NOVO PLANO			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Títulos Crédito Privado	Debêntures não Conversíveis - Companhias Abertas	43.318	22.520
	CCB - Companhias Abertas	5.188	4.780
	CCB - Companhias Fechadas	9.280	13.832
	CDB - Instituições Financeiras	44.912	1.148
	DPGE - Instituições Financeiras	13.936	10.842
	Poupanças - Instituições Financeiras	-	-
	Poupança - Patrocinador	5	5
	Letras de Crédito Imobiliárias - Patrocinador	125	103
	Operações Compromissadas - Patrocinador	1.088	-
	Subtotal	117.851	53.229
Títulos Públicos	NTN-B	670.628	619.169
	NTN-C	17.551	13.980
Subtotal		688.179	633.149
Ações	Instituições Financeiras	31.749	17.217
	Companhias Abertas	334.627	121.965
	Companhias Fechadas	7	4
	Sociedades de Propósitos Específicos	3.210	229
Subtotal		369.594	139.415

Em R\$ Mil

PLANO DE BENEFÍCIO: NOVO PLANO			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Fundos de Investimento	Referenciado	-	-
	Renda Fixa	22.874	91.331
	Ações	324.836	173.186
	Multimercado	267.124	101.740
	Direitos Creditórios	2.345	2.842
	Empresas Emergentes	845	793
	Participações	117.979	40.299
	Imobiliário	6.086	5.912
	Outros	3.554	-
Subtotal		840.296	612.616
Investimentos Imobiliários	Terrenos	160	155
	Imóveis em Construção	2.025	2.869
	Uso Próprio	7	5
	Locadas a Patrocinador(es)	3.795	3.133
	Locadas a Terceiros	7.110	4.111
	Shopping Center	11.867	8.061
	Complexo Hoteleiro	4.417	4.103
	Direitos em Alienações	2.502	2.374
Subtotal		31.882	24.812
Operações com Participantes	Empréstimos	291.770	189.199
	Financiamento Habitacional	-	-
Subtotal		291.770	189.199
Derivativos	Termo - Renda Fixa	-	93
Subtotal		-	93
Outros Realizáveis	Outros	-	-
Subtotal		-	-
Passivo	Renda Fixa	(307)	(942)
	Renda Variável	(60.232)	(22.884)
	Investimentos Imobiliários	(765)	(4.969)
	Operações com Participantes	(302)	(62)
	Relacionados com Tributos	-	(0)
	Outras Exigibilidades	-	-
Subtotal		(61.606)	(28.857)
Total de Investimentos		2.277.966	1.623.656

FONTE: DIPEC

Em R\$ Mil

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA			
Classificação	Ativos / Emissores / Tipo	2010	2009
Fundos de Investimento	Referenciado	96.097	-
	Renda Fixa	-	-
	Ações	-	-
	Multimercado	17.477	-
	Direitos Creditórios	-	-
	Empresas Emergentes	-	-
	Participações	-	-
	Imobiliário	-	-
	Outros	597	-
Subtotal		114.172	-
Passivo	Renda Fixa	-	-
	Renda Variável	-	-
	Investimentos Imobiliários	-	-
	Operações com Participantes	-	-
	Relacionados com Tributos	-	-
	Outras Exigibilidades	-	-
	Outros	-	-
Subtotal		(18.092)	-
Total de Investimentos		96.080	-

FONTE: DIPEC

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010**

RELAÇÃO DE GESTORES TERCEIRIZADOS POR PLANO DE BENEFÍCIO

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN NÃO SALDADO			
Gestor	C.N.P.J.	Total de Investimentos*	% Sobre Recursos Garantidores
ANDRADE GUTIERREZ ANGRA PARTNERS GESTÃO DE INFORMAÇÕES E INV	07.396.813/0001-91	5.128.893,59	0,141%
ANGRA PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.	05.597.435/0002-60	31.805.409,01	0,873%
BANCO ABN AMRO REAL S/A	33.066.408/0001-15	32.695.254,65	0,897%
BANCO ITAÚ S/A	60.701.190/0001-04	29.676.656,02	0,815%
BANCO OURINVEST	78.632.767/0001-20	38.325.762,93	1,052%
BANCO SAFRA S/A	07.002.898/0001-86	63.688.584,43	1,748%
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	90.400.888/0001-42	3.838.990,30	0,105%
BANCO SANTANDER S/A	33.517.640/0001-22	20.076.778,40	0,551%
BANCO SCHAIN CURY S/A	50.585.090/0001-06	7.403,95	0,000%
BANIF BANCO DE INVESTIMENTOS (BRASIL) S/A	33.753.740/0001-58	15.656.309,58	0,430%
BR EDUCACIONAL GESTORA DE RECURSOS S/A	08.560.870/0001-27	2.552.544,35	0,070%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	59.281.253/0001-23	6.724.828,09	0,185%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62.375.134/0001-44	39.577.763,37	1,086%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	233.087.722,02	6,398%
COIN DTVM LTDA.	61.384.004/0001-05	843.749,25	0,023%
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	87.977.245/0001-51	2.034.034,04	0,056%
DARBY ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	05.977.098/0001-55	1.927.249,54	0,053%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	9.782.650,78	0,269%
FAMA INVESTIMENTOS LTDA.	00.156.956/0001-87	6.945.099,15	0,191%
FATOR ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	01.861.016/0001-51	8.521.865,21	0,234%
FIR CAPITAL PARTNERS	03.406.900/0001-21	696.039,91	0,019%
GLOBAL EQUITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	05.739.207/0001-04	5.753.198,21	0,158%
GLOBALBANK ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.599.583/0001-32	7.609.206,18	0,209%
GOVERNANÇA E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.	04.969.434/0001-55	4.313.115,48	0,118%
GP ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/A	02.888.152/0001-06	17.404.671,25	0,478%
INVEST TECH PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.	07.189.550/0001-40	338.479,29	0,009%
JARDIM BOTÂNICO PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.	05.686.923/0001-62	1.348.338,01	0,037%
MÁXIMA ASSET MANAGEMENT S/A	03.566.273/0001-96	10,18	0,000%
MELLON GLOBAL INVESTMENTS	05.236.848/0001-38	669.751.820,02	18,383%
MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	02.193.145/0001-81	766.329,50	0,021%
MODAL ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	01.116.811/0001-15	1.796.168,76	0,049%
MODAL ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.230.601/0001-04	6.318.452,59	0,173%
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05.640.380/0001-42	2.597.372,67	0,071%
OLIVEIRA TRUST DIST. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	36.113.876/0001-91	2.273.053,23	0,062%
ORBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	04.636.879/0001-13	9.076.200,46	0,249%
PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	29.650.082/0001-00	43.758.443,77	1,201%
PETRA - PERSONAL TRADER ADM E CONS LTDA.	06.350.042/0001-39	855.729,09	0,023%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S/A DTVM	02.176.289/0001-20	7.940.212,32	0,218%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL DTVM S/A	92.886.662/0001-29	31.630.249,56	0,868%
TARPON INVESTIMENTOS S/A	05.341.549/0001-63	8.302.030,04	0,228%
UAM ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	59.608.174/0001-84	31.842.719,53	0,874%
UBS PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS	07.625.159/0001-40	22.967.107,17	0,630%
VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S/A	04.330.895/0001-83	33.921.816,21	0,931%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	03.384.738/0001-98	27.239.301,01	0,748%
WESTER ASSET MANAGEMENT COMPANY LIMITADA.	07.437.241/0001-41	57.889.156,56	1,589%
Total Recursos Garantidores		3.643.240.391,52	

FONTE: GECOR

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010
RELAÇÃO DE GESTORES TERCEIRIZADOS POR PLANO DE BENEFÍCIO**

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN SALDADO			
Gestor	C.N.P.J.	Total de Investimentos*	% Sobre Recursos Garantidores
ANDRADE GUTIERREZ ANGRA PARTNERS GESTÃO DE INFORMAÇÕES E INV	07.396.813/0001-91	49.262.550,43	0,138%
ANGRA PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.	05.597.435/0002-60	340.647.572,95	0,954%
BANCO ABN AMRO REAL S/A	33.066.408/0001-15	333.352.800,98	0,933%
BANCO ITAÚ S/A	60.701.190/0001-04	194.821.939,44	0,545%
BANCO OURINVEST	78.632.767/0001-20	408.327.304,73	1,143%
BANCO SAFRA S/A	07.002.898/0001-86	313.938.086,91	0,879%
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	90.400.888/0001-42	41.116.837,11	0,115%
BANCO SANTANDER S/A	33.517.640/0001-22	216.046.642,99	0,605%
BANCO SCHAIN CURY S/A	50.585.090/0001-06	78.882,63	0,000%
BANIF BANCO DE INVESTIMENTOS (BRASIL) S/A	33.753.740/0001-58	49.499.485,73	0,139%
BR EDUCACIONAL GESTORA DE RECURSOS S/A	08.560.870/0001-27	27.311.887,29	0,076%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	59.281.253/0001-23	62.533.994,26	0,175%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62.375.134/0001-44	266.558.289,02	0,746%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	1.309.349.948,42	3,665%
COIN DTVM LTDA.	61.384.004/0001-05	8.989.406,41	0,025%
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	87.977.245/0001-51	19.155.494,91	0,054%
DARBY ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	05.977.098/0001-55	20.685.842,86	0,058%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	38.356.283,46	0,107%
FAMA INVESTIMENTOS LTDA.	00.156.956/0001-87	71.103.566,05	0,199%
FATOR ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	01.861.016/0001-51	90.558.161,36	0,253%
FIR CAPITAL PARTNERS	03.406.900/0001-21	7.482.867,85	0,021%
GLOBAL EQUITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	05.739.207/0001-04	49.011.052,81	0,137%
GLOBALBANK ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.599.583/0001-32	78.380.651,18	0,219%
GOVERNANÇA E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.	04.969.434/0001-55	33.481.696,38	0,094%
GP ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/A	02.888.152/0001-06	187.036.185,46	0,524%
INVEST TECH PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.	07.189.550/0001-40	3.625.078,97	0,010%
JARDIM BOTÂNICO PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.	05.686.923/0001-62	14.436.309,11	0,040%
MÁXIMA ASSET MANAGEMENT S/A	03.566.273/0001-96	101,32	0,000%
MELLON GLOBAL INVESTMENTS	05.236.848/0001-38	7.235.819.637,31	20,255%
MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	02.193.145/0001-81	8.207.191,92	0,023%
MODAL ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	01.116.811/0001-15	16.887.694,20	0,047%
MODAL ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.230.601/0001-04	28.491.501,72	0,080%
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05.640.380/0001-42	27.921.185,23	0,078%
OLIVEIRA TRUST DIST. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	36.113.876/0001-91	23.073.431,23	0,065%
ORBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	04.636.879/0001-13	92.921.671,10	0,260%
PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	29.650.082/0001-00	211.123.311,16	0,591%
PETRA - PERSONAL TRADER ADM E CONS LTDA.	06.350.042/0001-39	8.572.529,72	0,024%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S/A DTVM	02.176.289/0001-20	81.601.978,85	0,228%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL DTVM S/A	92.886.662/0001-29	340.541.430,35	0,953%
TARPON INVESTIMENTOS S/A	05.341.549/0001-63	84.995.754,37	0,238%
UAM ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	59.608.174/0001-84	268.341.292,08	0,751%
UBS PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS	07.625.159/0001-40	277.264.164,84	0,776%
VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S/A	04.330.895/0001-83	352.694.915,89	0,987%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	03.384.738/0001-98	120.376.435,07	0,337%
WESTER ASSET MANAGEMENT COMPANY LIMITADA.	07.437.241/0001-41	437.865.542,43	1,226%
Total Recursos Garantidores		35.723.944.087,63	

FONTE: GECOR

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010
RELAÇÃO DE GESTORES TERCEIRIZADOS POR PLANO DE BENEFÍCIO**

PLANO DE BENEFÍCIO: REB			
Gestor	C.N.P.J.	Total de Investimentos*	% Sobre Recursos Garantidores
ANDRADE GUTIERREZ ANGRA PARTNERS GESTÃO DE INFORMAÇÕES E INV	07.396.813/0001-91	856.713,88	0,109%
ANGRA PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.	05.597.435/0002-60	5.540.403,18	0,704%
BANCO ABN AMRO REAL S/A	33.066.408/0001-15	6.134.423,57	0,779%
BANCO ITAÚ S/A	60.701.190/0001-04	3.679.171,60	0,467%
BANCO OURINVEST	78.632.767/0001-20	5.331.523,67	0,677%
BANCO SAFRA S/A	07.002.898/0001-86	4.553.729,16	0,578%
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	90.400.888/0001-42	719.884,32	0,091%
BANCO SANTANDER S/A	33.517.640/0001-22	3.015.168,37	0,383%
BANCO SCHAIN CURY S/A	50.585.090/0001-06	1.029,96	0,000%
BANIF BANCO DE INVESTIMENTOS (BRASIL) S/A	33.753.740/0001-58	2.252.498,80	0,286%
BR EDUCACIONAL GESTORA DE RECURSOS S/A	08.560.870/0001-27	477.996,20	0,061%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	59.281.253/0001-23	1.368.970,23	0,174%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62.375.134/0001-44	5.213.551,12	0,662%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	29.916.576,77	3,799%
COIN DTVM LTDA.	61.384.004/0001-05	117.374,55	0,015%
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	87.977.245/0001-51	395.217,41	0,050%
DARBY ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	05.977.098/0001-55	327.506,10	0,042%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	841.017,95	0,107%
FAMA INVESTIMENTOS LTDA.	00.156.956/0001-87	1.495.962,60	0,190%
FATOR ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	01.861.016/0001-51	1.401.229,91	0,178%
FIR CAPITAL PARTNERS	03.406.900/0001-21	111.909,48	0,014%
GLOBAL EQUITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	05.739.207/0001-04	387.777,00	0,049%
GLOBALBANK ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.599.583/0001-32	1.528.836,92	0,194%
GOVERNANÇA E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.	04.969.434/0001-55	7.697.715,45	0,978%
GP ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/A	02.888.152/0001-06	2.786.818,87	0,354%
INVEST TECH PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.	07.189.550/0001-40	59.174,43	0,008%
JARDIM BOTÂNICO PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.	05.686.923/0001-62	217.294,83	0,028%
MÁXIMA ASSET MANAGEMENT S/A.	03.566.273/0001-96	3,49	0,000%
MELLON GLOBAL INVESTMENTS	05.236.848/0001-38	117.298.431,64	14,896%
MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	02.193.145/0001-81	143.967,76	0,018%
MODAL ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	01.116.811/0001-15	347.235,25	0,044%
MODAL ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.230.601/0001-04	370.723,24	0,047%
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05.640.380/0001-42	407.505,28	0,052%
OLIVEIRA TRUST DIST. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	36.113.876/0001-91	478.389,68	0,061%
ORBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	04.636.879/0001-13	1.954.998,21	0,248%
PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	29.650.082/0001-00	4.661.633,23	0,592%
PETRA - PERSONAL TRADER ADM E CONS LTDA	06.350.042/0001-39	178.462,78	0,023%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S/A DTVM	02.176.289/0001-20	1.674.383,18	0,213%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL DTVM S/A	92.886.662/0001-29	8.337.626,92	1,059%
TARPON INVESTIMENTOS S/A	05.341.549/0001-63	1.788.243,23	0,227%
UAM ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA	59.608.174/0001-84	6.650.590,66	0,845%
UBS PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS	07.625.159/0001-40	3.983.566,37	0,506%
VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S/A	04.330.895/0001-83	6.313.221,02	0,802%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	03.384.738/0001-98	3.577.284,87	0,454%
WESTER ASSET MANAGEMENT COMPANY LIMITADA	07.437.241/0001-41	21.034.636,71	2,671%
Total Recursos Garantidores		787.454.125,24	

FONTE: GECOR

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010
RELAÇÃO DE GESTORES TERCEIRIZADOS POR PLANO DE BENEFÍCIO**

PLANO DE BENEFÍCIO: NOVO PLANO			
Gestor	C.N.P.J.	Total de Investimentos*	% Sobre Recursos Garantidores
ANDRADE GUTIERREZ ANGRA PARTNERS GESTÃO DE INFORMAÇÕES E INV	07.396.813/0001-91	1.355.749,86	0,060%
ANGRA PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.	05.597.435/0002-60	3.724.345,84	0,164%
BANCO ABN AMRO REAL S/A	33.066.408/0001-15	16.610.699,75	0,730%
BANCO ITAÚ S/A	60.701.190/0001-04	21.373.619,82	0,939%
BANCO OURINVEST	78.632.767/0001-20	2.513.661,44	0,110%
BANCO SAFRA S/A	07.002.898/0001-86	28.912.747,65	1,270%
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	90.400.888/0001-42	680.492,58	0,030%
BANCO SANTANDER S/A	33.517.640/0001-22	1.328.887,64	0,058%
BANCO SCHAIN CURY S/A	50.585.090/0001-06	485,60	0,000%
BANIF BANCO DE INVESTIMENTOS (BRASIL) S/A	33.753.740/0001-58	710.061,48	0,031%
BR EDUCACIONAL GESTORA DE RECURSOS S/A	08.560.870/0001-27	394.827,94	0,017%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	59.281.253/0001-23	9.366.929,38	0,411%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62.375.134/0001-44	58.727.805,67	2,579%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	268.328.475,65	11,785%
COIN DTVM LTDA.	61.384.004/0001-05	55.338,75	0,002%
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	87.977.245/0001-51	1.302.175,74	0,057%
DARBY ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	05.977.098/0001-55	336.999,10	0,015%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	1.059.452,00	0,047%
FAMA INVESTIMENTOS LTDA.	00.156.956/0001-87	8.319.366,31	0,365%
FATOR ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	01.861.016/0001-51	1.011.160,29	0,044%
FIR CAPITAL PARTNERS	03.406.900/0001-21	45.989,42	0,002%
GLOBAL EQUITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	05.739.207/0001-04	7.695.932,83	0,338%
GLOBALBANK ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.599.583/0001-32	3.163.559,52	0,139%
GOVERNANÇA E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.	04.969.434/0001-55	4.597.613,71	0,202%
GP ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/A	02.888.152/0001-06	2.069.977,87	0,091%
INVEST TECH PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.	07.189.550/0001-40	40.170,45	0,002%
JARDIM BOTÂNICO PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.	05.686.923/0001-62	89.086,49	0,004%
MÁXIMA ASSET MANAGEMENT S/A	03.566.273/0001-96	3,30	0,000%
MELLON GLOBAL INVESTMENTS	05.236.848/0001-38	87.485.195,03	3,842%
MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	02.193.145/0001-81	135.822,99	0,006%
MODAL ADMINISTRADORA DE RECURSOS S/A	01.116.811/0001-15	1.011.487,59	0,044%
MODAL ASSET MANAGEMENT LTDA.	05.230.601/0001-04	4.727.480,55	0,208%
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05.640.380/0001-42	213.324,21	0,009%
OLIVEIRA TRUST DIST. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	36.113.876/0001-91	680.887,71	0,030%
ORBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	04.636.879/0001-13	9.934.736,23	0,436%
PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	29.650.082/0001-00	41.270.345,84	1,813%
PETRA - PERSONAL TRADER ADM E CONS LTDA.	06.350.042/0001-39	286.762,65	0,013%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S/A DTVM	02.176.289/0001-20	8.729.345,86	0,383%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL DTVM S/A	92.886.662/0001-29	43.952.086,14	1,930%
TARPON INVESTIMENTOS S/A	05.341.549/0001-63	9.164.118,69	0,402%
UAM ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	59.608.174/0001-84	15.521.860,15	0,682%
UBS PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS	07.625.159/0001-40	2.544.075,97	0,112%
VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S/A	04.330.895/0001-83	7.838.990,82	0,344%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	03.384.738/0001-98	24.945.358,74	1,096%
WESTER ASSET MANAGEMENT COMPANY LIMITADA.	07.437.241/0001-41	84.974.402,69	3,732%
Total Recursos Garantidores		2.276.864.922,18	

FONTE: GECOR

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010**

RELAÇÃO DE GESTORES TERCEIRIZADOS POR PLANO DE BENEFÍCIO

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA			
Gestor	C.N.P.J.	Total de Investimentos*	% Sobre Recursos Garantidores
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	113.592.543,18	117,977%
Total Recursos Garantidores			96.283.758,94

FONTE: GECOR

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010**

INFORMAÇÕES DAS DESPESAS EXTERNAS

INFORMAÇÕES DAS DESPESAS EXTERNAS* - EXERCÍCIO DE 2010						
Despesas	REG/REPLAN	REG/REPLAN SALTADO	REB	Novo Plano	PGA	Total
Gestão de investimentos	4.887.598,85	36.405.521,11	1.195.193,17	1.614.344,01	65.405,94	44.168.063,08
Consultoria/Auditoria	27.176,82	230.883,37	6.519,29	11.606,19	915,81	277.101,48
Custódia	59.808,08	444.626,36	11.308,86	20.972,01	661,57	537.376,88
Taxa Performance	1.986.266,84	15.831.285,12	415.491,24	1.732.748,39	-	19.965.791,59
Corretagem/Emolumentos	143.471,05	1.054.178,22	17.794,18	49.105,91	4.725,26	1.269.274,62
Outras Despesas**	2.038.234,15	15.248.694,57	865.664,83	3.612.941,28	18.247,00	21.783.781,83
Total dos Custos	9.142.555,79	69.215.188,75	2.511.971,57	7.041.717,79	89.955,58	88.001.389,48

FONTE: GECOR

Custos relativos ao período de 01.01.10 a 31.12.10

Externas * => Custos considerados para efeito de determinação do valor das cotas dos fundos de investimento.

** São consideradas como Outras Despesas => Despesas com publicidade, Despesas com cartório, Taxa CVM, dentre outras.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2010

RENTABILIDADE					
Despesas	REG/REPLAN	REG/REPLAN SALDADO	REB	Novo Plano	PGA
Renda Fixa	13,96%	14,38%	14,80%	12,86%	8,72%
Renda Variável	23,00%	23,40%	18,41%	5,30%	0,00%
Investimentos Imobiliários	19,12%	19,28%	19,09%	19,31%	0,00%
Investimentos Estruturados	-0,72%	-0,14%	-1,50%	-2,37%	0,00%
Operações com Participantes	16,25%	15,22%	15,29%	13,16%	0,00%
Outros	48,30%	43,69%	47,42%	0,00%	0,00%
VARIAÇÃO ACUMULADA	16,61%	17,28%	15,26%	11,50%	8,72%
TAXA MÍNIMA ATUARIAL	12,32%	12,32%	12,32%	12,32%	12,32%

FONTE: COPEF

Justificativas dos Eventuais Desenquadramentos ou Inobservância à Resolução CMN 3.792/09 - Dezembro/2010

FIDC Omni Veículos V e FIDC Petra Mercantil I - Mezanino

Em seu artigo 43, inciso II, a referida Resolução determina que a EFPC poderá ter até 25% de concentração em relação à soma dos recursos por ela administrados, em série de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. Desta forma, o FIDC Omni (26,81%) e o FIDC Petra (95,66%) encontram-se desenquadrados. No entanto, conforme o artigo 55 da referida resolução, por tratar-se de desenquadramento passivo, é permitida a manutenção destes fundos até a data dos seus vencimentos.

Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE

Conforme a Resolução mencionada, em seu artigo 42, inciso III, a EFPC poderá ter até 25% de concentração em relação ao patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira (emissor). Diante disso, foi constatado o seguinte desenquadramento:

- DPGE Portocred: 187,17%.

Ressaltamos que este tipo de ativo possui um Fundo Garantidor de Crédito que garante o montante aplicado, e que as providências para alienação do ativo estão sendo tomadas pela FUNCEF.

Limites de Concentração por Emissor

Segundo a Resolução, em seu artigo 42, inciso I, a EFPC permite até 25% de concentração em relação ao capital total de uma mesma companhia. Diante disso, foram constatados os seguintes desenquadramentos:

- Invitel Legacy: 35,98% (ativo originado da cisão da empresa Invitel em 2008);

- Serra Azul: 56,93% (ativo reintegrado à carteira própria da FUNCEF após reversão de provisão para perdas).

Plano de enquadramento aprovado pela NDE PRESI nº 059/10.

Limites de Alocação por Emissor

Em seu artigo 41, inciso III, a Resolução informa que a EFPC poderá ter até 10% dos recursos de cada plano administrado pela Fundação. Diante disso, foi constatado o seguinte desenquadramento:

- Vale ON: desenquadramento passivo, mantendo-se a posição de setembro de 2009 para evitar agravamentos, conforme artigo 52, parágrafo 3º da referida resolução. Desenquadramento por plano: 23,82% Reg/Replan e 13,69% REB.

Ativo Sem Nível de Governança Bovespa

Em seu artigo 53, inciso VII, a Resolução informa que é vedado à EFPC aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação nos segmentos Novo Mercado, Nível 2 ou Bovespa Mais da BM&F Bovespa. Diante disso, foi constatado o seguinte desenquadramento:

- Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel. As providências para alienação do ativo estão sendo tomadas pela Fundação.

Desenquadramento Passivo

Em seu artigo 52, parágrafo 1º, a Resolução determina que os excessos referidos no artigo terão o prazo de setecentos e vinte dias para o enquadramento. Diante disso, foi constatado o seguinte desenquadramento:

- CTX Participações S/A. Ações adquiridas em 12/08/2009, decorrente de exercício de direito de preferência, incorrendo em desenquadramento passivo, devido à empresa não possuir nível de governança na Bovespa, e com a data da 1ª emissão posterior a 29/02/2001 (Res. CMN nº 3.792, artigo 53, inciso VII).

ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DEZEMBRO/2010 - REG/REPLAN

RENDA FIXA						
INVESTIMENTOS	REG/REPLAN R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RF - LFT	583.976.856,07	1,48				
CT - RF - NTN-B	627.529.007,57	1,59				
CP - RF - NTN-B	10.746.520.735,15	27,27				
SUBTOTAL NTN-B	11.374.049.742,72	28,86				
CP - RF - NTN-C	3.118.104.043,81	7,91				
CT - RF - LTN	246.344.536,56	0,63				
CT - RF - NTN-F	627.621.135,84	1,59				
TOTAL TÍTULOS FEDERAIS	15.950.096.315,00	40,48				
CT - RF - CDB/RDB	115.742.949,85	0,29				
CP - RF - CDB/RDB	26.600.438,99	0,07				
SUBTOTAL CDB/RDB	142.343.388,84	0,36				
CP - RF - DEPÓSITO EM POUPANÇA	810.345,62	0,00				
CP - RF - DPGE	351.421.473,88	0,89				
CT - RF - DPGE	68.586.221,60	0,17				
SUBTOTAL DPGE	420.007.695,48	1,07				
CT - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	181.903.905,63	0,46				
CP - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	902.322.508,80	2,29				
SUBTOTAL DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	1.084.226.414,43	2,75				
CT - RF - OPER. COMPROMISSADAS - LASTRO TIT. EST./MUNIC.	0,00	0,00				
CP - RF - LETRA CRÉD. IMOBILIÁRIO	22.165.275,66	0,06				
CT - RF - NOTAS PROMISSÓRIAS	0,00	0,00				
CP - RF - CCB/CCCB	388.698.045,05	0,99				
CT - RF - CCB/CCCB	0,00	0,00				
CT - RF - FIDC	69.545.036,98	0,18				
CP - RF - OUTROS RENDA FIXA	22.007.018,21	0,06				
CP - RF - PASSIVO DE RENDA FIXA	-20.945,52	0,00				
TOTAL DEMAIS TÍTULOS	2.149.782.274,75	5,46				
TOTAL RENDA FIXA BAIXO RISCO DE CRÉDITO	18.099.878.589,75	45,93	49,20	45,30	70,00	Enquadrado
RENDA VARIÁVEL						
INVESTIMENTOS	REG/REPLAN R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	630.687.192,86	1,60				
CP - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	1.368.184.891,79	3,47				
SUBTOTAL NOVO MERCADO	1.998.872.084,65	5,07				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	67.951.668,58	0,17				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	96.548.902,51	0,25				
SUBTOTAL NÍVEL 2	164.500.571,09	0,42				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	8.531.239.728,20	21,65				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	874.795.442,49	2,22				
SUBTOTAL NÍVEL 1	9.406.035.170,69	23,87				
TOTAL EMPRESAS COM IGC/BOVESPA	11.569.407.826,43	29,36				
CT - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	643.571.349,58	1,63				
CP - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	1.955.416.907,75	4,96				
SUBTOTAL OUTROS MERCADOS (SEM IGC/BOVESPA)	2.598.988.257,33	6,60				
CP - RV - CATEGORIA - PARTICIPAÇÕES - SPE	50.759.553,89	0,13				
CT - RV - OUTROS INVESTIMENTOS (DEBÊNTURE/OURO/CEPAC)	0,00	0,00				
CP - RV - PASSIVO DE RENDA VARIÁVEL	-13.253.428,92	-0,03				
TOTAL RENDA VARIÁVEL	14.205.902.208,73	36,05	31,8	25,4	50	Enquadrado
ESTRUTURADOS						
INVESTIMENTOS	REG/REPLAN R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - ES - FUNDOS IMOBILIÁRIOS	468.913.008,89	1,19				
CT - ES - FMIEE	59.565.780,92	0,15				
CT - ES - FIP	2.372.959.591,14	6,02				
TOTAL ESTRUTURADOS	2.901.438.380,95	7,36	9,00	5,00	15,00	Enquadrado

IMÓVEIS						
INVESTIMENTOS	REG/REPLAN R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - ALUGUEL E RENDA	2.815.389.022,77	7,14	4,30	0,00	8,00	
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - OUTROS INVESTIMENTOS	140.592.462,90	0,36	0,50	0,00	4,00	
TOTAL IMÓVEIS	2.955.981.485,67	7,50	6,00	5,00	8,00	ENQUADRADO
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES						
INVESTIMENTOS	REG/REPLAN R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - EF - CARTEIRA - EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1.198.283.106,03	3,04				
CP - EF - CARTEIRA - FINANCIAMENTO HABITACIONAL	12.146.201,92	0,03				
TOTAL INVESTIMENTOS COM PARTICIPANTES	1.210.429.307,95	3,07	4,00	0,00	15,00	ENQUADRADO
OUTROS						
INVESTIMENTOS	REG/REPLAN R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - DI - DISPONIBILIDADES	143.756,99	0,00				
CP - DI - DISPONIBILIDADES	267.907,43	0,00				
CT - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	116.027.386,44	0,29				
CP - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	79.637.089,21	0,20				
CP - PR - PRECATÓRIOS	28.950.573,64	0,07				
CT - DE - DERIVATIVOS (TERMO/SWAP/ETC)	52.404.261,60	0,13				
CP - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-246.424.822,01	-0,63				
TOTAL OUTROS	31.006.153,30	0,08				
TOTAL INVESTIMENTO DOS PLANO	39.404.636.126,35	100,00	NA	NA	NA	NA
Total RGPB:						39.404.636.126,35

CT - Carteira Terceirizada; CP - Carteira Própria; RF - Renda Fixa; ES - Estruturados; IM - Imóveis; EF - Empréstimos/Financiamentos;

DI - Disponibilidades; VA - Valores a pagar; PR - Precatórios.

RGPB - Recursos Garantidores por Plano de Benefício.

Obs.: Os valores referentes às rubricas 1.2.3.4.99 e 2.1.3.4.99 do balancete foram considerados no segmento "Outros".

ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DEZEMBRO/2010 - REB

RENDA FIXA						
INVESTIMENTOS	REB R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RF - LFT	12.397.674,32	1,57				
CT - RF - NTN-B	10.577.943,10	1,34				
CP - RF - NTN-B	253.251.874,16	32,14				
SUBTOTAL NTN-B	263.829.817,26	33,48				
CP - RF - NTN-C	39.832.894,33	5,06				
CT - RF - LTN	1.988.611,61	0,25				
CT - RF - NTN-F	10.262.412,86	1,30				
TOTAL TÍTULOS FEDERAIS	328.311.410,38	41,67				
CT - RF - CDB/RDB	490.628,25	0,06				
CP - RF - CDB/RDB	0,00	0,00				
SUBTOTAL CDB/RDB	490.628,25	0,06				
CP - RF - DEPÓSITO EM POUPANÇA	10.350,48	0,00				
CP - RF - DPGE	6.680.482,59	0,85				
CT - RF - DPGE	796.261,79	0,10				
SUBTOTAL DPGE	7.476.744,38	0,95				
CT - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	2.517.147,10	0,32				
CP - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	18.309.190,28	2,32				
SUBTOTAL DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	20.826.337,38	2,64				
CT - RF - OPER. COMPROMISSADAS - LASTRO TIT. EST./MUNIC.	0,00	0,00				
CP - RF - LETRA CRÉD. IMOBILIÁRIO	282.842,62	0,04				
CT - RF - NOTAS PROMISSÓRIAS	0,00	0,00				
CP - RF - CCB/CCCB	7.893.418,19	1,00				
CT - RF - CCB/CCCB	0,00	0,00				
CT - RF - FIDC	1.249.790,32	0,16				
CP - RF - OUTROS RENDA FIXA	929.616,83	0,12				
CP - RF - Z PASSIVO DE RENDA FIXA	-169,93	0,00				
TOTAL DEMAIS TÍTULOS	39.159.558,52	4,97				
TOTAL RENDA FIXA BAIXO RISCO DE CRÉDITO	367.470.968,90	46,64	40,20	35,20	65,00	ENQUADRADO
RENDA VARIÁVEL						
INVESTIMENTOS	REB R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	18.218.130,27	2,31				
CP - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	17.629.570,79	2,24				
SUBTOTAL NOVO MERCADO	35.847.701,06	4,55				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	1.700.020,04	0,22				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	1.301.442,38	0,17				
SUBTOTAL NÍVEL 2	3.001.462,42	0,38				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	131.188.633,85	16,65				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	10.874.356,50	1,38				
SUBTOTAL NÍVEL 1	142.062.990,35	18,03				
TOTAL EMPRESAS COM IGC/BOVESPA	180.912.153,83	22,96				
CT - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	23.192.587,18	2,94				
CP - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	29.548.150,09	3,75				
SUBTOTAL OUTROS MERCADOS (SEM IGC/BOVESPA)	52.740.737,27	6,69				
CP - RV - CATEGORIA - PARTICIPAÇÕES - SPE	625.527,08	0,08				
CT - RV - OUTROS INVESTIMENTOS (DEBÊNTURE/OURO/CEPAC)	0,00	0,00				
CP - RV - PASSIVO DE RENDA VARIÁVEL	-165.945,50	-0,02				
TOTAL RENDA VARIÁVEL	234.112.472,68	29,71	31,8	20	50	ENQUADRADO
ESTRUTURADOS						
INVESTIMENTOS	REB R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - ES - FUNDOS IMOBILIÁRIOS	6.095.054,67					
CT - ES - FMIEE	834.709,67					
CT - ES - FIP	44.478.078,64					
TOTAL ESTRUTURADOS	51.407.842,98	6,52	10,00	5,00	15,00	ENQUADRADO

IMÓVEIS						
INVESTIMENTOS	REB R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - ALUGUEL E RENDA	33.690.659,51	4,28	4,30	0,00	8,00	
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - OUTROS INVESTIMENTOS	1.682.201,44	0,21	0,50	0,00	4,00	
TOTAL IMÓVEIS	35.372.860,95	4,49	5,00	3,00	8,00	ENQUADRADO
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES						
INVESTIMENTOS	REB R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - EF - CARTEIRA - EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	104.473.519,45	13,26				
CP - EF - CARTEIRA - FINANCIAMENTO HABITACIONAL	144.360,73	0,02				
TOTAL INVESTIMENTOS COM PARTICIPANTES	104.617.880,18	13,28	13,00	0,00	15,00	ENQUADRADO
OUTROS						
INVESTIMENTOS	REB R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - DI - DISPONIBILIDADES	2.494,81	0,00				
CP - DI - DISPONIBILIDADES	26.674,89	0,00				
CT - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	60.485,91	0,01				
CP - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	-509.284,86	-0,06				
CP - PR - PRECATÓRIOS	321.587,82	0,04				
CT - DE - DERIVATIVOS (TERMO/SWAP/ETC)	906.762,53	0,12				
CP - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-5.833.411,03	-0,74				
TOTAL OUTROS	-5.024.689,93	-0,64				
TOTAL INVESTIMENTO DOS PLANO	787.957.335,76	100,00	NA	NA	NA	NA
Total RGPB:						R\$ 787.957.335,76

CT - Carteira Terceirizada; CP - Carteira Própria; RF - Renda Fixa; ES - Estruturados; IM - Imóveis; EF - Empréstimos/Financiamentos;

DI - Disponibilidades; VA - Valores a pagar; PR - Precatórios.

RGPB - Recursos Garantidores por Plano de Benefício.

Obs.: Os valores referentes às rubricas 1.2.3.4.99 e 2.1.3.4.99 do balancete foram considerados no segmento "Outros".

ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DEZEMBRO/2010 - NOVO PLANO

RENDA FIXA						
INVESTIMENTOS	NOVO PLANO R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RF - LFT	98.929.944,72	4,34				
CT - RF - NTN-B	95.395.629,65	4,19				
CP - RF - NTN-B	671.715.607,96	29,50				
SUBTOTAL NTN-B	767.111.237,61	33,69				
CP - RF - NTN-C	17.551.493,47	0,77				
CT - RF - LTN	30.591.511,19	1,34				
CT - RF - NTN-F	116.179.724,58	5,10				
TOTAL TÍTULOS FEDERAIS	1.030.363.911,57	45,25				
CT - RF - CDB/RDB	15.386.115,56	0,68				
CP - RF - CDB/RDB	44.911.771,47	1,97				
SUBTOTAL CDB/RDB	60.297.887,03	2,65				
CP - RF - DEPÓSITO EM POUPANÇA	4.564,43	0,00				
CP - RF - DPGE	13.935.733,00	0,61				
CT - RF - DPGE	10.504.418,08	0,46				
SUBTOTAL DPGE	24.440.151,08					
CT - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	24.846.323,88	1,09				
CP - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	43.329.928,07	1,90				
SUBTOTAL DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	68.176.251,95	2,99				
CT - RF - OPER. COMPROMISSADAS - LASTRO TIT. EST./MUNIC.	0,00	0,00				
CP - RF - LETRA CRÉD. IMOBILIÁRIO	125.372,43	0,01				
CT - RF - NOTAS PROMISSÓRIAS	0,00	0,00				
CP - RF - CCB/CCCB	14.468.492,18	0,64				
CT - RF - CCB/CCCB	0,00	0,00				
CT - RF - FIDC	2.038.417,88	0,09				
CP - RF - OUTROS RENDA FIXA	-5.441.684,34	-0,24				
CP - RF - PASSIVO DE RENDA FIXA	-141,32	0,00				
TOTAL DEMAIS TÍTULOS	164.109.311,32	7,21				
TOTAL RENDA FIXA BAIXO RISCO DE CRÉDITO	1.194.473.222,89	52,46	41,40	35,20	70,00	ENQUADRADO
RENDA VARIÁVEL						
INVESTIMENTOS	NOVO PLANO R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	68.887.525,69	3,03				
CP - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	113.955.146,94	5,00				
SUBTOTAL NOVO MERCADO	182.842.672,63	8,03				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	6.560.607,65	0,29				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	11.974.394,11	0,53				
SUBTOTAL NÍVEL 2	18.535.001,76	0,81				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	161.265.140,18	7,08				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	108.435.091,35	4,76				
SUBTOTAL NÍVEL 1	269.700.231,53	11,84				
TOTAL EMPRESAS COM IGC/BOVESPA	471.077.905,92	20,69				
CT - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	78.537.757,91	3,45				
CP - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	130.727.690,25	5,74				
SUBTOTAL OUTROS MERCADOS (SEM IGC/BOVESPA)	209.265.448,16	9,19				
CP - RV - CATEGORIA - PARTICIPAÇÕES - SPE	3.115.168,09	0,14				
CT - RV - OUTROS INVESTIMENTOS (DEBÊNTURE/OURO/CEPAC)	0,00	0,00				
CP - RV - PASSIVO DE RENDA VARIÁVEL	-1.651.245,15	-0,07				
TOTAL RENDA VARIÁVEL	681.807.277,02	29,94	30,6	19	50,8	ENQUADRADO
ESTRUTURADOS						
INVESTIMENTOS	NOVO PLANO R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - ES - FUNDOS IMOBILIÁRIOS	6.086.081,05					
CT - ES - FMIEE	438.699,20					
CT - ES - FIP	68.799.755,72					
TOTAL ESTRUTURADOS	75.324.535,97	3,31	10,00	2,50	15,00	ENQUADRADO

IMÓVEIS						
INVESTIMENTOS	NOVO PLANO R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - ALUGUEL E RENDA	29.637.162,37	1,30	4,30	0,00	8,00	
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - OUTROS INVESTIMENTOS	1.480.362,79	0,07	0,50	0,00	4,00	
TOTAL IMÓVEIS	31.117.525,16	1,37	5,00	1,50	8,00	ENQUADRADO
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES						
INVESTIMENTOS	NOVO PLANO R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - EF - CARTEIRA - EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	291.468.290,58	12,80				
CP - EF - CARTEIRA - FINANCIAMENTO HABITACIONAL	0,00	0,00				
TOTAL INVESTIMENTOS COM PARTICIPANTES	291.468.290,58	12,80	13,00	0,00	15,00	ENQUADRADO
OUTROS						
INVESTIMENTOS	NOVO PLANO R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - DI - DISPONIBILIDADES	13.272,42	0,00				
CP - DI - DISPONIBILIDADES	69.001,47	0,00				
CT - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	-3.185.367,22	-0,14				
CP - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	-2.450.737,16	-0,11				
CP - PR - PRECATÓRIOS	0,00	0,00				
CT - DE - DERIVATIVOS (TERMO/SWAP/ETC)	9.634.081,44	0,42				
CP - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-1.171.169,57	-0,05				
TOTAL OUTROS	2.909.081,38	0,13				
TOTAL INVESTIMENTO DOS PLANO	2.277.099.933,00	100,00	NA	NA	NA	NA
Total RGPB:						R\$ 2.277.099.933,00

CT - Carteira Terceirizada; CP - Carteira Própria; RF - Renda Fixa; ES - Estruturados; IM - Imóveis; EF - Empréstimos/Financiamentos;

DI - Disponibilidades; VA - Valores a pagar; PR - Precatórios.

RGPB - Recursos Garantidores por Plano de Benefício.

Obs.: Os valores referentes às rubricas 1.2.3.4.99 e 2.1.3.4.99 do balancete foram considerados no segmento "Outros".

ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DEZEMBRO/2010 - PGA

RENDA FIXA						
INVESTIMENTOS	PGA R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RF - LFT	31.994.291,13	33,23				
CT - RF - NTN-B	42.405.089,27	44,04				
CP - RF - NTN-B	0,00	0,00				
SUBTOTAL NTN-B	42.405.089,27	44,04				
CP - RF - NTN-C	0,00	0,00				
CT - RF - LTN	11.643.621,85	12,09				
CT - RF - NTN-F	5.441.190,41	5,65				
TOTAL TÍTULOS FEDERAIS	91.484.192,66	95,02				
CT - RF - CDB/RDB	2.479.232,48	2,57				
CP - RF - CDB/RDB	0,00	0,00				
SUBTOTAL CDB/RDB	2.479.232,48	2,57				
CP - RF - DEPÓSITO EM POUPANÇA	0,00	0,00				
CP - RF - DPGE	0,00	0,00				
CT - RF - DPGE	901.728,09	0,94				
CT - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	983.635,93	1,02				
CP - RF - DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	0,00	0,00				
SUBTOTAL DEBÊNTURE E SECURITIZAÇÃO	983.635,93	1,02				
CT - RF - OPER. COMPROMISSADAS - LASTRO TIT. EST./MUNIC.	0,00	0,00				
CP - RF - LETRA CRÉD. IMOBILIÁRIO	0,00	0,00				
CT - RF - NOTAS PROMISSÓRIAS	0,00	0,00				
CP - RF - CCB/CCCB	0,00	0,00				
CT - RF - CCB/CCCB	0,00	0,00				
CT - RF - FIDC	0,00	0,00				
TOTAL DEMAIS TÍTULOS	4.364.596,50	4,53				
CP - RF - OUTROS RENDA FIXA	0,00	0,00				
CP - RF - PASSIVO DE RENDA FIXA	-1,00	0,00				
TOTAL RENDA FIXA BAIXO RISCO DE CRÉDITO	95.848.788,16	99,55	100,00	100,00	100,00	Enquadrado
RENDA VARIÁVEL						
INVESTIMENTOS	PGA R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	0,00	0,00				
CP - RV - GOVERNANÇA - NOVO MERCADO	0,00	0,00				
SUBTOTAL NOVO MERCADO	0,00	0,00				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	0,00	0,00				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 2	0,00	0,00				
SUBTOTAL NÍVEL 2	0,00	0,00				
CT - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	0,00	0,00				
CP - RV - GOVERNANÇA - NÍVEL 1	0,00	0,00				
SUBTOTAL NÍVEL 1	0,00	0,00				
TOTAL EMPRESAS COM IGC/BOVESPA	0,00	0,00				
CT - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	0,00	0,00				
CP - RV - GOVERNANÇA - OUTROS MERCADOS	0,00	0,00				
SUBTOTAL OUTROS MERCADOS (SEM IGC/BOVESPA)	0,00	0,00				
CP - RV - CATEGORIA - PARTICIPAÇÕES - SPE	0,00	0,00				
TOTAL RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0	0	0	ENQUADRADO
ESTRUTURADOS						
INVESTIMENTOS	PGA R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - ES - FUNDOS IMOBILIÁRIOS	0,00	0,00				
CT - ES - FMIEE	0,00	0,00				
CT - ES - FIP	0,00	0,00				
TOTAL ESTRUTURADOS	0,00	0,00	0	0	0	ENQUADRADO

IMÓVEIS						
INVESTIMENTOS	PGA R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - ALUGUEL E RENDA	0,00	0,00	4,30	0,00	8,00	
CP - IM - CARTEIRA - IMÓVEIS - OUTROS INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,50	0,00	4,00	
TOTAL IMÓVEIS	0,00	0,00	0	0	0	ENQUADRADO
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES						
INVESTIMENTOS	PGA R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CP - EF - CARTEIRA - EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	0,00	0,00				
CP - EF - CARTEIRA - FINANCIAMENTO HABITACIONAL	0,00	0,00				
TOTAL INVESTIMENTOS COM PARTICIPANTES	0,00	0,00	0	0	0	ENQUADRADO
OUTROS						
INVESTIMENTOS	PGA R\$	% RGPB	META	MÍNIMO	MÁXIMO	SITUAÇÃO
CT - DI - DISPONIBILIDADES	494,11	0,00				
CP - DI - DISPONIBILIDADES	204.185,31	0,21				
CT - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	-24.028,02	-0,02				
CP - VA - VALORES A PAGAR/RECEBER	-17.986,86	-0,02				
CP - PR - PRECATÓRIOS	0,00	0,00				
CT - DE - DERIVATIVOS (TERMO/SWAP/ETC)	272.306,24	0,28				
CP - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0,00	0,00				
TOTAL OUTROS	434.970,78	0,45				
TOTAL INVESTIMENTO DOS PLANO	96.283.758,94	100,00	NA	NA	NA	NA
Total RGPB:						R\$ 96.283.758,94

CT - Carteira Terceirizada; CP - Carteira Própria; RF - Renda Fixa; ES - Estruturados; IM - Imóveis; EF - Empréstimos/Financiamentos;
DI - Disponibilidades; VA - Valores a pagar; PR - Precatórios.

RGPB - Recursos Garantidores por Plano de Benefício.

Obs.: Os valores referentes às rubricas 1.2.3.4.99 e 2.1.3.4.99 do balancete foram considerados no segmento "Outros".

Balanço 2010

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

CNPJ 00.436.923/0001-90
COD FUNCEF: 0-152.2

R\$ MIL

ATIVO	Exercício 2010	Exercício 2009	PASSIVO	Exercício 2010	Exercício 2009
DISPONÍVEL	568	408	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.046.477	1.457.392
REALIZÁVEL	43.733.702	38.826.465	GESTÃO PREVIDENCIAL	172.257	151.651
GESTÃO PREVIDENCIAL	86.653	79.861	GESTÃO ADMINISTRATIVA	13.205	11.123
GESTÃO ADMINISTRATIVA	5.386	2.392	INVESTIMENTOS	861.015	1.294.618
INVESTIMENTOS	43.641.664	38.744.212	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	588.523	534.329
TÍTULOS PÚBLICOS	14.836.197	13.859.925	GESTÃO PREVIDENCIAL	334.402	306.340
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.850.553	1.638.377	GESTÃO ADMINISTRATIVA	692	1.381
AÇÕES	4.805.155	3.567.531	INVESTIMENTOS	253.429	226.608
FUNDOS DE INVESTIMENTO	17.412.078	15.567.174	PATRIMÔNIO SOCIAL	42.151.846	36.873.556
DERIVATIVOS	-	19.170	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	39.351.456	34.690.111
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	3.097.114	2.611.816	PROVISÕES MATEMÁTICAS	38.890.688	34.868.539
EMPRÉSTIMOS	1.595.988	1.417.654	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	16.960.628	13.627.537
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	13.733	24.781	BENEFÍCIOS A CONCEDER	21.930.631	21.241.575
OUTROS REALIZÁVEIS	30.846	37.783	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(571)	(573)
PERMANENTE	52.576	38.404	EQUILÍBRIO TÉCNICO	460.769	(178.428)
IMOBILIZADO	44.054	28.908	RESULTADOS REALIZADOS	460.769	(178.428)
INTANGÍVEL	8.198	8.689	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	460.769	-
DIFERIDO	323	808	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	(178.428)
			FUNDOS	2.800.389	2.183.445
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.624.393	2.009.453
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	140.348	151.046
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	35.648	22.946
TOTAL DO ATIVO	43.786.846	38.865.277	TOTAL DO PASSIVO	43.786.846	38.865.277

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - REG/REPLAN

CNPJ 00.436.923/0001-90
COD FUNCEF: 0-152.3

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	40.614.600	36.328.323	12%
DISPONÍVEL	268	289	-7%
RECEBÍVEL	205.585	74.254	177%
INVESTIMENTO	40.408.747	36.216.292	12%
TÍTULOS PÚBLICOS	13.854.932	12.873.335	8%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.699.552	1.540.621	10%
AÇÕES	4.375.208	3.373.871	30%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	16.206.285	14.651.954	11%
DERIVATIVOS	-	18.774	-100%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	3.028.982	2.548.349	19%
EMPRÉSTIMOS	1.199.734	1.147.753	5%
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	13.572	24.414	-44%
OUTROS REALIZÁVEIS	30.481	37.221	-18%
PERMANENTE	-	37.488	-100%
2. OBRIGAÇÕES	1.589.786	1.890.635	-16%
OPERACIONAL	1.019.966	1.376.881	-26%
CONTINGENCIAL	569.820	513.754	11%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	114.545	125.143	-8%
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	87.260	106.541	-18%
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	27.285	18.602	47%
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	0%
5. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3 - 4)	38.910.269	34.312.545	13%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	35.911.431	32.594.628	10%
SUPERÁVIT/ DÉFICIT TÉCNICO	386.544	(287.971)	-234%
FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.612.294	2.005.888	30%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - NOVO PLANO

CNPJ 00.436.923/0001-90
COD FUNCEF: 0-152.3

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	2.400.445	1.655.383	45%
DISPONÍVEL	69	88	-22%
RECEBÍVEL	60.803	2.775	M%
INVESTIMENTO	2.339.573	1.652.513	42%
TÍTULOS PÚBLICOS	688.179	633.149	9%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	117.851	53.229	121%
AÇÕES	369.594	139.415	165%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	840.296	612.616	37%
DERIVATIVOS	-	93	-100%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	31.882	24.812	28%
EMPRÉSTIMOS	291.770	189.199	54%
PERMANENTE	-	6	-100%
2. OBRIGAÇÕES	68.538	34.184	100%
OPERACIONAL	65.330	32.023	104%
CONTINGENCIAL	3.208	2.161	48%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	50.652	35.335	43%
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	45.500	33.024	38%
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5.152	2.311	123%
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	0%
5. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3 - 4)	2.281.255	1.585.863	44%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.282.285	1.585.218	44%
SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO	(1.728)	-	N/A
FUNDOS PREVIDENCIAIS	699	645	8%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - REB

CNPJ 00.436.923/0001-90
COD FUNCEF: 0-152.3

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	840.072	881.572	-5%
DISPONÍVEL	27	31	-14%
RECEBÍVEL	18.365	5.224	252%
INVESTIMENTO	821.680	875.407	-6%
TÍTULOS PÚBLICOS	293.085	353.441	-17%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	33.149	44.527	-26%
AÇÕES	60.354	54.245	11%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	293.834	302.605	-3%
DERIVATIVOS	-	303	-100%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	36.250	38.655	-6%
EMPRÉSTIMOS	104.484	80.702	29%
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	161	367	-56%
OUTROS REALIZÁVEIS	364	562	-35%
PERMANENTE	-	910	-100%
2. OBRIGAÇÕES	44.948	66.901	-33%
OPERACIONAL	30.144	48.489	-38%
CONTINGENCIAL	14.804	18.412	-20%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	10.799	13.513	-20%
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	7.588	11.481	-34%
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.211	2.032	58%
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	0%
5. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3 - 4)	784.325	801.157	-2%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	696.971	688.694	1%
SUPERÁVIT/ DÉFICIT TÉCNICO	75.953	109.543	-31%
FUNDOS PREVIDENCIAIS	11.401	2.920	290%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRATIVO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

R\$ MIL

	DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	36.699.564	30.746.341	19%
	1. ADIÇÕES	7.325.390	7.214.651	2%
(+)	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	696.515	900.810	-23%
(+)	RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	6.528.035	6.201.033	5%
(+)	RECEITAS ADMINISTRATIVAS	79.566	90.924	-12%
(+)	RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.176	21.884	-54%
(+)	REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	400	-	N/A
(+/-)	REVERSÃO DE FUNDOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.698	-	N/A
	2. DESTINAÇÕES	(2.049.106)	(1.261.428)	62%
(-)	BENEFÍCIOS	(1.514.690)	(1.119.871)	35%
(-)	RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	(387.433)	-	N/A
(-)	CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	(46.143)	(28.749)	61%
(-)	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(100.840)	(88.839)	14%
	CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	(161)	-100%
(-)	CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	(23.808)	-100%
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	5.276.284	5.953.223	-11%
(+/-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.022.148	3.040.355	32%
(+/-)	FUNDOS PREVIDENCIAIS	614.940	651.741	-6%
(+/-)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	639.197	2.261.128	-72%
	B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO MÊS (A + 3 + 4)	41.975.848	36.699.564	14%
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	175.996	173.992	1%
(+/-)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	140.348	151.046	-7%
(+/-)	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	35.648	22.946	55%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRATIVO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - REG/REPLAN CONSOLIDADO

R\$ MIL

	DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	34.312.544	29.236.077	17%
	1. ADIÇÕES	6.058.200	6.221.645	-3%
(+)	CONTRIBUIÇÕES	239.240	347.680	-31%
(+)	RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	5.818.960	5.873.965	-1%
	2. DESTINAÇÕES	(1.460.476)	(1.145.177)	28%
(-)	BENEFÍCIOS	(1.386.730)	(1.053.480)	32%
(-)	CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	(45.578)	(70.957)	-36%
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(28.168)	(20.740)	36%
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	4.597.724	5.076.468	-9%
(+ / -)	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.316.804	2.256.059	47%
(+ / -)	FUNDOS PREVIDENCIAIS	606.405	649.891	-7%
(+ / -)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	674.515	2.170.518	-69%
	4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	0%
	B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO MÊS (A + 3 + 4)	38.910.268	34.312.544	13%
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	114.545	125.143	-8%
(+ / -)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	87.260	106.541	-18%
(+ / -)	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	27.285	18.602	47%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRATIVO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - NOVO PLANO

R\$ MIL

	DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.585.863	853.087	86%
	1. ADIÇÕES	857.102	779.347	10%
(+)	CONTRIBUIÇÕES	648.021	536.537	21%
(+)	RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	209.081	199.632	5%
(+)	REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-	43.178	-100%
	2. DESTINAÇÕES	(161.709)	(46.572)	247%
(-)	BENEFÍCIOS	(131.215)	(30.798)	326%
(-)	CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	(624)	-	N/A
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(29.870)	(15.774)	89%
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	695.393	732.776	-5%
(+/-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS	697.067	708.121	-2%
(+/-)	FUNDOS PREVIDENCIAIS	53	171	-69%
(+/-)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(1.728)	24.483	-107%
	4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	0%
	B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO MÊS (A + 3 + 4)	2.281.256	1.585.863	44%
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	50.652	35.335	43%
(+/-)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	45.500	33.024	38%
(+/-)	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5.152	2.311	123%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRATIVO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - REB

R\$ MIL

	DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	801.157	657.177	22%
	1. ADIÇÕES	169.864	187.269	-9%
(+)	CONTRIBUIÇÕES	57.243	59.833	-4%
(+)	RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	112.561	127.436	-12%
(+)	REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	60	-	100%
	2. DESTINAÇÕES	(186.696)	(43.289)	331%
(-)	BENEFÍCIOS	(183.940)	(35.594)	417%
(-)	CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-	(970)	-100%
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(2.756)	(6.725)	-59%
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	(16.832)	143.980	-112%
(+/-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS	8.277	76.174	-89%
(+/-)	FUNDOS PREVIDENCIAIS	8.481	1.678	405%
(+/-)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(33.590)	66.128	-151%
	4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	0%
	B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO MÊS (A + 3 + 4)	784.325	801.157	-2%
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	10.799	13.513	-20%
(+/-)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	7.588	11.481	-34%
(+/-)	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.211	2.032	58%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

CNPJ 00.436.923/0001-90
COD FUNCEF: 0-152.3

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	151.046	127.238	19%
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	90.142	112.808	-20%
1.1 RECEITAS	90.142	112.808	-20%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	61.384	43.239	42%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	44.495	-100%
RECEITAS DIRETAS	18.160	3.190	469%
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	10.176	21.884	-54%
REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS	400	-	100%
OUTRAS	22	-	100%
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	100.840	89.000	13%
2.1 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	52.850	43.609	21%
PESSOAL E ENCARGOS	27.648	21.574	28%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	352	433	-19%
VIAGENS E ESTADIAS	1.372	1.062	29%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	9.199	9.168	0%
DESPESAS GERAIS	10.768	8.442	28%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	2.783	2.643	5%
CONTINGÊNCIAS	-	161	-100%
OUTRAS DESPESAS	728	126	478%
2.2 ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	47.990	45.391	6%
PESSOAL E ENCARGOS	26.740	23.828	12%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	307	390	-21%
VIAGENS E ESTADIAS	1.715	1.913	-10%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	10.523	9.678	9%
DESPESAS GERAIS	5.738	6.512	-12%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	2.297	3.027	-24%
OUTRAS DESPESAS	670	43	1458%
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	0%
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1 - 2 - 3)	(10.698)	23.808	-145%
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	(10.698)	23.808	-145%
6. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	0%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	140.348	151.046	-7%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/O-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - REG/REPLAN CONSOLIDADO

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1 + 2)	36.297.975	32.306.656	12%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	35.911.431	32.594.627	10%
1.1 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	16.697.573	13.325.771	25%
BENEFÍCIO DEFINIDO	16.697.573	13.325.771	25%
1.2 BENEFÍCIO A CONCEDER	19.214.429	19.269.429	0%
BENEFÍCIO DEFINIDO	19.214.429	19.269.429	0%
1.3 (-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(571)	(573)	0%
(-) SERVIÇO PASSADO	(571)	(573)	0%
(-) PARTICIPANTES	(571)	(573)	0%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	386.544	(287.971)	234%
2.1 RESULTADOS REALIZADOS	386.544	(287.971)	234%
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	386.544	-	N/A
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	386.544	-	N/A
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	(287.971)	-100%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-5-DF
CPF: 691.062.407-63

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

RODRIGO LE ANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - NOVO PLANO

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1 + 2)	2.280.557	1.585.218	44%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.282.285	1.585.218	44%
1.1 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	96.722	69.126	40%
BENEFÍCIO DEFINIDO	96.722	69.126	40%
1.2 BENEFÍCIO A CONCEDER	2.185.563	1.516.092	44%
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	2.181.037	1.513.862	44%
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	1.102.361	751.615	47%
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	1.078.676	762.247	42%
BENEFÍCIO DEFINIDO	4.526	2.230	103%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(1.728)	-	-100%
2.1 RESULTADOS REALIZADOS	(1.728)	-	-100%
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(1.728)	-	-100%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - REB

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	VARIAÇÃO (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1 + 2)	772.926	798.237	-3%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	696.972	688.694	1%
1.1 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	166.333	232.640	-29%
BENEFÍCIO DEFINIDO	166.333	232.640	-29%
1.2 BENEFÍCIO A CONCEDER	530.639	456.054	16%
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	530.580	456.041	16%
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	281.568	250.401	12%
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	249.012	205.640	21%
BENEFÍCIO DEFINIDO	59	13	354%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	75.954	109.543	-31%
2.1 RESULTADOS REALIZADOS	75.954	109.543	-31%
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	75.954	109.543	-31%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.259	58.150	-29%
RESERVA DE REVISÃO DE PLANO	34.695	51.393	-32%

Brasília, 31 de Dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO
CRC: ES-012051/O-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

DEMÓSTHENES MARQUES
DIRETOR DE INVESTIMENTOS
CPF: 468.327.930-49

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 010.816.668-62

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE
CRC: DF - 14.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

RENATA MAROTTA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 030.794.068-34

ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA
CPF: 309.882.766-15

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
ATUÁRIO
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 1º de agosto de 1977, de acordo com a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, posteriormente revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Obedece às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por meio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da ex-Secretaria de Previdência Complementar - SPC, atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A finalidade da FUNCEF é a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdencial, nas condições previstas nos regulamentos.

Os recursos administrados pela FUNCEF são provenientes de contribuições das patrocinadoras, Caixa Econômica Federal - CAIXA e FUNCEF, dos seus participantes e assistidos, bem como dos rendimentos das aplicações desses recursos.

PLANOS DE BENEFÍCIOS

A FUNCEF, atualmente, administra os seguintes planos de benefícios:

REG/REPLAN

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 19.770.002-74, estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em 1977, patrocinado pela CAIXA.

Em 2006, ocorreu o processo de adesão ao saldamento do benefício e, em consequência, houve segregação patrimonial entre a modalidade saldada e não saldada, na forma do regulamento e aos participantes ativos foi facultada a adesão ao Novo Plano.

Em 2008 e 2010, ocorreram reaberturas do processo de adesão ao saldamento do benefício, com regras idênticas às praticadas no exercício de 2006, ocorrendo nova movimentação de recursos entre as duas modalidades.

REB

CNPB nº 19.980.044-65, estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em 1998, patrocinado pela CAIXA e pela FUNCEF.

Plano estruturado na modalidade de contribuição definida no período de acumulação das reservas individuais e de benefício definido a partir da concessão de benefícios.

Em 2003, houve adesão de massa fechada de ex-assistidos da Associação de Previdência dos empregados do BNH - PREVHAB, até então administrados pela CAIXA.

Em 2006, houve migração de participantes e assistidos oriundos do plano de benefícios REG/REPLAN, em decorrência do processo de saldamento.

Novo PLANO

CNPB nº 20.060.036.74, estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em 2006, patrocinado pela CAIXA.

Plano estruturado na modalidade de contribuição definida no período de acumulação das reservas individuais e de benefício definido a partir da concessão de benefícios.

Este plano incorporou em outubro de 2006 a massa de assistidos do extinto Fundo do Plano para Melhoria de Proventos e Pensão - PMPP.

Incluem também os participantes ativos que saldaram seus benefícios no REG/REPLAN e aderiram a este plano de benefícios.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Instituído em janeiro de 2010, nos termos das Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, com o objetivo de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da EFPC, na forma do seu regulamento.

Os recursos iniciais para constituição do PGA foram transferidos do programa administrativo registrado nos planos de benefícios, posicionado em 31 de dezembro de 2009.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da FUNCEF são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, que substituiu a Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

Respeitadas as normas específicas, a EFPC deve adotar, quando aplicável, as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sendo aplicadas de modo uniforme ao longo do tempo, salvo disposição em contrário.

A contabilidade é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa.

As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos financeiros, bem como o valor de terrenos e edificações registrados como investimentos imobiliários e ativo imobilizado.

A elaboração das demonstrações consolidadas obedece às normas do CGPC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação de políticas contábeis,

incluindo expectativas de eventos futuros que acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, sendo que os valores definitivos dessas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou julgamentos por parte da administração são: valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados frequentemente em mercado ativo, valor justo dos ativos imobiliários obtidos por meio de reavaliação, vida útil de determinados ativos, provisões para contingências judiciais e provisões Matemáticas.

As informações estão apresentadas em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, de acordo com a planificação contábil padrão das EFPCs, refletindo o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade.

Os saldos referentes ao exercício de 2009, para fins de comparabilidade, foram adequados à planificação contábil que entrou em vigor em janeiro de 2010, conforme Resolução CGPC nº 28.

As principais alterações na planificação contábil estabelecidas nos normativos vigentes a partir de 2010 foram: criação do Plano de Gestão Administrativa (PGA); classificação dos ativos de investimento por emissor e passivo atuarial demonstrado de forma analítica.

Além da alteração na estrutura do plano de contas, os critérios para avaliação dos ativos financeiros devem observar as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na FUNCEF estão assim resumidas:

Apuração do resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativas, rendas e variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Títulos e valores mobiliários

O registro e a avaliação de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, e são classificados de acordo com a intenção da administração em:

Títulos para negociação - aqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - aqueles para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os investimentos classificados como para negociação são reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação e os investimentos classificados como títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A atualização de títulos e créditos privados calculada pelo método da taxa efetiva de juros é reconhecida no período em que incorrerem.

As rendas ou variações positivas e as deduções ou variações negativas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros são reconhecidas no exercício em que ocorrerem.

As ações de companhias negociadas em Bolsa de Valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

O valor de mercado ou valor justo dos investimentos é obtido mediante a utilização de cotações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, BM&F Bovespa, CBLC e Custodiante.

Se não houver mercado ativo para precificação de instrumento financeiro, a Fundação estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação determinado internamente ou por empresa independente e especializada. Na falta de laudo, utiliza-se o valor de custo.

As bonificações, os dividendos de ações e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos, contabilmente, a partir da data da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou ato que formalize a obrigação do emissor.

As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, na data do balanço.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou construção, incluindo honorários, taxas, emolumentos e demais encargos incidentes sobre a operação.

O valor justo dos investimentos imobiliários é obtido por meio de laudos de avaliação determinado por empresa ou profissional legalmente habilitado. A carteira imobiliária da FUNCEF é reavaliada anualmente.

A depreciação, exceto terrenos e imóveis em construção, é calculada à taxa linear de acordo com o período de vida útil determinada em laudo de avaliação.

Para determinação dos valores dos imóveis, são utilizados os métodos de Capitalização da Renda, Comparativo Direto de Dados de Mercado e Custo de Reprodução, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nº 14.653.

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis, direitos acessórios e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos habitacionais concedidos aos participantes e assistidos estão demonstrados pelos seus valores originais, deduzidas as amortizações, acrescidos de atualização monetária e juros contratuais. Em caso de inadimplência, são acrescidos multa e juros moratórios.

Os descontos para quitação de contratos relativos à carteira de financiamento habitacional seguem a seguinte política:

Exercício de 2010:

Desconto de 60% sobre o saldo devedor para os contratos adimplentes;

Desconto de 50% sobre o saldo devedor total (incluindo as parcelas vencidas) para os contratos inadimplentes; ou

Desconto de 20% sobre o valor de avaliação do imóvel, para ambos os contratos, adimplentes ou inadimplentes.

Exercício de 2009:

Desconto de 47% sobre o saldo devedor vincendo, tanto para os adimplentes quanto para os inadimplentes; ou

Desconto de 18% na quitação do financiamento com base no valor da avaliação do imóvel;

Quitação das prestações vencidas, sem desconto, mas com a atualização pelo INPC, sem encargos por atraso.

Provisão para perda

Na constituição de provisão para perda, são observados os critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34/09, bem como avaliações da administração quanto ao risco de perda dos ativos.

A provisão para perda relativa aos direitos creditórios de liquidação duvidosa é constituída da seguinte forma:

Atraso (em dias)		Faixa de provisionamento	Incide sobre
De	Até		
61	120	25%	Créditos vencidos e vincendos
121	240	50%	Créditos vencidos e vincendos
241	360	75%	Créditos vencidos e vincendos
> 361		100%	Créditos vencidos e vincendos

Contribuições previdenciais em atraso provisionam-se somente as parcelas vencidas.

Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, depreciados pelo método linear, à taxa anual de acordo com a vida útil dos bens.

Os bens imóveis seguem a mesma política contábil dos investimentos imobiliários.

Em atendimento à NBC T 19.1 - Ativo Imobilizado, a Fundação, com base em avaliação interna, atribuiu novo custo e reduziu o valor líquido contábil de alguns bens ao valor recuperável, bem como adequou as taxas de depreciação e amortização do ativo imobilizado à sua vida útil estimada, no exercício de 2010.

As taxas de depreciação e amortização estão dispostas no quadro abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	
	2010	2009
Máquinas e equipamentos	10%, 20% e 33,33% a.a.	10% a.a.
Computadores	10%, 20% e 50% a.a.	20% a.a.
Móveis e utensílios	10%, 15% e 20% a.a.	10% a.a.
Veículos	12,50% e 33,33% a.a.	20% a.a.

Descrição	Taxa de Depreciação	
	2010	2009
Software - Imobilizado	20% e 33,33% a.a.	20%, 33,3%, 50% e 100% a.a.
Imóveis	De acordo com laudo de avaliação	De acordo com laudo de avaliação

Ativo intangível

O registro de bens no ativo intangível passou a ser exigido no exercício de 2010, com a entrada em vigor da nova planificação contábil padrão estabelecida pela Resolução CGPC nº 28/2009 e em conformidade com a NBC T 19.8 Ativo Intangível.

Ativo diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzida a amortização à taxa linear de 20% a.a. Nota 7(c).

Exigível operacional

Inclui obrigações a pagar a empregados, benefícios devidos aos assistidos, bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e tributos a recolher.

Também estão registrados os valores a integralizar de investimentos, especialmente cotas a integralizar de fundos de investimentos.

Estão demonstrados pelos valores contratados, acrescidos, quando aplicável, dos encargos correspondentes.

Contingências

Referem-se às demandas judiciais, de origem previdencial, administrativa e de investimentos, oriundos de interpretações divergentes ou de condições e situações de solução indefinida, que dependem de eventos ou decisões futuras e envolvem um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência, em relação ao tempo e ao valor, podendo gerar ou não desembolso financeiro pela Entidade. Nota 9.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e consideram premissas definidas pela administração da Fundação embasadas em seus assessores jurídicos.

Os valores provisionados são atualizados conforme índices divulgados pelos tribunais do Estado ou região onde se encontram em curso os processos.

Inclui a provisão de 10% dos honorários de sucumbência sobre as ações que tramitam na justiça comum, excluindo os processos de origem trabalhista.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados por $TR + 6\% \text{ a.a.}$ e $TR + 3\% \text{ a.a.}$, respectivamente.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas representam o valor atual dos compromissos futuros do plano para com seus participantes e assistidos, classificados em benefícios concedidos e a conceder.

As reservas estruturadas na modalidade de benefício definido são determinadas segundo cálculos atuariais efetuados por atuário interno e atestadas por empresa de consultoria contratada para esta finalidade.

O método de financiamento utilizado na determinação dos passivos atuariais dos planos de benefícios REB e Novo Plano é o Método de Crédito Unitário Projetado (PUC).

Na modalidade não saldada do plano de benefícios REG/REPLAN, foi alterado, em 2010, o método de financiamento PUC para o método Agregado.

Em ambos os exercícios, as reservas matemáticas foram calculadas com base na tábua de mortalidade AT-2000, fator de capacidade dos salários e benefícios de 98%, tábua de mortalidade de inválidos WINKLEVOS, tábua HUNTER para a entrada em invalidez e meta atuarial correspondente ao INPC mais taxa de juros de 5,5% a.a.

As reservas estruturadas na modalidade de contribuição definida representam o saldo de conta, constituídas pelas contribuições individuais dos participantes e patrocinadoras, na forma do regulamento do plano de benefícios, descontado o valor destinado ao custeio administrativo e benefício não programados, rentabilizadas pelo resultado dos investimentos.

Equilíbrio técnico

Registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios.

O superávit técnico do plano de benefícios deve ser contabilizado na reserva de contingência, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas, e o que exceder este percentual será registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano.

O déficit técnico será registrado sempre que for apurada uma insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios.

Fundos previdenciais

Na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos fundos já existentes, o atuário responsável identifica a fonte de custeio e a finalidade relacionada a um evento determinado ou a um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Fundos previdenciais previstos na legislação:

(I) Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

É constituído pela reversão de parcela do saldo de conta relativa ao patrocinador, não resgatável pelo participante.

(II) Revisão de Plano:

É constituído com a finalidade de revisão de plano, de acordo com o art. 17 da resolução CGPC nº 26/2008.

(III) Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial:

Constituído de acordo com a nota técnica atuarial e que não mantenham relação com os fundos previdenciais anteriores.

Fundo administrativo

O fundo administrativo é constituído exclusivamente no PGA com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão administrativa. No caso de diferença negativa, este fundo é revertido.

O fundo administrativo deve ter um saldo mínimo que corresponde ao valor do Ativo Permanente e não pode ser utilizado para cobertura de resultados negativos.

Registra-se nos planos de benefícios a participação no fundo administrativo do PGA, na forma do seu regulamento.

Custeio administrativo

São recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da FUNCEF, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores e instituidores; reembolso dos patrocinadores e instituidores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial; e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos planos de benefícios e PGA, por ocasião da aprovação do orçamento anual e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio anual.

O limite anual de destinação de recursos dos planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CGPC nº 29/2009, a ser definido pelo Conselho Deliberativo da entidade, é um entre os seguintes: até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios RGPB; ou até 9% sobre soma das contribuições e dos benefícios.

O Conselho Deliberativo da FUNCEF estabeleceu como limite para o exercício de 2010 o percentual de 0,29% sobre o RGPB.

Fundo de investimentos

O Fundo Garantidor para Quitação de Crédito - FGQC é constituído com o objetivo de garantir a cobertura do saldo devedor dos empréstimos a participantes e aposentados, nas modalidades Credinâmico e Integralização de Reserva, em caso de falecimento do mutuário ou nas situações definidas pela Diretoria Executiva da FUNCEF.

O fundo de investimento é constituído por percentual incidente sobre o valor do empréstimo no ato da contratação, e mensalmente, sobre o saldo devedor atualizado, de acordo com a idade do mutuário, conforme tabela abaixo: Nota 11(c).

Faixa Etária	Taxa Anual	Taxa Mensal
00 - 54 anos	1,19%	0,10%
55 - 74 anos	1,78%	0,15%
A partir de 74 anos	2,37%	0,20%

Consolidação de planos

A consolidação do balanço da FUNCEF segue as normas de consolidação estabelecidas pela legislação vigente.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são Superávit Técnico, Déficit Técnico, Migrações entre Planos, Compensações de Fluxos Previdenciais, Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA.

ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado		
Descrição	2010	2009
Recursos a receber (I)	25.011	23.613
Adiantamentos	54.872	49.123
INSS a receber (II)	57.552	50.587
(-) Provisão para perda	(2.856)	(1.825)

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado		
Descrição	2010	2009
Adiantamento a participantes	242	441
Pecúlios	(67)	(80)
Outros realizáveis	38.442	30
Com assistidos	142	20
Entidades convenentes (III)	38.300	10
Total	118.325	72.765

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado		
Descrição	2010	2009
Recursos a receber (I)	23.717	22.386
Adiantamentos	49.322	42.941
INSS a receber (II)	51.090	44.258
(-) Provisão para perda	(1.942)	(1.618)
Adiantamento a participantes	171	310
Pecúlios	3	(10)
Outros realizáveis	35.959	22
Com assistidos	25	16
Entidades convenentes (III)	35.933	6
Total	108.998	65.349

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado		
Descrição	2010	2009
Recursos a receber (i)	1.294	1.226
Adiantamentos	5.550	6.182
INSS a receber (ii)	6.462	6.329
(-) Provisão para perda	(914)	(207)
Adiantamento a participantes	72	130
Pecúlios	(70)	(70)
Outros realizáveis	2.483	8
Com assistidos	117	4
Entidades convenentes (iii)	2.366	4
Total	9.327	7.416

Em R\$ Mil

Novo Plano		
Descrição	2010	2009
Recursos a receber (i)	36	-
Adiantamentos	1.685	1.978
INSS a receber (ii)	1.696	1.989
(-) Provisão para perda	(108)	(69)
Adiantamento a participantes	95	57
Pecúlios	1	-
Outros realizáveis	13.582	1
Com assistidos	1	1
Entidades convenentes (iii)	13.581	-
Total	15.303	1.979

Em R\$ Mil

REB		
Descrição	2010	2009
Recursos a receber (i)	3.952	3.725
Adiantamentos	933	1.380
INSS a receber (ii)	928	1.279
(-) Provisão para perda	(78)	-
Adiantamento a participantes	89	105
Pecúlios	(5)	(5)
Outros realizáveis	5.892	12
Com assistidos	8	10
Entidades convenentes (iii)	5.883	3
Total	10.777	5.117

Em R\$ Mil

Consolidado		
Descrição	2010	2009
Recursos a receber (i)	28.999	27.338
Adiantamentos	57.490	52.480
INSS a receber (ii)	60.176	53.855
(-) Provisão para perda	(3.042)	(1.894)
Adiantamento a participantes	426	603
Pecúlios	(71)	(84)
Outros realizáveis	164	44
Com assistidos	152	31
Entidades convenentes (iii)	12	12
Total	86.653	79.861

Incluem os valores a receber da CAIXA:

Em R\$ Mil

2010	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Diferenças de contribuições 2003 a 2005 (i.1)	7.523	946	4	16	8.489
IR - RET (i.2)	23.717	1.294	-	3.950	28.961
Total	31.240	2.240	4	3.966	37.450

Em R\$ Mil

2009	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Diferenças de contribuições 2003 a 2005 (i.1)	6.666	838	5	14	7.523
IR - RET (i.2)	22.386	1.226		3.725	27.337
Total	29.052	2.064	5	3.739	34.860

(i.1) Representa o valor residual da diferença de contribuições da Patrocinadora (paridade), relativa aos exercícios 2003 a 2005, que estão em discussão com a Patrocinadora, totalmente provisionados para perdas.

(i.2) Refere-se ao montante de recursos relativos à incidência de Imposto de Renda nos termos do Regime Especial de Tributação - RET sobre o aporte de reserva matemática dos assistidos da ex-Caixa seguros, em 2003, questionado judicialmente mediante depósito de montante integral efetuado pela FUNCEF.

A CAIXA se compromete a pagar o valor mencionado caso a Fundação não obtenha êxito na ação contra a Receita Federal do Brasil, conforme termo de acordo para viabilizar o Pagamento de Obrigação Previsto no Contrato de Plano de Benefício Massa Fechada, assinado pela FUNCEF e CAIXA em 12 de maio de 2009.

(ii) Registra o adiantamento de benefícios de responsabilidade do INSS, realizado no dia 20 de cada mês, com ressarcimento no 5º dia útil do mês subsequente.

(iii) Valores a receber entre os planos de benefícios da FUNCEF, relativos a acertos de eventos de natureza previdencial.

ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em R\$ Mil

Plano de Gestão Administrativa		
Descrição	2010	2009
Contas a receber (i)	4.808	74
Contribuições para custeio	4.736	-
Responsabilidade de empregados	6	10
Outros recursos a receber	66	63
Despesas antecipadas	448	468
Outros realizáveis	130	1.850
INSS a receber s/ativos	39	39
Valores a receber (ii)	91	1.811
Total	5.386	2.392

(i) Refere-se aos recursos a receber dos planos de benefícios relativo ao custeio administrativo.

(ii) Tributos a compensar provenientes de depósito judicial de PIS/PASEP e COFINS.

ATIVO REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

Títulos e valores mobiliários por tipo de classificação e vencimentos.

Categoria de títulos para negociação.

Em R\$ Mil

2010						
Títulos para negociação			Tipos de vencimento			
Títulos	Plano	Valor contábil	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos
CCB	REG/REPLAN não Saldado	9.774	364	9.410	-	-
	REG/REPLAN Saldado	92.965	1.457	91.509	-	-
	REB	2.204	-	2.204	-	-
	Novo Plano	5.188	-	5.188	-	-
	Consolidado	110.131	1.821	108.311	-	-
CDB	REG/REPLAN não Saldado	2.601	2.601	-	-	-
	REG/REPLAN Saldado	24.000	24.000	-	-	-
	REB	-	-	-	-	-
	Novo Plano	44.912	44.912	-	-	-
	Consolidado	71.513	71.513	-	-	-
Debêntures	REG/REPLAN não Saldado	81.562	975	49.249	14.651	16.687
	REG/REPLAN Saldado	786.105	9.776	505.751	158.600	111.977
	REB	17.670	448	13.914	3.308	-
	Novo Plano	42.164	293	15.390	8.781	17.700
	Consolidado	927.501	11.492	584.304	185.340	146.364
DPGE	REG/REPLAN não Saldado	32.446	933	31.513	-	-
	REG/REPLAN Saldado	318.975	9.164	309.811	-	-
	REB	6.680	192	6.488	-	-
	Novo Plano	13.936	397	13.539	-	-
	Consolidado	372.037	10.686	361.351	-	-
Operações compromissadas	REG/REPLAN não Saldado	1.227	1.227	-	-	-
	REG/REPLAN Saldado	8.465	8.465	-	-	-
	REB	-	-	-	-	-
	Novo Plano	1.088	1.088	-	-	-
	Consolidado	10.780	10.780	-	-	-
NTN-B	REG/REPLAN não Saldado	157.564	-	119.332	14.665	23.567
	REG/REPLAN Saldado	1.512.534	-	1.307.585	43.390	161.559
	REB	62.241	-	62.241	-	-
	Novo Plano	107.323	-	68.917	2.419	35.987
	Consolidado	1.839.662	-	1.558.075	60.474	221.113
Consolidado Total		3.331.625	106.292	2.612.041	245.814	367.478

Em R\$ Mil

2009						
Mantidos até o vencimento			Tipos de vencimento			
Títulos	Plano	Valor contábil	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos
CCB	REG/REPLAN não Saldado	18.014	3.018	14.996	-	-
	REG/REPLAN Saldado	106.923	7.042	99.881	-	-
	REB	2.598	-	2.598	-	-
	Novo Plano	4.780	-	4.780	-	-
	Consolidado	132.315	10.060	122.255	-	-
CDB	REG/REPLAN não Saldado	13.133	13.133	-	-	-
	REG/REPLAN Saldado	27.231	27.231	-	-	-
	REB	2.121	2.121	-	-	-
	Novo Plano	1.148	1.148	-	-	-
	Consolidado	43.633	43.633	-	-	-
Debêntures	REG/REPLAN não Saldado	67.854	1.915	52.696	13.243	-
	REG/REPLAN Saldado	602.926	15.088	454.463	133.375	-
	REB	22.149	897	15.572	5.680	-
	Novo Plano	21.452	483	16.394	4.575	-
	Consolidado	714.381	18.383	539.125	156.873	-
NTN-B	REG/REPLAN não Saldado	162.849	-	78.728	59.217	24.904
	REG/REPLAN Saldado	1.207.067	-	574.916	470.996	161.155
	REB	39.909	-	16.048	14.506	9.355
	Novo Plano	96.039	-	59.427	5.790	30.822
	Consolidado	1.505.864	-	729.119	550.509	226.236
NTN-C	REG/REPLAN não Saldado	14.013	-	14.013	-	-
	REG/REPLAN Saldado	228.246	-	228.246	-	-
	REB	43.059	-	43.059	-	-
	Novo Plano	112	-	112	-	-
	Consolidado	285.430	-	285.430	-	-
Consolidado Total		2.681.623	72.076	1.675.929	707.382	226.236

Categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Em R\$ Mil

2010						
Mantidos até o vencimento			Tipos de vencimento			
Títulos	Plano	Valor contábil	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos
CCB	REG/REPLAN não Saldado	28.894	3.293	6.718	18.884	-
	REG/REPLAN Saldado	257.063	13.171	63.449	180.444	-
	REB	5.689	-	1.493	4.196	-
	Novo Plano	9.280	-	2.986	6.295	-
	Consolidado	300.926	16.464	74.646	209.819	-
Debêntures	REG/REPLAN não Saldado	3.166	-	2.982	-	184
	REG/REPLAN Saldado	31.490	-	29.513	-	1.977
	REB	639	-	612	-	27
	Novo Plano	1.165	-	1.153	-	12
	Consolidado	36.460	-	34.260	-	2.200
LCI	REG/REPLAN não Saldado	1.883	-	1.883	-	-
	REG/REPLAN Saldado	20.285	-	20.285	-	-
	REB	283	-	283	-	-
	Novo Plano	125	-	125	-	-
	Consolidado	22.576	-	22.576	-	-
NTN-B	REG/REPLAN não Saldado	779.486	-	296.214	100.090	383.183
	REG/REPLAN Saldado	8.287.244	-	3.093.251	1.090.939	4.103.054
	REB	191.011	-	83.766	35.156	72.088
	Novo Plano	563.305	-	225.533	149.713	188.059
	Consolidado	9.821.046	-	3.698.764	1.375.898	4.746.384
NTN-C	REG/REPLAN não Saldado	265.130	-	-	180.161	84.969
	REG/REPLAN Saldado	2.852.974	-	-	1.938.631	914.343
	REB	39.833	-	-	27.059	12.774
	Novo Plano	17.551	-	-	11.928	5.624
	Consolidado	3.175.488	-	-	2.157.779	1.017.710
Consolidado Total		13.356.496	16.464	3.830.246	3.743.496	5.766.293

Em R\$ Mil

2009						
Mantidos até o vencimento			Tipos de vencimento			
Títulos	Plano	Valor contábil	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos
CCB	REG/REPLAN não Saldado	45.313	-	-	45.313	-
	REG/REPLAN Saldado	329.323	-	-	329.323	-
	REB	9.926	-	-	9.926	-
	Novo Plano	13.832	-	-	13.832	-
	Consolidado	398.394	-	-	398.394	-
Debêntures	REG/REPLAN não Saldado	3.670	-	-	3.462	208
	REG/REPLAN Saldado	28.915	-	-	27.134	1.781
	REB	761	-	-	729	32
	Novo Plano	1.078	-	-	1.068	10
	Consolidado	34.424	-	-	32.393	2.031
LCI	REG/REPLAN não Saldado	2.157	-	2.157	-	-
	REG/REPLAN Saldado	18.458	-	18.458	-	-
	REB	331	-	331	-	-
	Novo Plano	103	-	103	-	-
	Consolidado	21.049	-	21.049	-	-
DPGE	REG/REPLAN não Saldado	31.428	-	31.428	-	-
	REG/REPLAN Saldado	246.283	-	246.283	-	-
	REB	6.657	-	6.657	-	-
	Novo Plano	10.842	-	10.842	-	-
	Consolidado	295.210	-	295.210	-	-
NTN-B	REG/REPLAN não Saldado	897.390	-	318.904	134.594	443.892
	REG/REPLAN Saldado	7.569.104	-	2.644.518	1.149.749	3.774.837
	REB	225.365	-	88.869	33.338	103.158
	Novo Plano	523.130	-	203.589	89.825	229.716
	Consolidado	9.214.989	-	3.255.880	1.407.506	4.551.603
NTN-C	REG/REPLAN não Saldado	292.484	-	-	101.367	191.117
	REG/REPLAN Saldado	2.502.182	-	-	867.186	1.634.996
	REB	45.109	-	-	15.635	29.474
	Novo Plano	13.868	-	-	4.805	9.063
	Consolidado	2.853.643	-	-	988.993	1.864.650
Consolidado Total		12.817.709	-	3.572.139	2.827.286	6.418.284

Os Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE, foram reclassificadas de mantidos até o vencimento para negociação em virtude de as instituições financeiras emitentes dos títulos não possuírem classificação com baixo risco de crédito, emitido por agências de rating, apesar de os títulos serem garantidos, até determinado limite, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O impacto desta alteração foi positivo de R\$ 1.216 mil.

Títulos públicos

Em R\$ Mil

Títulos públicos		
Descrição	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	13.854.932	12.873.335
NTN - B	10.736.828	9.836.410
NTN - C	3.118.104	3.036.925
REG/REPLAN Saldado	12.652.752	11.506.599
NTN - B	9.799.778	8.776.171
NTN - C	2.852.974	2.730.428
REG/REPLAN não Saldado	1.202.180	1.366.736
NTN - B	937.050	1.060.239
NTN - C	265.130	306.497
Novo Plano	688.179	633.149
NTN - B	670.628	619.169
NTN - C	17.551	13.980
REB	293.085	353.441
NTN - B	253.252	265.274
NTN - C	39.833	88.167
Consolidado	14.836.197	13.859.925
NTN - B	11.660.709	10.720.853
NTN - C	3.175.488	3.139.072

No exercício de 2010, realizou-se a troca de 125.000 NTN-C com vencimento em 2011 (R\$ 299.210 mil) por 160.000 NTN-B com vencimento em 2015 (R\$ 301.441 mil), ambas classificadas para negociação.

Também fazem parte da carteira de renda fixa, os ativos provisionados para perda relacionados abaixo:

As Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina, no montante de R\$ 56.707 mil, sendo R\$ 50.948 mil no REG/REPLAN modalidade saldada, R\$ 4.735 mil na modalidade não saldada, R\$ 711 mil no REB e R\$ 313 mil no Novo Plano, estão provisionadas para perda desde 2001.

Créditos privados e depósitos

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado			
Ativos	Emissor	2010	2009
Debêntures não conversíveis	Companhias Abertas	900.162	701.377
CCB	Companhias Abertas	100.919	93.911
	Companhias Fechadas	287.779	405.663
CDB	Instituições Financeiras	26.600	40.364
DPGE	Instituições Financeiras	351.422	277.711
Poupança	Instituições Financeiras	5	8
	Patrocinador	805	972
Letras imobiliárias	Patrocinador	22.168	20.615
Operações compromissadas	Patrocinador	9.692	-
Total		1.699.552	1.540.621

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado			
Ativos	Emissor	2010	2009
Debêntures não conversíveis	Companhias Abertas	815.618	630.061
CCB	Companhias Abertas	91.509	83.108
	Companhias Fechadas	258.520	353.138
CDB	Instituições Financeiras	24.000	27.231
DPGE	Instituições Financeiras	318.975	246.283
Poupança	Instituições Financeiras	5	7
	Patrocinador	737	870
Letras imobiliárias	Patrocinador	20.285	18.458
Operações compromissadas	Patrocinador	8.465	-
Total		1.538.114	1.359.156

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado			
Ativos	Emissor	2010	2009
Debêntures não conversíveis	Companhias Abertas	84.543	71.316
CCB	Companhias Abertas	9.410	10.802
	Companhias Fechadas	29.259	52.524
CDB	Instituições Financeiras	2.601	13.133
DPGE	Instituições Financeiras	32.446	31.428
Poupança	Instituições Financeiras	1	1
	Patrocinador	69	102
Letras imobiliárias	Patrocinador	1.883	2.157
Operações compromissadas	Patrocinador	1.227	-
Total		161.439	181.464

Em R\$ Mil

Novo Plano			
Ativos	Emissor	2010	2009
Debêntures não conversíveis	Companhias Abertas	43.318	22.520
CCB	Companhias Abertas	5.188	4.780
	Companhias Fechadas	9.280	13.832
CDB	Instituições Financeiras	44.912	1.148
DPGE	Instituições Financeiras	13.936	10.842
Poupança	Patrocinador	4	5
Letras imobiliárias	Patrocinador	125	103
Operações compromissadas	Patrocinador	1.088	-
Total		117.851	53.229

Em R\$ Mil

REB			
Ativos	Emissor	2010	2009
Debêntures não conversíveis	Companhias Abertas	18.282	22.878
CCB	Companhias Abertas	2.204	2.598
	Companhias Fechadas	5.689	9.926
CDB	Instituições Financeiras	-	2.121
DPGE	Instituições Financeiras	6.681	6.657
Poupança	Instituições Financeiras	10	16
	Patrocinador	283	331
Letras imobiliárias	Patrocinador	1.088	-
Total		33.149	44.527

Em R\$ Mil

Consolidado			
Ativos	Emissor	2010	2009
Debêntures não conversíveis	Companhias Abertas	961.762	746.776
CCB	Companhias Abertas	108.311	101.289
	Companhias Fechadas	302.748	429.421
CDB	Instituições Financeiras	71.512	43.632
DPGE	Instituições Financeiras	372.038	295.210
Poupança	Instituições Financeiras	5	8
	Patrocinador	820	992
Letras imobiliárias	Patrocinador	22.577	21.049
Operações compromissadas	Patrocinador	10.780	-
Total		1.850.553	1.638.377

Os investimentos em Poupança decorrem de cumprimento de ordem judicial.

Também fazem parte da carteira de créditos privados os ativos provisionados para perda relacionados abaixo:

As debêntures conversíveis emitidas pela Casa Anglo, no montante de R\$ 38.505 mil, sendo R\$ 34.594 mil no REG/REPLAN modalidade saldada, R\$ 3.215 mil na modalidade não saldada, R\$ 483 mil no REB e R\$ 213 mil no Novo Plano, estão provisionadas para perda desde 1999.

As debêntures não conversíveis emitidas pela Crefisul, no montante de R\$ 10.745 mil, sendo R\$ 9.654 mil no REG/REPLAN modalidade saldada, R\$ 897 na modalidade não saldada, R\$ 135 mil no REB e R\$ 59 mil no Novo Plano, estão provisionadas para perda desde 1999.

Ações

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado		
Emissor	2010	2009
Instituições financeiras	258.003	375.871
Companhias abertas	4.048.304	2.951.117
Companhias fechadas (i)	1.290	804
Sociedades de propósitos específicos	67.611	46.079
Total	4.375.208	3.373.871

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado		
Emissor	2010	2009
Instituições financeiras	236.991	336.976
Companhias abertas	3.697.264	2.645.237
Companhias fechadas (i)	1.180	720
Sociedades de propósitos específicos	60.158	39.315
Total	3.995.593	3.022.247

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado		
Emissor	2010	2009
Instituições financeiras	21.012	38.895
Companhias abertas	351.040	305.880
Companhias fechadas (i)	110	84
Sociedades de propósitos específicos	7.453	6.765
Total	379.615	351.624

Em R\$ Mil

Novo Plano		
Emissor	2010	2009
Instituições financeiras	31.749	17.217
Companhias abertas	334.628	121.965
Companhias fechadas (i)	7	4
Sociedades de propósitos específicos	3.210	229
Total	369.594	139.415

Em R\$ Mil

REB		
Emissor	2010	2009
Instituições financeiras	3.026	5.847
Companhias abertas	56.471	47.643
Companhias fechadas (i)	16	13
Sociedades de propósitos específicos	841	742
Total	60.354	54.245

Em R\$ Mil

Consolidado		
Emissor	2010	2009
Instituições financeiras	292.778	398.935
Companhias abertas (i)	4.439.402	3.120.725
Companhias fechadas (ii)	1.313	821
Sociedades de propósitos específicos	71.662	47.050
Total	4.805.155	3.567.531

(i) Das ações das companhias Norton, Daleth, Fiago, Invitel Legacy, Newtel, Serra Azul e Sul, 116 foram avaliadas pelo custo.

As ações de CTX Participações S/A e Telemar Participações S/A, no montante de R\$ 20.569 mil e R\$ 413.695 mil, respectivamente, estão avaliadas pelo valor da última negociação.

Em 2010, os papéis de emissão da empresa Invepar S/A tiveram um ganho de R\$ 465.348 mil conforme avaliação econômico-financeira. Até 2009, esses papéis estavam avaliados pelo valor patrimonial.

(ii) Registra apenas as ações da Embratel, adquiridas em 1997 e avaliadas pelo custo.

Também fazem parte da carteira de ações os ativos provisionados para perda relacionados abaixo:

O valor contábil das ações do Banco Nacional, Casa Anglo, Gazeta Mercantil, Limasa, Lorenz e Prometal consideradas de difícil realização, ou cujas empresas estão em processo de falência ou concordata, no montante de R\$ 73.828 mil, sendo R\$ 66.330 mil no REG/REPLAN modalidade saldada, R\$ 6.164 mil na modalidade não saldada, R\$ 926 mil no REB e R\$ 408 mil no Novo Plano, estão provisionadas para perda desde os exercícios de 2001 a 2003.

No mercado de ações, também estão incluídos os bônus de subscrição da Ambev, no valor de R\$ 11.060 mil, sendo R\$ 9.936 mil no REG/REPLAN modalidade saldada, R\$ 923 mil na modalidade não saldada, R\$ 139 mil no REB e R\$ 62 mil no Novo Plano, sob demanda judicial, provisionados para perda desde 2003.

Fundos de Investimento

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado		
Emissor	2010	2009
Referenciado	242.015	835.634
Renda fixa	193.439	1.086.807
Ações (i)	10.148.556	7.848.091
Multimercado	1.924.566	1.707.406
Direitos creditórios	78.328	113.479
Empresas emergentes	109.279	111.878
Participações	3.007.826	2.477.444
Imobiliário	468.913	471.215
Outros	33.363	-
Total	16.206.285	14.651.954

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado		
Emissor	2010	2009
Referenciado	205.829	623.240
Renda fixa	163.029	951.911
Ações (i)	9.281.405	7.019.517
Multimercado	1.587.066	1.475.988
Direitos creditórios	71.302	101.041
Empresas emergentes	99.959	100.130
Participações	2.705.334	2.177.079
Imobiliário	428.537	421.266
Outros	19.765	-
Total	14.562.226	12.870.173

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado		
Emissor	2010	2009
Referenciado	36.186	212.394
Renda fixa	30.410	134.896
Ações (i)	867.150	828.573
Multimercado	337.500	231.418
Direitos creditórios	7.027	12.437
Empresas emergentes	9.320	11.748
Participações	302.492	300.365
Imobiliário	40.376	49.949
Outros	13.598	-
Total	1.644.059	1.781.780

Em R\$ Mil

Novo Plano		
Emissor	2010	2009
Referenciado	94.652	196.514
Renda fixa	22.874	91.331
Ações (i)	324.836	173.186
Multimercado	267.124	101.740
Direitos creditórios	2.346	2.842
Empresas emergentes	845	793
Participações	117.979	40.299
Imobiliário	6.086	5.912
Outros	3.554	-
Total	840.296	612.616

Em R\$ Mil

REB		
Emissor	2010	2009
Referenciado	6.832	7.044
Renda fixa	3.332	4.730
Ações (i)	178.299	173.940
Multimercado	24.477	27.759
Direitos creditórios	1.409	2.477
Empresas emergentes	1.544	1.998
Participações	66.851	76.896
Imobiliário	6.095	7.760
Outros	4.995	-
Total	293.834	302.605

Em R\$ Mil

PGA		
Emissor	2010	2009
Referenciado	96.097	-
Multimercado	17.477	-
Outros	597	-
Total	114.171	-

Em R\$ Mil

Consolidado		
Emissor	2010	2009
Referenciado (i)	439.596	1.039.191
Renda fixa (i)	219.646	1.182.868
Ações (ii)	10.651.690	8.195.217
Multimercado	2.233.645	1.836.905
Direitos creditórios	82.083	118.797
Empresas emergentes	111.668	114.670
Participações	3.192.656	2.594.639
Imobiliário (iii)	481.094	484.887
Total	17.412.078	15.567.174

(i) O fundo referenciado Parati (R\$ 292.546 mil) foi incorporado ao fundo de renda fixa Sênior IV (R\$ 318.056 mil), que se converteu em fundo multimercado.

(ii) As cotas do fundo de investimento em ações Carteira Ativa II foram valorizadas em 39,18% (13,71% em 2009), com um ganho de R\$ 2.207.193 mil (R\$ 683.323 mil em 2009) conforme avaliação econômico-financeira da empresa Vale S/A.

(iii) Em janeiro/2010, foi feita a liquidação do Fundo Imobiliário Super Quadra 311 Norte.

Derivativos

Em R\$ Mil

Derivativos		
Planos	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	-	18.774
REG/REPLAN Saldado	-	16.809
REG/REPLAN não Saldado	-	1.965
Novo Plano	-	93
REB	-	303
Consolidado	-	19.170

Compostos, exclusivamente, de recebíveis oriundos da compra parcelada de ações da Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP, pela Petrobrás, que foram reclassificados para valores a receber da carteira de Ações emitidas por Sociedades de Propósito Específico - SPE.

Investimentos imobiliários

Em R\$ Mil

2010					
Segmento	Custo Atualizado	Valores a Receber	Provisão para perda com inadimplência	Provisão para perda	Valor Líquido
Terrenos (a)	66.570	4.398	(4.398)	(51.210)	15.360
Imóveis em construção	196.624	-	-	-	196.624
Locados a uso próprio	705	9	(1)	-	713
Locados à patrocinadora	365.617	3.166	(302)	-	368.481
Locados a terceiros	685.508	20.508	(15.533)	-	690.483
Shopping center	1.151.832	741	-	-	1.152.573
Complexo hoteleiro	424.932	4.672	(763)	-	428.841
Direitos em alienações	0	258.927	(14.888)	-	244.039
Total	2.891.788	292.421	(35.885)	(51.210)	3.097.114

Em R\$ Mil

2009					
Segmento	Custo Atualizado	Valores a Receber	Provisão para perda com inadimplência	Provisão para perda	Valor Líquido
Terrenos (a)	52.615	3.648	(3.641)	(36.270)	16.352
Imóveis em construção	301.971	-	-	-	301.971
Locados a uso próprio	550	4	-	-	554
Locados à patrocinadora	326.886	3.087	(186)	-	329.787
Locados a terceiros	430.539	15.646	(13.404)	-	432.781
Shopping center	846.810	1.727	-	-	848.537
Complexo hoteleiro	429.599	2.977	(654)	-	431.922
Direitos em alienações	-	261.893	(11.981)	-	249.912
Total	2.388.970	288.982	(29.866)	(36.270)	2.611.816

(i) A provisão para perda, no montante de R\$ 51.210 (R\$ 36.270 em 2009), refere-se ao terreno do extinto parque aquático Wet'n Wild Salvador, adquirido em 19 de julho de 1996, com gravame hipotecário, provisionado desde 2003. A variação na referida provisão decorre da alteração do valor do imóvel com a reavaliação.

Composição da carteira imobiliária por plano de benefícios

Em R\$ Mil

Investimentos imobiliários		
Plano	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	3.028.982	2.548.349
REG/REPLAN Saldado	2.736.008	2.245.117
REG/REPLAN não Saldado	292.974	303.232
Novo Plano	31.882	24.812
REB	36.250	38.655
Consolidado	3.097.114	2.611.816

Resultados da reavaliação

A reavaliação imobiliária, realizada anualmente em todos os imóveis, foi positiva no montante de R\$ 344.140 mil (R\$ 235.638 mil em 2009).

Em R\$ Mil

Investimento imobiliário	Resultado de reavaliação	
	2010	2009
Terreno	15.880	20.115
Locados a uso próprio	162	51
Locadas à patrocinadora	43.583	49.817
Locadas a terceiros	143.527	29.265
Shopping center	137.321	64.267
Complexo hoteleiro	3.667	72.124
Total	344.140	235.638

Relação dos avaliadores: BSG Engenharia de Avaliações Ltda., Hidd Engenharia Ltda., Rossini Arquitetura, Comunicação e Comércio Ltda., P & F Arquitetura e Assessoria Ltda., Planex Engenharia Ltda., Percon Perícias e Consultoria Ltda., Real Valor Engenharia Ltda., Paulo Henrique Consultoria Ltda., Correia Lima Engenharia Ltda., Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda., Beta Place Engenharia de Avaliações Ltda., Magaldi Figueiredo Engenharia Ltda., ACP Empreendimentos Ltda., Sistenge Engenharia Consultiva S/C Ltda., Periteng Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda., Paulo Gaiga Engenharia Ltda., Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., Conenge - Consultoria e Engenharia Econômica, Avaliações e Perícias Ltda., Exata Perícias e Avaliações Ltda., Hexágono Engenharia Ltda., Silva Lima Engenharia, Porto Mello Engenharia Ltda., RB Serviços e Gerenciamento Ltda., e Proplarcon - Engenharia Civil.

Os laudos de reavaliação estão datados entre os meses de julho a novembro de 2010.

Seguros dos imóveis

É política da FUNCEF manter cobertura de seguros para os investimentos sujeitos a riscos, em montantes considerados suficientes.

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos

Em R\$ Mil

2010				
Empréstimo	Saldo devedor	Saldo vencido	Provisão para perda com inadimplência (i)	Valor líquido
REG/REPLAN Saldado	1.141.053	26.117	(40.738)	1.126.432
REG/REPLAN não Saldado	74.568	8.705	(9.970)	73.303
REB	107.590	2.654	(5.760)	104.484
Novo Plano	295.646	1.331	(5.207)	291.770
Total	1.618.857	38.806	(61.675)	1.595.988

Em R\$ Mil

2009				
Empréstimo	Saldo devedor	Saldo vencido	Provisão para perda com inadimplência (i)	Valor líquido
REG/REPLAN Saldado	1.081.396	24.088	(43.398)	1.062.086
REG/REPLAN não Saldado	88.276	10.366	(12.975)	85.667
REB	84.574	2.355	(6.227)	80.702
Novo Plano	191.754	673	(3.228)	189.199
Total	1.446.000	37.482	(65.828)	1.417.654

(i) inclui R\$ 17.001 mil (R\$ 16.664 mil em 2009) a receber relativos à parcela dos prêmios de seguros devolvidos aos mutuários por quitação antecipada de contrato de empréstimos.

O saldo da carteira compreende empréstimos concedidos com taxa de juros pré-fixadas de 12,75% a.a. e 19,14% a.a., e pós-fixada de 7,90% a.a. acrescida do INPC.

Financiamento habitacional

Em R\$ Mil

2010				
Financiamento habitacional	Valor bruto	Provisão para perda com inadimplência	Provisão desc. Saldo devedor (a)	Valor líquido
REG/REPLAN Consolidado	230.848	(202.064)	(15.212)	13.572
REG/REPLAN Saldado	210.832	(184.543)	(13.893)	12.396
REG/REPLAN não Saldado	20.016	(17.521)	(1.319)	1.177
REB	2.743	(2.401)	(181)	161
Total	233.591	(204.465)	(15.393)	13.733

Em R\$ Mil

2009				
Financiamento habitacional	Valor bruto	Provisão para perda com inadimplência	Provisão desc. Saldo devedor (a)	Valor líquido
REG/REPLAN Consolidado	261.051	(201.410)	(35.227)	24.414
REG/REPLAN Saldado	233.176	(179.903)	(31.466)	21.807
REG/REPLAN não Saldado	27.875	(21.507)	(3.762)	2.606
REB	3.922	(3.026)	(529)	367
Total	264.973	(204.436)	(35.757)	24.781

A carteira de financiamento habitacional está fechada a novas concessões desde novembro de 1996.

Em 2010 foram liquidados antecipadamente 434 contratos (304 em 2009), totalizando R\$ 19.503 mil líquidos, (R\$ 13.198 mil em 2009). O desconto concedido sobre a liquidação antecipada foi de R\$ 25.737 mil (R\$ 8.980 mil em 2009).

A quantidade total de contratos da carteira em 2010 é de 993 (1.427 em 2009), desse total, 778 estão inadimplentes (920 em 2009).

Outros realizáveis

Em R\$ Mil

Outros Realizáveis	2010	2009
REG/REPLAN consolidado	30.482	37.221
REG/REPLAN Saldado	27.840	33.248
REG/REPLAN não Saldado	2.642	3.973
REB	364	562
Consolidado	30.846	37.783

Referem-se aos precatórios relativos à restituição do Imposto de Renda Retido na Fonte, correspondente ao período entre fevereiro de 1987 e fevereiro de 1992, sobre os diversos investimentos em renda fixa e variável. O saldo é atualizado por IPCA-E mais juros simples de 0,5 % a.m. após o primeiro ano, em conformidade a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ATIVO PERMANENTE

Imobilizado

Em R\$ Mil

2010						
Descrição	Custo	Custo Atribuído	Reavaliação	(-) Redução do Valor Recuperável	(-) Deprec./ Amort.	Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	1.360	1	-	(36)	(756)	568
Computadores	10.724	42	-	-	(7.375)	3.392
Móveis e utensílios	2.895	-	-	-	(1.841)	1.054
Veículos	193	-	-	-	(63)	130
Direito de uso de telefone	108	-	-	-	-	108
Software - Imobilizado	3.735	-	-	-	(3.201)	534
Imóveis	6.520	-	31.748	-	-	38.268
Total	25.535	43	31.748	(36)	(13.236)	44.054

Em R\$ Mil

2009						
Descrição	Custo	Custo Atribuído	Reavaliação	(-) Redução do Valor Recuperável	(-) Deprec./ Amort.	Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	1.437	-	-	-	(653)	784
Computadores	11.426	-	-	-	(7.656)	3.770
Móveis e utensílios	2.874	-	-	-	(1.771)	1.103
Veículos	100	-	-	-	(17)	83
Direito de uso de telefone	108	-	-	-	-	108
Imóveis	6.520	-	16.420	-	-	23.060
Total	22.585	-	16.420	-	(10.098)	28.908

Ativo intangível

Em R\$ Mil

2010			
Item	Custo	(-) Amortização	Valor Líquido
Software	19.228	(14.967)	4.261
Desenvolvimento de Software	3.937	-	3.937
Total	23.165	(14.967)	8.198

Em R\$ Mil

2009			
Item	Custo	(-) Amortização	Valor Líquido
Software	23.781	(17.868)	5.913
Desenvolvimento de Software	2.776	-	2.776
Total	26.557	(17.868)	8.689

Em atendimento à Resolução CGPC nº 28/2009 e NBC T 19.1 - Ativo Imobilizado, os saldos relativos a *software* e desenvolvimento de *software*, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido, foram transferidos para o Ativo Intangível.

Ativo diferido

Em R\$ Mil

2010			
Item	Custo	(-) Amortização	Valor Líquido
Marcas e Patentes	1	1	-
Planos de Benefícios	2.422	(2.099)	323
Total	2.423	(2.100)	323

Em R\$ Mil

2009			
Item	Custo	(-) Amortização	Valor Líquido
Marcas e Patentes	1	(1)	-
Planos de Benefícios	2.422	(1.615)	808
Total	2.423	(1.616)	808

De acordo com a Resolução CGPC nº 28/2009, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, relativos aos gastos com a implantação do Novo Plano de Benefícios da FUNCEF, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização.

EXIGÍVEL OPERACIONAL

Gestão previdencial

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado		
Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar (i)	11.283	11.651
Retenções a recolher (ii)	9.954	7.721
Outras exigibilidades (iii)	203.323	130.363
Total	224.560	149.735

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado		
Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar (i)	59	200
Retenções a recolher (ii)	9.218	7.453
Outras exigibilidades (iii)	195.581	129.806
Total	204.858	137.460

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado		
Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar (i)	11.223	11.450
Retenções a recolher (ii)	737	268
Outras exigibilidades (iii)	7.742	557
Total	19.702	12.275

Em R\$ Mil

Novo Plano		
Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar (i)	99	38
Retenções a recolher (ii)	524	704
Outras exigibilidades (iii)	3.100	1.001
Total	3.723	1.742

Em R\$ Mil

REB		
Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar (i)	10	2
Retenções a recolher (ii)	118	162
Outras exigibilidades (iii)	1.597	9
Total	1.725	173

Em R\$ Mil

Consolidado		
Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar (i)	11.392	11.691
Retenções a recolher (ii)	10.597	8.588
Outras exigibilidades (iii)	150.268	131.372
Total	172.257	151.651

(i) Composto, em sua maior parte, pelos valores de Provisão de Reserva de Poupança R\$ 11.176 mil (R\$ 11.378 mil em 2009) de ex-participantes que se desligaram da FUNCEF e da CAIXA, não resgataram e não se enquadram na presunção do Benefício Proporcional Diferido conforme resolução CGPC n.º 06, de 30 de outubro de 2003.

(ii) Representa as retenções de tributos relativos a pagamento de benefícios e resgates efetuados por ex-participantes.

(iii) No REG/REPLAN modalidade Saldada inclui o montante residual de R\$ 143.732 mil (R\$ 129.807 mil em 2009), atualizado pela meta atuarial, recebido da CAIXA em 2006, oriundo do Termo de Acordo de Contribuições Extraordinárias.

Gestão administrativa

Em R\$ Mil

Plano de Gestão Administrativa		
Descrição	2010	2009
Contas a pagar (i)	6.771	6.017
Retenções a recolher (ii)	2.451	1.922
Outras exigibilidades (iii)	3.983	3.184
Total	13.205	11.123

(i) Representa os valores a pagar, principalmente a Fornecedores, R\$ 3.953 mil (R\$ 3.639 mil em 2009) e a provisão de férias dos empregados FUNCEF, R\$ 2.818 mil (R\$ 2.377 mil em 2009).

(ii) Representa as retenções de tributos incidentes sobre serviços contratados pela Fundação e sobre a folha de pagamento a empregados.

(iii) Representa principalmente valores provenientes dos créditos efetuados na conta corrente da FUNCEF, a classificar, no montante de R\$ 3.630 mil (R\$ 2.839 mil em 2009).

Investimentos

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado		
Descrição	2010	2009
Créditos privados e depósitos	21	-
Ações	13.253	75
Fundos de investimento (i)	704.723	1.077.688
Investimentos imobiliários (ii)	73.001	136.640
Empréstimos	1.451	1.137
Financiamento habitacional	1.426	1.272
Relacionados com o disponível	-	169
Outras exigibilidades	1.531	1.520
Total	795.406	1.218.500

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado		
Descrição	2010	2009
Créditos privados e depósitos	20	-
Ações	12.131	67
Fundos de investimento (i)	618.606	926.235
Investimentos imobiliários (ii)	65.942	120.381
Empréstimos	685	363
Financiamento habitacional	1.302	1.136
Relacionados com o disponível	-	150
Outras exigibilidades	1.154	1.057
Total	699.840	1.049.388

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado		
Descrição	2010	2009
Créditos privados e depósitos	1	-
Ações	1.122	8
Fundos de investimento (i)	86.117	151.453
Investimentos imobiliários (ii)	7.059	16.259
Empréstimos	766	774
Financiamento habitacional	124	136
Relacionados com o disponível	-	19
Outras exigibilidades	377	463
Total	95.566	169.112

Em R\$ Mil

Novo Plano		
Descrição	2010	2009
Créditos privados e depósitos	-	-
Ações	1.651	-
Fundos de investimento (i)	58.888	27.465
Investimentos imobiliários (ii)	765	1.330
Empréstimos	302	62
Total	61.606	28.857

Em R\$ Mil

REB		
Descrição	2010	2009
Créditos privados e depósitos	-	-
Ações	166	1
Fundos de investimento (i)	27.307	45.100
Investimentos imobiliários (ii)	877	2.073
Empréstimos	10	10
Financiamento habitacional	17	19
Relacionados com o disponível	-	4
Outras exigibilidades	42	54
Total	28.419	47.261

Em R\$ Mil

PGA		
Descrição	2010	2009
Fundos de investimento (i)	18.092	-
Total	18.092	-

Em R\$ Mil

Consolidado		
Descrição	2010	2009
Créditos privados e depósitos	21	0
Ações	15.071	77
Fundos de investimento (i)	766.501	1.150.252
Investimentos imobiliários (ii)	74.642	140.043
Empréstimos	1.763	1.209
Financiamento habitacional	1.443	1.291
Relacionados com o disponível	-	173
Outras exigibilidades	1.574	1.574
Total	861.015	1.294.618

(i) Refere-se a quotas a integralizar de fundos de investimentos.

(ii) Incluem valores referentes a contratos de construções de imóveis novos, expansões e melhorias.

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração os critérios adotados pela FUNCEF, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais de natureza previdencial, administrativa e de investimentos.

A movimentação do exigível contingencial está assim apresentada:

Em R\$ Mil

Gestão	Saldo em 31/12/2009	Entrada	Baixa	Atualização	Saldo em 31/12/2010
Administrativo	9.398	221	(695)	680	9.604
Investimentos	251.478	2.837	(525)	27.553	281.343
Previdencial	396.355	33.136	(15.265)	36.459	450.685
Total Geral	657.231	36.194	(16.485)	64.692	741.632

Provisionamento por plano de benefícios:

Em R\$ Mil

Contingências		
	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	710.510	624.144
Previdenciários	436.785	381.435
Investimentos	273.725	242.710
REG/REPLAN Saldado	555.116	472.525
Previdenciários	302.794	251.320
Investimentos	252.322	221.205
REG/REPLAN não Saldado	155.393	151.619
Previdenciários	133.991	130.115
Investimentos	21.403	21.504
REB	17.390	21.036
Previdenciários	11.230	12.975
Investimentos	6.160	8.060
Novo Plano	4.128	2.653
Previdenciários	2.670	1.945
Investimentos	1.459	708
PGA - Plano de Gestão Administrativa	9.604	9.398
Administrativo	9.604	9.398
Total Geral	741.633	657.231

Do total da provisão apresentada acima, está incluído cinquenta por cento do valor das contingências classificadas pela assessoria jurídica com probabilidade de perda possível, conforme critério aprovado pela administração, perfazendo o montante de R\$ 329.589 mil (R\$ 280.846 mil em 2009).

Depósito judicial e recursal

Em R\$ Mil

Depósitos judiciais e recursais		
	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	(140.690)	(111.743)
Previdenciários	(113.390)	(87.740)
Investimentos	(27.300)	(24.003)
REG/REPLAN Saldado	(92.936)	(74.582)
Previdenciários	(68.277)	(52.706)
Investimentos	(24.659)	(21.876)
REG/REPLAN não Saldado	(47.753)	(37.161)
Previdenciários	(45.113)	(35.034)
Investimentos	(2.641)	(2.127)
REB	(2.587)	(2.644)
Previdenciários	(2.260)	(1.847)
Investimentos	(327)	(797)
Novo Plano	(920)	(497)
Previdenciários	(633)	(427)
Investimentos	(288)	(70)
PGA - Plano de Gestão Administrativa	(8.913)	(8.020)
Administrativo	(8.913)	(8.020)
Total Consolidado	(153.109)	(122.904)

PATRIMÔNIO SOCIAL

Provisões matemáticas

Em R\$ Mil

REG/REPLAN - Consolidado		
Descrição	2010	2009
Benefícios Concedidos	16.697.573	13.325.771
Benefício definido - Programado	14.398.958	11.213.537
Benefício definido - não Programado	2.298.615	2.112.234
Benefícios a Conceder	19.214.430	19.269.429
Benefício definido - Programado	19.075.987	19.134.017
Benefício definido - não Programado	138.442	135.412
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(571)	(573)
(-) Serviço passado	(571)	(573)
Total	35.911.432	32.594.628

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado		
Descrição	2010	2009
Benefícios Concedidos	15.471.010	12.154.438
Benefício definido - Programado	13.375.569	10.292.529
Benefício definido - não Programado	2.095.441	1.861.909
Benefícios a Conceder	17.094.811	17.019.503
Benefício definido - Programado	16.960.329	16.888.080
Benefício definido - não Programado	134.482	131.423
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
(-) Serviço passado	-	-
Total	32.565.822	29.173.942

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado		
Descrição	2010	2009
Benefícios Concedidos	1.226.563	1.171.333
Benefício definido - Programado	1.023.389	921.008
Benefício definido - não Programado	203.174	250.325
Benefícios a Conceder	2.119.618	2.249.926
Benefício definido - Programado	2.115.658	2.245.937
Benefício definido - não Programado	3.960	3.989
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(571)	(573)
(-) Serviço passado	(571)	(573)
Total	3.345.610	3.420.686

Em R\$ Mil

Novo Plano		
Descrição	2010	2009
Benefícios Concedidos	96.722	69.126
Benefício definido - Programado	42.699	18.704
Benefício definido - não Programado	54.023	50.422
Benefícios a Conceder	2.185.563	1.516.091
Contribuição definida	2.181.037	1.513.862
Benefício definido - não Programado (i)	4.526	2.230
Total	2.282.285	1.585.218

Em R\$ Mil

REB		
Descrição	2010	2009
Benefícios Concedidos	166.333	232.640
Benefício definido - Programado	110.878	157.827
Benefício definido - não Programado	55.455	74.813
Benefícios a Conceder	530.638	456.054
Contribuição definida	530.579	456.041
Benefício definido - não Programado (i)	59	13
Total	696.971	688.694

Em R\$ Mil

Consolidado		
Descrição	2010	2009
Benefícios Concedidos	16.960.628	13.627.537
Benefício definido - Programado	14.552.535	11.390.067
Benefício definido - não Programado	2.408.093	2.237.470
Benefícios a Conceder	21.930.631	21.241.575
Contribuição definida	2.711.616	1.969.903
Benefício definido - Programado	19.075.987	19.134.017
Benefício definido - não Programado	143.027	137.655
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(571)	(573)
(-) Serviço passado	(571)	(573)
Total	38.890.688	34.868.539

(i) Em atendimento à Resolução CGPC nº 28/2009, os saldos de Benefícios a Conceder - benefício definido - não programados no REB e Novo Plano referem-se ao fundo para Benefícios de Risco, registrados anteriormente em Fundos, que foram transferidos para Provisões Matemáticas.

O método de financiamento do REG/REPLAN, modalidade não saldada, foi alterado de Crédito Unitário Projetado - PUC para o método Agregado, com acréscimo de R\$ 88.088 mil nas provisões matemáticas.

A taxa de crescimento real anual de salários, para fins de cálculo das reservas matemáticas, foi alterada de 2,41% para 2,71% no REG/REPLAN e de 2,89% para 3,07% no REB e no NOVO PLANO.

Foram transferidas dos planos REB e REG/REPLAN, modalidade não saldada, para a modalidade saldada do REG/REPLAN as reservas matemáticas dos participantes e assistidos que optaram pelo saldamento de seus benefícios no período de 1º de março de 2010 a 30 de abril de 2010. Nota 17 (a).

Equilíbrio técnico

Em R\$ Mil

Superávit/(Déficit) acumulado		
Descrição	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	386.544	(287.971)
REG/REPLAN Saldado (i)	242.303	-
REG/REPLAN não Saldado (ii)	144.241	(287.971)
Novo Plano (iii)	(1.728)	-
REB (iv)	75.953	109.543
Consolidado	460.769	(178.428)

(i) REG/REPLAN Modalidade Saldada: ocasionada principalmente pelo resultado de investimentos que superou a meta atuarial em 4,96 pontos percentuais.

(ii) REG/REPLAN Modalidade não Saldada: ocasionada pela rentabilidade que superou a meta atuarial em 4,29 pontos percentuais e pela reversão do valor de R\$ 554.816 mil do fundo para ajustes futuros.

O resultado deficitário de 2009 foi remanescente da crise financeira mundial no ano de 2008 e influenciado pela alteração da premissa de crescimento real dos salários e da não aplicabilidade das taxas de custeio recomendada nos pareceres atuariais para os exercícios de 2008 e 2009.

(iii) No Novo Plano, o déficit decorre principalmente pelo resultado de investimentos que não superou a meta atuarial e pelo registro de contingências judiciais.

(iv) Do superávit acumulado no valor de R\$ 75.953 mil (R\$ 109.543 mil em 2009), R\$ 34.695 mil (R\$ 49.748 mil em 2009) corresponde ao saldo da Reserva Especial para Revisão do Plano.

FUNDOS

Fundos previdenciais

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado		
Descrição	2010	2009
Fundo de acumulação de benefícios	1.298.707	1.043.687
Fundo para revisão de benefícios (iii)	759.599	314.800
Fundo para ajustes futuros	6.753	647.401
Fundo para ajuste da taxa de juros	547.235	-
Total	2.612.294	2.005.888

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado		
Descrição	2010	2009
Fundo de acumulação de benefícios	1.298.707	1.043.687
Fundo para revisão de benefícios (iii)	759.599	314.800
Fundo para ajuste da taxa de juros	501.522	-
Total	2.559.827	1.358.487

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado		
Descrição	2010	2009
Fundo para ajustes futuros	6.753	647.401
Fundo para ajuste da taxa de juros	45.713	-
Total	52.466	647.401

Em R\$ Mil

Novo Plano		
Descrição	2010	2009
Fundo para revisão de benefícios (iii)	699	645
Total	699	645

Em R\$ Mil

REB		
Descrição	2010	2009
Fundo mútuo para garantia da reserva de cobertura	3.847	2.920
Fundo para ajuste da taxa de juros	7.554	-
Total	11.401	2.920

Em R\$ Mil

Consolidado		
Descrição	2010	2009
Fundo mútuo para garantia da res. de cobertura (i)	3.847	2.920
Fundo de acumulação de benefícios (ii)	1.298.707	1.043.687
Fundo para revisão de benefícios (iii)	760.298	315.445
Fundo para ajustes futuros (iv)	6.753	647.401
Fundo para ajuste da taxa de juros (v)	554.789	-
Total	2.624.393	2.009.453

(i) Previsto no plano de benefícios REB, sendo constituído pela transferência da parcela do saldo de conta, parte patrocinador, não resgatável pelo participante e tem como objetivo garantir as reservas matemáticas dos benefícios concedidos. Nota 3 (m).

(ii) Fundo previsto no REG/REPLAN Saldado e corresponde à acumulação individual dos benefícios devidos aos participantes elegíveis ao Benefício Programado Pleno, enquanto não o requererem.

(iii) Fundo previsto nos regulamentos do REG/REPLAN, modalidade saldada e Novo Plano:

REG/REPLAN Saldado: em caráter excepcional e transitório, a constituição do fundo corresponde a até 90% do resultado de investimentos que exceder a meta atuarial no exercício. Em 2010, foi possível constituir o montante de R\$ 759.599 mil (R\$ 314.800 em 2009) correspondente a 50% (11,64% em 2009) do resultado que excedeu a meta atuarial.

O benefício saldado será revisto quando o montante deste fundo atingir 1% das provisões matemáticas, após a apuração do resultado do exercício. Em caso de déficit, os recursos do fundo para revisão de benefício saldado serão utilizados para equacioná-lo.

Novo Plano: constituído pela metade do excedente da rentabilidade anual, acima da taxa mínima atuarial para revisão dos benefícios concedidos. Em 2010, ocorreu somente a atualização da constituição de R\$ 645 mil registrada no ano de 2009.

Esse fundo será utilizado sempre que o valor acumulado for suficiente para reajustar os benefícios em, no mínimo, 1%.

(iv) Destina-se à cobertura dos custos com ajustes do plano REG/REPLAN.

(v) Constituído para futuro ajuste da taxa de juros, considerando a tendência de longo prazo de queda da taxa real de juros da economia brasileira.

Fundo administrativo

Em cumprimento à Resolução CGPC nº 28 e 29/2009, os fundos administrativos antes registrados nos planos de benefícios foram transferidos para o PGA e os planos de benefícios passaram a deter participação no referido fundo:

Em R\$ Mil

Participação dos planos de benefícios no fundo administrativo		
Descrição	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	87.260	106.541
REG/REPLAN Saldado	82.729	97.550
REG/REPLAN não Saldado	4.531	8.991
Novo Plano	45.500	33.024
REB	7.588	11.481
Consolidado	140.348	151.046

Fundo de investimento

Fundo Garantidor por plano de benefício:

Em R\$ Mil

Fundo garantidor de quitação de crédito		
Descrição	2010	2009
REG/REPLAN Consolidado	27.285	18.602
REG/REPLAN Saldado	25.615	17.141
REG/REPLAN não Saldado	1.670	1.461
Novo Plano	5.152	2.311
REB	3.211	2.032
Consolidado	35.648	22.946

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A taxa de custeio incidente sobre as contribuições das patrocinadoras e participantes é de 4,75% (8% em 2009) no plano REG/REPLAN, modalidade não saldada, de 4,75% (7% em 2009) no plano Novo Plano e de 4,75% (15% em 2009) no plano REB.

A taxa de custeio incidente sobre os benefícios dos assistidos do plano REB é de 2%.

No Novo Plano e REG/REPLAN, modalidade saldada, a taxa de custeio é de 2% sobre os benefícios dos assistidos, sendo 1% pago da patrocinadora e 1% pago pelos assistidos.

No exercício de 2009, as despesas administrativas de investimentos foram cobertas, integralmente, pelo programa de investimentos. No exercício de 2010, não foi utilizada esta fonte de custeio.

Refere-se ao custeio administrativo registrado proveniente dos planos de benefícios:

Em R\$ Mil

Custeio administrativo			
Planos de benefícios	2010	2009	
	Previdencial	Previdencial	Investimentos
REG/REPLAN Consolidado	28.168	20.740	41.524
REG/REPLAN Saldado	26.471	17.937	36.291
REG/REPLAN não Saldado	1.697	2.803	5.233
Novo Plano	29.870	15.774	1.879
REB	2.756	6.725	1.093
Subtotal	60.794	43.239	44.496
Total	60.794	87.734	

O montante de R\$ 60.794 mil, transferido dos planos de benefícios ao PGA, correspondeu a 0,14% do RGPB, por conseguinte, enquadrado no limite anual estabelecido pelo Conselho Deliberativo de 0,29%.

RESULTADOS E RENTABILIDADE

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Consolidado				
Carteira	2010		2009	
	R\$	%	R\$	%
Títulos públicos	1.850.662	14,89%	1.297.955	11,58%
Créditos privados e depósitos	263.041	17,02%	164.659	13,27%
Ações	480.569	11,47%	1.230.054	59,03%
Fundos de investimento	2.598.846	20,05%	2.718.118	23,22%
Derivativos	1.745	10,76%	4.084	0,34%
Investimentos imobiliários	477.428	19,26%	392.458	19,51%
Empréstimos e financiamentos	168.970	15,30%	148.281	14,04%
Outros realizáveis	14.856	44,13%	3.860	10,82%
Total ¹	5.856.117	17,22%	5.959.496	20,27%

Em R\$ Mil

REG/REPLAN Saldado				
Carteira	2010		2009	
	R\$	%	R\$	%
Títulos públicos	1.664.031	14,88%	1.158.204	11,56%
Créditos privados e depósitos	235.326	17,07%	142.412	13,44%
Ações	442.057	11,53%	1.102.027	59,10%
Fundos de investimento	2.351.237	20,25%	2.425.586	23,42%
Derivativos	1.563	10,76%	3.657	0,34%
Investimentos imobiliários	428.927	19,28%	345.911	19,51%
Empréstimos e financiamentos	156.263	15,22%	136.465	13,98%
Outros realizáveis	13.286	43,69%	3.451	10,59%
Total¹	5.292.690	17,28%	5.317.930	20,33%

Em R\$ Mil

REG/REPLAN não Saldado				
Carteira	2010		2009	
	R\$	%	R\$	%
Títulos públicos	186.631	14,94%	139.751	11,71%
Créditos privados e depósitos	27.715	16,80%	22.248	12,36%
Ações	38.512	10,94%	128.027	58,43%
Fundos de investimento	247.609	18,07%	292.532	21,76%
Derivativos	183	10,76%	427	0,34%
Investimentos imobiliários	48.501	19,12%	46.547	19,51%
Empréstimos e financiamentos	12.707	16,25%	11.816	14,81%
Outros realizáveis	1.570	48,30%	409	20,18%
Total¹	563.427	16,61%	641.789	19,78%

Em R\$ Mil

Novo Plano				
Carteira	2010		2009	
	R\$	%	R\$	%
Títulos públicos	86.157	13,98%	52.731	12,96%
Créditos privados e depósitos	13.325	16,56%	5.113	13,13%
Ações	16.697	3,00%	53.293	63,39%
Fundos de investimento	63.271	10,25%	78.554	16,81%
Derivativos	9	10,76%	20	0,34%
Investimentos imobiliários	4.942	19,31%	3.823	19,51%
Empréstimos e financiamentos	27.914	13,16%	15.834	12,45%
Outros realizáveis	9	0,00%	-	0,00%
Total¹	212.324	11,50%	209.854	18,24%

Em R\$ Mil

REB				
Carteira	2010		2009	
	R\$	%	R\$	%
Títulos públicos	47.126	14,84%	36.602	12,08%
Créditos privados e depósitos	6.549	16,78%	5.015	11,83%
Ações	6.466	11,17%	19.489	57,66%
Fundos de investimento	33.775	14,00%	56.153	24,93%
Derivativos	28	10,76%	66	0,34%
Investimentos imobiliários	6.045	19,09%	6.128	19,51%
Empréstimos e financiamentos	13.696	15,29%	10.376	11,36%
Outros realizáveis	222	47,42%	62	11,41%
Total¹	113.907	15,26%	133.875	18,40%

Em R\$ Mil

PGA ²				
Carteira	2010		2009	
	R\$	%	R\$	%
Fundos de investimento	10.176	8,72%	N/A	N/A
Total	10.176	8,72%		

Em R\$ Mil

Consolidado				
Carteira	2010		2009	
	R\$	%	R\$	%
Títulos públicos	1.983.944	14,84%	1.387.288	11,63%
Créditos privados e depósitos	282.915	16,98%	174.788	13,22%
Ações	503.732	10,71%	1.302.836	59,16%
Fundos de investimento	2.706.069	19,35%	2.852.824	22,98%
Derivativos	1.782	10,76%	4.170	0,34%
Investimentos imobiliários	488.415	19,26%	402.409	19,53%
Empréstimos e financiamentos	210.580	15,00%	174.491	13,68%
Outros realizáveis	15.087	44,22%	3.922	10,82%
Total¹	6.192.524	16,84%	6.303.448	20,13%

¹ Inclui relacionados com o disponível em 2009² Criado em janeiro de 2010

Referenciais	2010	2009
SELIC	9,78%	9,93%
IBOVESPA	1,04%	82,66%
INPC + 5,5% a.a.	12,32%	9,84%

A rentabilidade da carteira de títulos públicos, créditos privados e depósitos superaram o referencial de rentabilidade SELIC e a meta atuarial.

A carteira de ações, embora não tenha superado a meta atuarial, superou o Ibovespa em 9,67 pontos percentuais. O resultado foi impactado, principalmente, pela avaliação econômica das ações da Invepar S/A. Nota 6.

A rentabilidade da carteira de fundos de investimentos foi superior à meta atuarial em 7,03 pontos percentuais, destacando a avaliação econômica dos ativos que compõem o Fundo de Investimentos em ações Carteira Ativa II. Nota 6.

A carteira imobiliária superou a meta atuarial em 6,94 pontos percentuais, em razão da valorização imobiliária.

A diferença da rentabilidade do segmento de renda variável, ações e fundo de investimentos em ações, entre os planos de benefícios, deve-se à existência de algumas participações diretas de longo prazo nos planos mais antigos, adquiridas anteriormente à criação do Novo Plano.

PARTES RELACIONADAS

Em R\$ Mil

REG/REPLAN - Consolidado		
Composição	2010	2009
Caderneta de Poupança	805	972
Letra de Crédito Imobiliário	22.168	20.615
Operações Compromissadas	9.692	-
Fundos (Administração e Gestão CAIXA)	1.542.437	2.034.795
Fundo de Investimento Multimercado e Referenciado	1.103.114	1.876.181
FI Corcovado	150.534	-
FI Habitacional	193.455	116.161
FI Leblon	242.189	444.922
FI Parati	-	362.310
FI Sênior IV	516.936	952.788
Fundo de Investimento em Ações	99.900	86.733
FIA Top Cassini	99.900	186.733
Fundo de Invest. Participações	327.083	71.881
FIP Cevix	257.168	71.881
FIP RG Estaleiros	69.915	-
Fundo de Invest. Imobiliário	12.340	-
FII Caixa Cedae	12.340	-
Fundos Administração CAIXA	98.410	39.532
Fundo de Invest. Direito Creditório	34.770	35.733
FIC FIDC Caixa Pactual	12.373	26.544
FIC FIDC Caixa Pactual II	22.397	9.189
Fundo de Invest. Participações	63.640	3.799
FIP Caixa Ambiental	44.956	3.799
FIP Caixa Modal Óleo e Gás	18.684	-
Total	1.673.513	2.095.914

Em R\$ Mil

NOVO PLANO		
Composição	2010	2009
Caderneta de Poupança	5	5
Letra de Crédito Imobiliário	125	103
Operações Compromissadas	1.088	-
Fundos Administração e Gestão CAIXA	268.328	190.725
Fundo de Investimento Multimercado e Referenciado	224.655	182.243
FI Corcovado	30.362	-
FI Habitacional	22.876	9.347
FI Leblon	94.771	169.226
FI Parati	-	3.670
FI Sênior IV	76.645	-
Fundo de Investimento em Ações	19.667	7.437
FIA Top Cassini	19.667	7.437
Fundo de Invest. Participações	20.490	1.045
FIP Cevix	3.924	1.045
FIP RG Estaleiros	16.565	-
Fundo de Invest. Imobiliário	3.517	-
FII Caixa Cedae	3.517	-
Fundos Administração CAIXA	2.763	613
Fundo de Invest. Direito Creditório	1.071	558
FIC FIDC Caixa Pactual	70	131
FIC FIDC Caixa Pactual II	1.001	427
Fundo de Invest. Participações	1.692	55
FIP Caixa Ambiental	680	55
FIP Caixa Modal Óleo e Gás	1.011	-
Total	272.309	191.446

Em R\$ Mil

REB		
Composição	2010	2009
Caderneta de Poupança	10	16
Letra de Crédito Imobiliário	283	331
Operações Compromissadas	-	-
Fundos Administração e Gestão CAIXA	29.917	30.423
Fundo de Investimento Multimercado e Referenciado	14.117	16.726
FI Corcovado	3.231	-
FI Habitacional	3.333	3.151
FI Leblon	6.842	1.184
FI Parati	-	8.903
FI Sênior IV	712	3.488
Fundo de Investimento em Ações	9.294	11.622
FIA Top Cassini	9.294	11.622
Fundo de Invest. Participações	5.861	2.075
FIP Cevix	5.861	2.075
FIP RG Estaleiros	-	-
Fundo de Invest. Imobiliário	645	-
FII Caixa Cedae	645	-
Fundos Administração CAIXA	1.660	734
Fundo de Invest. Direito Creditório	593	657
FIC FIDC Caixa Pactual	158	428
FIC FIDC Caixa Pactual II	435	229
Fundo de Invest. Participações	1.067	77
FIP Caixa Ambiental	720	77
FIP Caixa Modal Óleo e Gás	347	-
Total	31.870	31.504

Em R\$ Mil

PGA		
Composição	2010	2009
Fundo de Investimento Multimercado e Referenciado	113.593	-
FI Leblon	96.115	-
FI Sênior IV	17.477	-
Total	113.593	-

TOTAL GERAL	2.091.284	2.318.873
-------------	-----------	-----------

CONSOLIDAÇÃO

Em cumprimento à Instrução SPC nº 34/2009 apresenta-se as eliminações de registros entre planos, para fins de consolidação de balanço.

Em R\$ Mil

Descrição	REG/REPLAN Consolidado	REB	Novo Plano	PGA	Eliminações	Consolidado
1. Ativos	40.614.600	840.072	2.400.445	172.337	(240.608)	43.786.846
Disponível	268	27	69	204	-	568
Recebível	40.614.332	840.045	2.400.376	119.557	(240.608)	43.733.702
Previdencial	118.325	10.777	15.303	-	(57.752)	86.653
Administrativo	87.260	7.588	45.500	5.386	(140.348)	5.386
Investimento	40.408.747	821.680	2.339.573	114.171	(42.508)	43.641.663
Permanente	-	-	-	52.576	-	52.576
2. Obrigações	1.589.786	44.948	68.538	31.989	(100.260)	1.635.001
Operacional	1.019.966	30.144	65.330	31.297	(100.260)	1.046.477
Contingencial	569.820	14.804	3.208	692	-	588.524
3. Fundos não Previdenciais	114.545	10.799	50.652	140.348	(140.348)	175.996
Fundo Administrativo	87.260	7.588	45.500	140.348	((140.348)	140.348
Fundo dos Investimentos	27.285	3.211	5.152	-	-	35.648
Total dos Ativos Líquidos (1-2-3)	38.910.269	784.325	2.281.255	-	-	41.975.849
4. Patrimônio Social	39.024.813	795.124	2.331.908	140.348	(140.348)	42.151.845
Provisões Matemáticas	35.911.431	696.971	2.282.285	-	-	38.890.687
Superávit Técnico	386.544	75.953	-	-	(1.728)	460.769
(-) Déficit Técnico	-	-	(1.728)	-	1.728	-
Fundos Previdenciais	2.612.294	11.401	699	-	-	2.624.393
Fundos Administrativos	87.260	7.588	45.500	140.348	(140.348)	140.348
Fundos dos Investimentos	27.285	3.211	5.152	-	-	35.648
Total do Patrimônio Social	39.024.813	795.124	2.331.908	140.348	-	42.151.845
5. Adições	179.738	6.616	842	-	(187.196)	-
Migrações entre Planos	178.552	6.440	-	-	(184.992)	-
Compensações de Fluxos Primários	1.186	176	842	-	(2.204)	-
6. Deduções	(24.769)	(162.167)	(260)	-	187.196	-
Migrações entre Planos	(23.995)	(160.997)	-	-	184.992	-
Compensações de Fluxos Primários	(774)	(1.170)	(260)	-	2.204	-

OUTRAS INFORMAÇÕES

Despesas tributárias

No ano de 2007, a FUNCEF ajuizou uma ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Pedido de Repetição de Indébito, por entender que a alteração promovida pela Lei nº 9.718/98, além de ser inconstitucional, ampliou a base de cálculo originária para alcançar a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica e não apenas às receitas da venda de mercadorias e serviços. Em 2010, o montante apurado e depositado judicialmente foi de R\$ 478 mil e R\$ 2.942 mil (R\$ 802 mil e R\$ 4.933 mil, em 2009) referente ao PIS/PASEP e à COFINS, respectivamente.

Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão depositados com conta individualizada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Atendendo à exigência da Resolução CMN nº 3.792/09, a FUNCEF utiliza os serviços de custódia do Banco Bradesco S/A, devidamente credenciado na Comissão de Valores Mobiliários, para o exercício da atividade de custódia de títulos e valores mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativo às operações no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável.

FATOS RELEVANTES

Saldamento

Realizou-se segregação patrimonial do plano REG/REPLAN, modalidade não Saldada para a modalidade Saldada, relativa aos participantes e aposentados que aderiram às regras de saldamento do plano, no período de 1º de março de 2010 a 30 de abril de 2010, e migração de recursos do plano REB, patrocinadora CAIXA, para o plano REG/REPLAN modalidade Saldada, relativa aos participantes e aposentados que aderiram ao saldamento no mesmo período.

A movimentação relativa às provisões matemáticas transferidas para o REG/REPLAN Saldado totalizou R\$ 755.739 mil, sendo R\$ 666.277 mil do REG/REPLAN não Saldado e R\$ 89.462 mil do REB.

(b) Ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre OFND

Em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão do trânsito em julgado da ação que a Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP moveu contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, referente à diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para o BTN.

A FUNCEF, como associada da ABRAPP, faz parte dessa ação e decidiu, com base na análise da sua assessoria jurídica, não registrar os valores provenientes da ação contra o FND, por entender que, apesar do trânsito em julgado, o pedido de liquidação da sentença ainda depende da elaboração de laudo pela ABRAPP que ratifique os valores devidos para cada associada.

Brasília, 31 de dezembro de 2010.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
Diretor Presidente
CPF: 142.475.006-78

JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
Diretor de Benefícios
CPF: 010.816.668-62

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias
CPF: 116.357.541-00

JOSÉ LINO FONTANA
Gerente Executivo
CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF
CPF: 691.062.407-63

AUGUSTO MOREL NITSCHKE
Atuário
MIBA: 1.125
CPF: 948.341.800-34

ANTONIO Bráulio DE CARVALHO
Diretor de Planejamento e Controladoria
CPF: 309.882.766-15

Demóstenes MARQUES
Diretor de Investimentos
CPF: 468.327.930-49

RENATA MAROTTA
Diretora de Administração
CPF: 030.794.068-34

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
Coordenador de Contabilidade
CRC: DF-014.339/O-2
CPF: 804.005.151-72

Pareceres ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL – NOVO PLANO

OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, Resolução MPAS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e Resolução MPAS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios NOVO PLANO, patrocinado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e administrado pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, em face da reavaliação atuarial anual, pertinente ao exercício de 2010.

BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na reavaliação está posicionada em 30/11/2010. As informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem as devidas modificações, foram consideradas satisfatórias.

Os dados pertinentes aos ativos são fornecidos pela patrocinadora CAIXA, e os relativos aos autopatrocinados e assistidos são de responsabilidade da Fundação.

1. FREQUÊNCIA DE PARTICIPANTES ATIVOS, AUTOPATROCINADOS E ASSISTIDOS

A distribuição da população vinculada ao Plano de Benefícios NOVO PLANO, entre participantes ativos, autopatrocinados e assistidos, espelha o banco de dados utilizado.

Na tabela abaixo, estão apresentadas diversas estatísticas dos grupos abrangidos por este parecer atuarial.

Tabela nº 1 - Estatística descritiva - Posição em 31/12/2010

ESTATÍSTICA	ATIVOS/ AUTOPATROCINADOS	ASSISTIDOS	TOTAL
Quantidade	65.005	2.186	67.191
Idade média (anos)	44	64	42
Total dos salários/benefícios	R\$ 315.436.469,93	R\$ 676.962,00	R\$ 316.113.431,93
Média dos salários/benefícios	R\$ 4.852,50	R\$ 309,68	R\$ 4.704,70
Tempo méd. de patrocinadora (anos)	14	-	14
Qtde. - sexo masculino	34.869	596	35.465
Qtde. - sexo feminino	30.136	1.638	31.774

MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios NOVO PLANO está estruturado na modalidade de Contribuição Variável - CV, consoante o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

O regime financeiro utilizado é o de Capitalização.

O regime financeiro de Capitalização prevê a acumulação de recursos durante um período específico para fazer face ao pagamento de benefícios futuros cobertos pelo plano de benefícios.

O método atuarial utilizado na determinação dos passivos atuariais do plano de benefícios NOVO PLANO, relativos aos benefícios de risco, é o Método do Crédito Unitário Projetado (PUC).

Esse método se caracteriza por reconhecer, a cada ano, na reserva matemática, uma fração do Valor Presente dos Benefícios Futuros (VPBF) correspondentes a $1/n$ avos do valor integral do VPBF que o participante deverá ter no momento da aposentadoria, onde n representa o número total de anos entre a data da filiação ao plano e a data da aposentadoria. Assim, a reserva matemática do participante cresce anualmente em função de mais um ano de permanência dele no plano, sendo obtida a partir do VPBF integral, ao qual é aplicada uma proporção igual ao tempo de plano até a data da avaliação sobre o tempo total de plano na data da aposentadoria.

O custo do plano corresponde a $1/n$ avos do tempo total que o participante deverá contribuir entre a data que se filiou ao plano e a data da aposentadoria.

Para os benefícios programados é utilizado o método de capitalização financeira, dado que os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta acumulados até o momento da aposentadoria.

Na próxima tabela, estão apresentados os regimes financeiros aplicados a cada benefício.

Tabela nº 2 - Regimes financeiros

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO
Benefício programado pleno	Capitalização
Benefício programado antecipado	Capitalização
Benefício por invalidez	Capitalização
Abono anual	Capitalização
Benefício único antecipado	Capitalização
Abono anual	Capitalização
Pecúlio por morte	Capitalização
Pensão por morte	Capitalização

HIPÓTESES E PARÂMETROS

A aderência das premissas e hipóteses é monitorada por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, quais sejam, morte, invalidez, rotatividade ou taxa de juros, estão de acordo com aquelas esperadas.

Foram realizados testes de aderência para as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial que objetivaram identificar a aderência das atuais premissas ou a necessidade de redefinições nos seus valores.

Os testes adotados se constituem em metodologia estatística, tendo sido eleito o teste de Qui-quadrado para a verificação da aderência, em que é testada como hipótese principal a existência de aderência entre os valores observados para cada hipótese ao longo de um período e os valores teóricos utilizados na avaliação atuarial.

As premissas de rotatividade e crescimento real de salários foram alvo de manifestação da patrocinadora CAIXA por meio do OFÍCIO nº 94/2010/GENEP, cujo intuito é estar de acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006.

Foram alteradas hipóteses em comparação com a reavaliação atuarial de 2009 conforme tabela a seguir:

Tabela nº 3 - Hipóteses atuariais alteradas

HIPÓTESE	2009	2010
Taxa de crescimento real do salário de participação	2,89% a.a.	3,07% a.a.
Tábua de Mortalidade do IBGE	2008	2009

As demais hipóteses e parâmetros foram mantidos sem alteração.

No desenvolvimento da avaliação atuarial do NOVO PLANO considerou-se a abordagem de grupo fechado, ou seja, não foi usada a premissa de novos entrados no plano, dado que não existem informações suficientes para se definirem os parâmetros necessários à aplicação dessa premissa no longo prazo, tais como as quantidades de novos participantes e os perfis etário, salarial, funcional e previdencial.

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do NOVO PLANO são as seguintes:

Tabela nº 4 - Premissas e hipóteses da avaliação atuarial

HIPÓTESE/PREMISSA	DESCRIÇÃO
Hipóteses Biométricas	
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Hunter
Tábua de rotatividade	Experiência FUNCEF
Tábua de mortalidade RGPS	IBGE-2009

Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa real anual de juros	5,5%
Indexador do plano	INPC/IBGE
Projeção de crescimento real anual de salários	3,07%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do INSS	0%
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%
Teto do INSS para contribuição	R\$ 3.467,40
Teto do INSS para benefício	R\$ 3.242,82
Salário mínimo	R\$ 510,00
Hipóteses Demográficas	
Idade de aposentadoria	O maior valor entre a idade atual e 53 anos, se do sexo masculino, ou 48 anos, se feminino
Maioridade dos pensionistas e dependentes temporários	24 anos
Idade de entrada em serviço no INSS	18 anos para ambos os sexos
Composição familiar para o cálculo das pensões	Participantes ativos: considera que 75% são casados na data da aposentadoria e esposas 4 (quatro) anos mais jovem Assistidos e Beneficiários de Pensão: utiliza as informações dos dependentes informadas no cadastro

1. MARGEM DE ERRO

Entende-se por margem de erro o percentual apurado por meio da razão da diferença entre os eventos observados e esperados.

Considerando que esse instrumento espelha uma análise isolada de um único ano, não constitui base decisiva que justifique a alteração de qualquer uma das premissas ou hipóteses adotadas nos cálculos, ainda que observados percentuais elevados.

Tendo em vista a elaboração de testes estatísticos de aderência das premissas e hipóteses utilizadas, e que ocorrências do ano de 2010 foram contempladas no referido estudo, tornou-se desnecessária a apuração das margens de erro para o ano que antecedeu esta avaliação atuarial.

APURAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresentamos, a seguir, com base em valores posicionados em 31/12/2010, o Ativo Líquido do Plano de Benefícios NOVO PLANO:

Tabela nº 5 - Composição do patrimônio

Ativo Bruto	2.400.445.018,06
Exigível Operacional (-)	65.329.511,33
Exigível Contingencial (-)	3.208.333,82
Fundos Previdenciais (-)	698.693,76
Fundo Administrativo (-)	45.500.108,35
Fundo de Investimento (-)	5.151.630,36
Ativo Líquido (=)	2.280.556.740,44

EXIGÍVEL ATUARIAL, FUNDOS E RESULTADO FINANCEIRO-ATUARIAL

Com base em informações cadastrais, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios NOVO PLANO totaliza R\$ 2.282.284.924,66 conforme segue:

Tabela nº 6 - Reservas matemáticas

	Em R\$:
Exigível Atuarial	2.282.284.924,66
Provisão matemática de benefício concedido	96.721.569,90
Provisão matemática de benefício a conceder	2.185.563.354,76

Além das provisões matemáticas, o exigível atuarial é constituído pelo Fundo de Revisão de Benefícios, cujo saldo provisionado em 31/12/2010 é de R\$ 698.693,76.

O Fundo para Revisão de Benefício, conforme previsto no art. 91 do regulamento do plano de benefícios, será formado pela metade do excedente da rentabilidade anual, acima da taxa mínima atuarial do patrimônio do Plano, e será utilizado, juntamente com a RESERVA ESPECIAL, para revisão do benefício.

Na tabela abaixo, está demonstrado o valor do resultado acumulado do exercício de 2010:

Tabela nº 7 - Resultado financeiro-atuarial

	Em R\$:
Ativo Líquido	2.280.556.740,44
Exigível Atuarial (-)	2.282.284.924,66
Déficit (=)	1.728.184,22

O Plano de Benefícios NOVO PLANO gerou Déficit Técnico acumulado no valor de R\$ 1.728.184,22, posicionado em 31/12/2010, tendo sido influenciado pelas razões abaixo relacionadas:

Aumento na provisão para o contencioso jurídico em 37,35%, acima da meta atuarial de 12,32% realizada no exercício de 2010;

Rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios no ano em 11,50%, menor que a meta atuarial realizada de 12,32%.

O déficit técnico correspondente a R\$ 1.728.184,22 representa 1,71% das provisões matemáticas calculadas atuarialmente, atinentes aos benefícios concedidos e aos benefícios definidos estruturados em regime de capitalização não programados para cobertura dos eventos de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de ativo.

Ficam, então, dispensados os procedimentos para equacionamento imediato, haja vista que o referido déficit, não recorrente, atende cumulativamente aos requisitos estabelecidos na Resolução CGPC nº 26, art. 28, § 1º, incisos I, II e III, na medida em que é inferior a 10% das reservas matemáticas calculadas atuarialmente, decorre de aspectos conjunturais da economia, sobretudo relacionado à renda variável, e, ainda, os recursos do plano são suficientes para a cobertura das obrigações previdenciárias do exercício subsequente.

Segue tabela demonstrativa do percentual do déficit técnico apurado:

Tabela nº 8 - Demonstrativo do percentual do déficit técnico

	Em R\$:
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (A)	96.721.569,90
Prov. Mat. dos Benefícios Definidos Estruturados em Regime de Capitalização não Programados (B)	4.526.184,08
Provisões Matemáticas Totais Calculadas Atuarialmente (C = A + B)	101.247.753,98
Déficit Técnico (D)	1.728.184,22
Percentual do Déficit Técnico (E = D / C)	1,71%

Foi realizado estudo para averiguar a capacidade de o plano de benefícios honrar os compromissos do exercício de 2011, cuja análise está fundamentada no confronto dos recursos financeiros (Ativo Líquido) com as despesas com benefícios previdenciários projetadas no fluxo atuarial previsto para o referido período, correspondendo respectivamente a R\$ 2,2 bilhões e R\$ 188 milhões.

COMPARATIVO DE RESULTADOS

Em comparação aos anos anteriores, apresentamos o valor do resultado acumulado do Plano de Benefícios.

Tabela nº 9 - Resultado financeiro-atuarial de 2008 a 2010

RESULTADO	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Déficit	R\$ 24.483.363,04	-	R\$ 1.728.184,22
Superávit	-	-	-

RENTABILIDADE

A rentabilidade do NOVO PLANO, auferida no período de janeiro a dezembro de 2010 foi de 11,50%, de acordo com informações fornecidas pela Gerência de Contabilidade e Programação Econômico-Financeira da Fundação.

Na fase de diferimento, o compromisso do plano para com os benefícios programados corresponde ao montante acumulado nos saldos de conta dos participantes, não havendo, para tal parcela, taxa de juros atuarial, sendo a rentabilidade integralmente revertida para a valorização da cota do plano de benefícios.

As provisões matemáticas de benefícios não programados e de benefícios concedidos, estruturadas atuarialmente, têm como meta de rentabilidade a taxa real anual de juros, acrescida da inflação no período, estimada pelo INPC/IBGE, cuja alíquota resultante para o ano de 2010 equivale a 12,32%.

Ao compararmos a meta atuarial de 12,32% com a rentabilidade efetiva de 11,50%, verificamos uma diferença a maior de 0,70%.

PLANO DE CUSTEIO

Obedecendo às diretrizes do Regulamento do plano de benefícios NOVO PLANO, foram definidos os percentuais de contribuição para a patrocinadora e participantes ativos, com base nas contribuições verificadas sobre o total da folha salarial.

O custo total do plano, calculado a partir dos resultados da avaliação atuarial, resultou em 16,08% da folha salarial.

As contribuições foram estimadas conforme demonstrado a seguir:

Tabela nº 10 - Plano de custeio recomendado

CONTRIBUIÇÃO DO PARTICIPANTE ATIVO

Benefícios não Programados ¹	0,00%
Despesas Administrativas	0,38%
Contribuição Variável ²	7,66%
Total da Contribuição do Participante	8,04%

CONTRIBUIÇÃO DAS PATROCINADORAS

Benefícios não Programados ¹	0,20%
Despesas Administrativas	0,38%
Contribuição Variável ²	7,46%
Total da Contribuição das Patrocinadoras³	8,04%

¹ O custeio de risco é distribuído paritariamente entre participantes e patrocinadoras.

² A contribuição variável é de escolha do participante, não podendo ser inferior a 2% do salário de participação.

³ A contribuição das patrocinadoras neste plano será de, no máximo, 7% do total da folha de salários de participação, não podendo, em hipótese alguma, exceder ao total das contribuições dos participantes conforme disposto no §1º do art. 6º, da Lei Complementar nº 108/2001.

Tendo em vista a natureza do plano de Contribuição Variável e a vinculação da contribuição patronal a fatos efetivamente ocorridos, tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e número de adesões ao plano, as taxas de contribuição apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

As contribuições da patrocinadora CAIXA serão idênticas ao somatório das contribuições dos participantes, respeitando-se o princípio da paridade contributiva, cuja alíquota média projetada foi de 8,04%, podendo esse percentual variar, de acordo com o comportamento da massa salarial dos participantes ativos durante o período de vigência do plano de custeio a ser implementado, bem como da escolha dos percentuais a serem praticados pelos participantes.

Opcionalmente, o plano de custeio aqui recomendado, especialmente no que tange aos benefícios não programados, poderá ser adotado a partir de 01/04/2011, dia seguinte ao término do período legal de encaminhamento deste demonstrativo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, sem alterar a situação financeiro-atuarial do plano, haja vista que o interregno de tempo de três meses de arrecadação das contribuições, apuradas a partir dos percentuais de custeio sugeridos, em relação à data da avaliação atuarial, será adicionada ao término do exercício de 2011, quando serão propostas novas alíquotas.

Necessário que se observe que as fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição da patrocinadora; reembolso da patrocinadora; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial; e doações.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A patrocinadora contribui paritariamente com os ativos e assistidos para o custeio administrativo. Os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com 4,75% do valor da contribuição previdenciária para custeio administrativo e os assistidos contribuem com 1% da folha de benefícios.

Esses percentuais foram apurados com base nas diretrizes estabelecidas na Resolução CGPC nº 29, que definiu os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.

CONCLUSÃO

As provisões matemáticas representam a necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais, para que este plano de benefícios não tenha insuficiência de patrimônio, e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros de participantes e assistidos.

As premissas e hipóteses definidas neste parecer, bem como as metodologias de cálculo aplicadas e os resultados apurados, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a legislação em vigor e com as práticas atuariais nacional e internacionalmente aceitas, conforme atestado pela VESTING - Consultoria Financeira e Atuarial.

Ante ao exposto, conclui-se que a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios NOVO PLANO em 31/12/2010 encontra-se deficitária, no montante de R\$ 1.728.184,22 (um milhão, setecentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos), apurada a partir do confronto do Ativo Líquido com as Provisões Matemáticas.

RECOMENDAÇÕES

A patrocinadora, responsável pela definição das hipóteses de crescimento real de salário e rotatividade, conforme versa o item 1.1 do regulamento anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006, deverá continuar acompanhando constantemente a evolução da massa de participantes, com a finalidade de fundamentar a experiência declarada.

Importante destacar a necessidade de estudos contínuos de aderência para teste das hipóteses demográficas, visando identificar, precipuamente, as tábuas biométricas que melhor se adéquem às características da população do Plano de Benefícios NOVO PLANO, vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das premissas utilizadas para os cálculos.

Este é o parecer.

PARECER ATUARIAL – REB

OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, Resolução MPAS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e Resolução MPAS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios REB, patrocinado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e pela Fundação dos Economizadores Federais - FUNCEF, e administrado pela FUNCEF, em face da reavaliação atuarial anual, pertinente ao término do exercício de 2010.

BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na reavaliação está posicionada em 30/11/2010. As informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem as devidas modificações, foram consideradas satisfatórias.

Os dados pertinentes aos ativos são fornecidos pelas patrocinadoras CAIXA e FUNCEF, e os relativos aos autopatrocinados e assistidos são de responsabilidade da Fundação.

1. FREQUÊNCIA DE PARTICIPANTES ATIVOS, AUTOPATROCINADOS E ASSISTIDOS

A distribuição da população vinculada ao Plano de Benefícios REB, entre participantes ativos, autopatrocinados e assistidos, espelha o banco de dados utilizado.

Na tabela abaixo, estão apresentadas diversas estatísticas dos grupos abrangidos por este parecer atuarial

Tabela nº 1 - Estatística descritiva - Posição em 31/12/2010

ESTATÍSTICA	ATIVOS/ AUTOPATROCINADOS	ASSISTIDOS	TOTAL
Quantidade	11.857	591	12.448
Idade média (anos)	38	64	39
Total dos salários/benefícios	R\$ 39.709.134,17	R\$ 1.050.427,26	R\$ 40.759.561,43
Média dos salários/benefícios	R\$ 3.349,00	R\$ 1.777,37	R\$ 3.274,39
Tempo méd. de patrocinadora (anos)	8	-	8
Qtde. - sexo masculino	6.620	219	6.839
Qtde. - sexo feminino	5.237	372	5.609

MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios REB está estruturado na modalidade de Contribuição Variável - CV, conforme disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

O regime financeiro utilizado é o de Capitalização.

O regime financeiro de Capitalização prevê a acumulação de recursos durante um período específico para fazer face ao pagamento de benefícios futuros cobertos pelo plano de benefícios.

O método atuarial utilizado na determinação dos passivos atuariais do plano de benefícios REB, relativos aos benefícios de risco, é o Método do Crédito Unitário Projetado (PUC).

Esse método se caracteriza por reconhecer, a cada ano, na reserva matemática, uma fração do Valor Presente dos Benefícios Futuros (VPBF) correspondentes a $1/n$ avos do valor integral do VPBF que o participante deverá ter no momento da aposentadoria, onde representa o número total de anos entre a data da filiação ao plano e a data da aposentadoria. Assim, a reserva matemática do participante cresce anualmente em função de mais um ano de permanência dele no plano, sendo obtida a partir do VPBF integral, ao qual é aplicada uma proporção igual ao tempo de plano até a data da avaliação sobre o tempo total de plano na data da aposentadoria.

O custo do plano corresponde a $1/n$ avos do tempo total que o participante deverá contribuir entre a data que se filiou ao plano e a data da aposentadoria.

Para os benefícios programados é utilizado o método de capitalização financeira, dado que os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta acumulados até o momento da aposentadoria.

Na próxima tabela, estão apresentados os regimes financeiros aplicados a cada benefício.

Tabela nº 2 - Regimes financeiros

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO
Renda vitalícia por tempo de contribuição	Capitalização
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez do participante licenciado	Capitalização
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez	Capitalização
Pensão por morte do participante licenciado	Capitalização
Pensão por morte	Capitalização
Abono anual	Capitalização
Pecúlio por morte	Capitalização
Renda antecipada	Capitalização

HIPÓTESES E PARÂMETROS

A aderência das premissas e hipóteses é monitorada por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, seja ele morte, invalidez, rotatividade ou taxa de juros, estão de acordo com aquelas esperadas.

Foram realizados testes de aderência para as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial que objetivaram identificar a aderência das atuais hipóteses ou a necessidade de redefinições nos seus valores.

Os testes adotados se constituem em metodologia estatística, tendo sido eleito o teste de Qui-quadrado para a verificação da aderência, onde é testada com hipótese principal a existência de aderência entre os valores observados para cada hipótese ao longo de um período e os valores teóricos utilizados na avaliação atuarial.

As premissas de rotatividade e crescimento real de salários foram alvo de manifestação da patrocinadora CAIXA, por meio do OFÍCIO nº 94/2010/GENEP, e da patrocinadora FUNCEF, por meio de declaração, datada em 05/02/2009, cujo intuito é estar de acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006.

No que tange à taxa de crescimento real anual de salários, foi adotada para esta avaliação atuarial a taxa constante na manifestação da patrocinadora CAIXA, haja vista que a população de associados vinculados à patrocinadora FUNCEF é irrisória frente à da CAIXA, que, por consequência, não impacta na expectativa de evolução dos salários futuros deste plano.

Foram alteradas hipóteses em comparação com a reavaliação atuarial de 2009 conforme tabela a seguir:

Tabela nº 3 - Hipóteses atuariais alteradas

HIPÓTESE	2009	2010
Taxa de crescimento real do salário de participação	2,89% a.a.	3,07% a.a.
Tábua de Mortalidade do IBGE	2008	2009

As demais hipóteses e parâmetros foram mantidos sem alteração.

No desenvolvimento da avaliação atuarial do REB, considerou-se a abordagem de grupo fechado, ou seja, não foi usada a premissa de novos entrados no plano, dado que não existem informações suficientes para se definirem os parâmetros necessários à aplicação dessa premissa no longo prazo, tais como as quantidades de novos participantes e os perfis etário, salarial, funcional e previdencial.

A corroborar com a não adoção dessa premissa está o fato de que o Plano de Benefícios REB está fechado para ingresso de participantes da patrocinadora CAIXA, que detém maior expressividade em relação à definição dos percentuais de custeio e valores das provisões matemáticas, estando aberto, exclusivamente, para os empregados da patrocinadora FUNCEF.

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do REB são as seguintes:

Tabela nº 4 - Premissas e hipóteses da avaliação atuarial

HIPÓTESE/PREMISSA	DESCRIÇÃO
Hipóteses Biométricas	
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Hunter
Tábua de rotatividade	Experiência FUNCEF
Tábua de mortalidade RGPS	IBGE-2009

Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa real anual de juros	5,5%
Indexador do plano	INPC/IBGE
Projeção de crescimento real anual dos salários	3,07%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0,0%
Projeção do crescimento real de benefícios do INSS	0,0%
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%
Teto do INSS para contribuição	R\$ 3.467,40
Teto do INSS para benefício	R\$ 3.242,82
Salário mínimo	R\$ 510,00
Hipóteses Demográficas	
Idade de aposentadoria	O maior valor entre a idade atual e 55 anos para ambos os sexos
Maioridade dos pensionistas e dependentes temporários	24 anos
Idade de entrada em serviço no INSS	25 anos para as mulheres e 20 para os homens
Composição familiar para o cálculo das pensões	Participantes ativos: considera que 75% são casados na data da aposentadoria e esposa 4 (quatro) anos mais jovem Assistidos e beneficiários de pensão: utiliza as informações dos dependentes informadas no cadastro

1. MARGEM DE ERRO

Entende-se por margem de erro o percentual apurado por meio da razão da diferença entre os eventos observados e esperados.

Considerando que esse instrumento espelha uma análise isolada de um único ano, não constitui base decisiva que justifique a alteração de qualquer uma das premissas ou hipóteses adotadas nos cálculos, ainda que observados percentuais elevados.

Tendo em vista a elaboração de testes estatísticos de aderência das premissas e hipóteses utilizadas, e que ocorrências do ano de 2010 foram contempladas no referido estudo, tornou-se desnecessária a apuração das margens de erro para o ano que antecedeu esta avaliação atuarial.

APURAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresentamos a seguir, com base em valores posicionados em 31/12/2010, o Ativo Líquido do Plano de Benefícios REB:

Tabela nº 5 - Composição do patrimônio

	Em R\$:
Ativo Bruto	840.071.748,07
Exigível Operacional (-)	30.143.968,58
Exigível Contingencial (-)	14.803.711,99
Fundos Previdenciais (-)	11.400.962,20
Fundo Administrativo (-)	7.587.702,13
Fundo de Investimento (-)	3.210.886,24
Ativo Líquido (=)	772.924.516,93

EXIGÍVEL ATUARIAL, FUNDOS E RESULTADO FINANCEIRO-ATUARIAL

Com base em informações cadastrais, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios REB totaliza R\$ 696.971.266,55 conforme segue:

Tabela nº 6 - Reservas matemáticas

	Em R\$:
Exigível Atuarial	696.971.266,55
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	166.333.384,81
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	530.637.881,74

Além das provisões matemáticas, o exigível atuarial é constituído pelo Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura e Fundo para Ajuste de Taxa de Juros, cujos saldos provisionados em 31/12/2010 são de R\$ 3.846.913,05 e R\$ 7.554.049,15, respectivamente.

O Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura está previsto nos arts. 37 e 40 do regulamento do plano de benefícios.

Já o Fundo para Ajuste de Taxa de Juros foi constituído neste mês para provisionar o valor necessário para reduzir a taxa real anual de juros, utilizada para apurar os compromissos do plano, cuja finalidade é se adequar à tendência de longo prazo da taxa real de juros da economia brasileira, em especial à expectativa de retorno dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela FUNCEF, conforme o PA GEMAC 001/11, elaborado pela Gerência de Macroalocação de Recursos e Cenários - GEMAC.

Na tabela abaixo, está demonstrado o valor do resultado acumulado do exercício de 2010:

Tabela nº 7 - Resultado financeiro-atuarial

	Em R\$:
Ativo Líquido	772.924.516,93
Exigível Atuarial (-)	696.971.266,55
Superávit (=)	75.953.250,38

O Plano de Benefícios REB gerou Superávit Técnico acumulado no valor de R\$ 75.953.250,38, posicionado em 31/12/2010, tendo sido influenciado pela *performance* dos investimentos.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 26, arts. 7º e 8º, que versam sobre as reservas de contingência e especial, foram constituídas tais quantias conforme segue:

Tabela nº 8 - Reservas de contingência e especial

	Em R\$:
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (A)	166.333.384,81
Prov. Mat. dos Benefícios Definidos Estruturados em Regime de Capitalização não Programados (B)	58.563,19
Provisões Matemáticas Totais Calculadas Atuarialmente (C = A + B)	166.391.948,00
Superávit (D)	75.953.250,38
Reserva de Contingência (E = C x 25%)	41.258.513,36
Reserva Especial (D - E)	34.694.737,02

Foi realizado estudo para averiguar a capacidade de o plano de benefícios honrar os compromissos do exercício de 2011, cuja análise está fundamentada no confronto dos recursos financeiros (Ativo Líquido) com as despesas com benefícios previdenciários projetadas no fluxo atuarial previsto para o referido período, correspondendo respectivamente a R\$ 772 milhões e R\$ 57 milhões.

COMPARATIVO DE RESULTADOS

Em comparação aos anos anteriores, apresentamos o valor do resultado acumulado do Plano de Benefícios.

Tabela nº 9 - Resultado financeiro-atuarial de 2008 a 2010

Em R\$

RESULTADO	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Déficit	-	-	-
Superávit	43.415.681,84	109.543.276,80	116.619.658,48

RENTABILIDADE

A rentabilidade do REB auferida no período de janeiro a dezembro de 2010 foi de 15,26%, de acordo com informações fornecidas pela Gerência de Contabilidade e Programação Econômico-Financeira da Fundação.

Na fase de diferimento, o compromisso do plano para com os benefícios programados corresponde ao montante acumulado nos saldos de conta dos participantes, não havendo, para tal parcela, taxa de juros atuarial, sendo a rentabilidade integralmente revertida por meio da valorização da cota do plano de benefícios.

As provisões matemáticas de benefícios não programados e de benefícios concedidos, estruturadas atuarialmente, têm como meta de rentabilidade a taxa real anual de juros, acrescida da inflação do período, estimada pelo INPC/IBGE, cuja alíquota resultante para o ano de 2010 equivale a 12,32%.

Ao compararmos a meta atuarial de 12,32% com a rentabilidade efetiva de 15,26%, verificamos uma diferença a maior de 2,62%.

PLANO DE CUSTEIO

Aplicando-se as diretrizes do Regulamento do Plano de Benefícios REB, obtiveram-se os percentuais de contribuição para as patrocinadoras e participantes ativos, com base nas contribuições verificadas sobre o total da folha salarial.

O custo total do plano, calculado a partir dos resultados da avaliação atuarial, resultou em 10,88% da folha salarial.

As contribuições foram estimadas conforme demonstrado a seguir:

Tabela nº 10 - Plano de custeio recomendado

CONTRIBUIÇÃO DO PARTICIPANTE ATIVO

Benefícios não Programados ¹	0,06%
Despesas Administrativas	0,26%
Contribuição Variável ²	5,12%
Total da Contribuição do Participante	5,44%

CONTRIBUIÇÃO DAS PATROCINADORAS

Benefícios não Programados ¹	0,06%
Despesas Administrativas	0,26%
Contribuição Variável ²	5,12%
Total da Contribuição das Patrocinadoras ³	5,44%

¹ O custeio de risco é distribuído paritariamente entre participantes e patrocinadoras.

² A contribuição variável é de escolha do participante, não podendo ser inferior a 2% do salário de participação.

³ A contribuição das patrocinadoras neste plano será de, no máximo, 7% do total da folha de salários de participação, não podendo, em hipótese alguma, exceder o total das contribuições dos participantes conforme disposto no §1º do art. 6º, da Lei Complementar nº 108/2001.

Tendo em vista a natureza do plano de contribuição variável e a vinculação da contribuição patronal a fatos efetivamente ocorridos, tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e número de adesões ao plano, as taxas de contribuição apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

As contribuições das patrocinadoras serão idênticas ao somatório das contribuições dos participantes, respeitando-se o princípio da paridade contributiva, cuja alíquota média projetada foi de 5,44%, podendo esse percentual variar, de acordo com o comportamento da massa salarial dos participantes ativos durante o período de vigência do plano de custeio a ser implementado.

Opcionalmente, o plano de custeio aqui recomendado, especialmente no que tange aos benefícios não programados, poderá ser adotado a partir de 01/04/2011, dia seguinte ao término do período legal de encaminhamento deste demonstrativo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, sem alterar a situação financeiro-atuarial do plano, haja vista que o interregno de tempo de três meses de arrecadação das contribuições, apuradas a partir dos percentuais de custeio sugeridos, em relação à data da avaliação atuarial, será adicionada ao término do exercício de 2011, quando serão propostas novas alíquotas.

Necessário se observe que as fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição das patrocinadoras; reembolso das patrocinadoras; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial; e doações.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As patrocinadoras contribuem paritariamente com os ativos para o custeio administrativo. Os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com 4,75% do valor da contribuição previdenciária para custeio administrativo e os assistidos contribuem com 2% da folha de benefícios, sem contrapartida das patrocinadoras.

Esses percentuais foram apurados com base nas diretrizes estabelecidas na Resolução CGPC nº 29, que definiu os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.

CONCLUSÃO

As provisões matemáticas representam a necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais, para que este plano de benefícios não tenha insuficiência de patrimônio, e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros de participantes e assistidos.

As premissas e hipóteses definidas neste parecer, bem como as metodologias de cálculo aplicadas e os resultados apurados, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a legislação em vigor e com as práticas atuariais nacional e internacionalmente aceitas, conforme atestado pela VESTING - Consultoria Financeira e Atuarial.

Ante ao exposto, conclui-se que a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios REB em 31/12/2010 encontra-se superavitária, no montante de R\$ 75.953.250,38 (setenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos), apurada a partir do confronto do Ativo Líquido com as Provisões Matemáticas.

RECOMENDAÇÕES

As patrocinadoras, responsáveis pela definição das hipóteses de crescimento real de salário e rotatividade, conforme versa o item 1.1 do regulamento anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006, deverão continuar acompanhando constantemente a evolução da massa de participantes, com a finalidade de fundamentar a experiência declarada.

Importante destacar a necessidade de estudos contínuos de aderência para teste das hipóteses demográficas, visando identificar, precipuamente, as tábuas biométricas que melhor se adéquem às características da população do Plano de Benefícios REB, vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das premissas utilizadas para os cálculos.

Este é o parecer.

PARECER ATUARIAL – REG/REPLAN

SALDADO

OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, Resolução MPAS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e Resolução MPAS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade saldada, patrocinado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e administrado pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, em face da reavaliação atuarial anual, pertinente ao término do exercício de 2010.

BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na reavaliação está posicionada em 30/11/2010. As informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem as devidas modificações, foram consideradas satisfatórias.

Os dados pertinentes aos ativos são fornecidos pela patrocinadora CAIXA, e os relativos aos autopatrocinados e assistidos são de responsabilidade da Fundação.

1. FREQUÊNCIA DE PARTICIPANTES ATIVOS, AUTOPATROCINADOS E ASSISTIDOS

A distribuição da população vinculada ao plano de benefícios REG/REPLAN, modalidade saldada, entre participantes ativos e assistidos, espelha o banco de dados utilizado.

Na tabela abaixo estão apresentadas diversas estatísticas dos grupos abrangidos por este parecer atuarial.

Tabela nº 1 - Estatística descritiva - Posição em 31/12/2010

ESTATÍSTICA	ATIVOS/ AUTOPATROCINADOS	ASSISTIDOS	TOTAL
Quantidade	30.625	27.639	58.264
Idade média (anos)	49	62	55
Total dos salários/benefícios	R\$ 177.180.489,32	R\$ 85.646.140,30	R\$ 262.826.629,62
Média dos salários/benefícios	R\$ 5.785,49	R\$ 3.098,74	R\$ 4.510,96
Tempo méd. de patrocinadora (anos)	24	-	24
Qtde. - sexo masculino	16.612	10.677	27.289
Qtde. - sexo feminino	14.013	16.962	30.975

MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade saldada, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, conforme disposto no art. 2º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

O Regime Financeiro é o de Capitalização.

Por se tratar de plano salgado, cujos recursos foram integralizados, não há utilização de método de financiamento para estipular percentuais contributivos.

Na próxima tabela, estão apresentados os regimes financeiros aplicados a cada benefício.

Tabela nº 2 - Regimes financeiros

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO
Benefício programado pleno	Capitalização
Benefício programado antecipado	Capitalização
Benefício por invalidez	Capitalização
Benefício único antecipado	Capitalização
Pensão por morte	Capitalização
Abono anual	Capitalização
Pecúlio por morte	Capitalização

HIPÓTESES E PARÂMETROS

A aderência das premissas e hipóteses é monitorada por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, seja ele morte, invalidez, rotatividade ou taxa de juros, estão de acordo com aquelas esperadas.

Foram realizados testes de aderência para as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial que objetivaram identificar a aderência das atuais hipóteses ou a necessidade de redefinições nos seus valores.

Os testes adotados se constituem em metodologia estatística, tendo sido eleito o teste de Qui-quadrado para a verificação da aderência, em que é testada como hipótese principal a existência de aderência entre os valores observados para cada hipótese ao longo de um período e os valores teóricos utilizados na avaliação atuarial.

As premissas de rotatividade e crescimento real de salários foram alvo de manifestação da patrocinadora CAIXA por meio do OFÍCIO nº 94/2010/GENEP, de acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006.

Foi alterada uma hipótese em comparação com a reavaliação atuarial de 2009 conforme tabela a seguir:

Tabela nº 3 - Hipóteses atuariais alteradas

HIPÓTESE	2009	2010
Taxa de crescimento real do salário de participação	2,41% a.a.	2,71% a.a.

As demais hipóteses e parâmetros foram mantidos sem alteração.

A idade média do grupo de participantes, associada ao número pouco expressivo de desligamentos antes do preenchimento dos requisitos de elegibilidade ao benefício pleno, a opção pelo conservadorismo e, principalmente, por ser uma massa de participantes saldada, constituem instrumentos balizadores da adoção da hipótese de rotatividade nula.

Ressalta-se que a taxa de crescimento real do salário de participação é adotada exclusivamente nos cálculos projetados dos benefícios de pecúlio a serem pagos aos beneficiários dos participantes e autopatrocinados falecidos.

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do REG/REPLAN, modalidade saldada, são as seguintes:

Tabela nº 4 - Premissas e hipóteses

HIPÓTESE/PREMISSA	DESCRIÇÃO
Hipóteses Biométricas	
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Hunter
Tábua de rotatividade	Nula
Tábua de mortalidade RGPS	IBGE-2004
Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa real anual de juros	5,5%
Indexador do plano	INPC/IBGE
Projeção de crescimento real anual dos salários	2,71%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0%
Projeção do crescimento real de benefícios do INSS	0%
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%
Teto do INSS para contribuição	-
Teto do INSS para benefício	-
Salário mínimo	-

Hipóteses Demográficas	
Idade de aposentadoria	O maior valor entre a idade atual e 53 anos, se do sexo masculino, ou 48 anos, se feminino
Maioridade dos pensionistas e dependentes temporários	24 anos
Idade de entrada em serviço no INSS	18 anos
Composição familiar para o cálculo das pensões	Participantes ativos: considera que 75% são casados na data da aposentadoria e esposa 4 (quatro) anos mais jovem Assistidos e Beneficiários de Pensão: utiliza as informações dos dependentes informadas no cadastro

* Utilizada para a definição do benefício saldado em 31/08/2006.

1. MARGEM DE ERRO

Entende-se por margem de erro o percentual apurado por meio da razão da diferença entre os eventos observados e esperados.

Considerando que esse instrumento espelha uma análise isolada de um único ano, não constitui base decisiva que justifique a alteração de qualquer uma das premissas ou hipóteses adotadas nos cálculos, ainda que observados percentuais elevados.

Tendo em vista a elaboração de testes estatísticos de aderência das premissas e hipóteses utilizadas, e que ocorrências do ano de 2010 foram contempladas no referido estudo, tornou-se desnecessária a apuração das margens de erro para o ano que antecedeu esta avaliação atuarial.

APURAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresentamos a seguir, com base em valores posicionados em 31/12/2010, o Ativo Líquido do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade saldada:

Tabela nº 5 - Composição do patrimônio

	Em R\$:
Ativo Bruto	36.843.172.099,34
Exigível Operacional (-)	904.697.217,02
Exigível Contingencial (-)	462.179.925,70
Fundo Previdencial	2.559.827.228,84
Fundo Administrativo (-)	82.728.531,91
Fundo de Investimento (-)	25.614.837,47
Ativo Líquido (=)	32.808.124.358,40

EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base em informações cadastrais, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade saldada, totaliza R\$ 32.565.821.523,84 conforme segue:

Tabela nº 6 - Reservas matemáticas

	Em R\$:
Exigível Atuarial (=)	32.565.821.523,84
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	15.471.010.083,63
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	17.094.811.440,21

Além das provisões matemáticas, o exigível atuarial é constituído pelos seguintes Fundos Previdenciais: Fundo para Revisão de Benefício Saldado, Fundo de Acumulação de Benefícios e Fundo para Ajuste de Taxa de Juros, representando R\$ 759.598.980,56, R\$ 1.298.706.638,74 e R\$ 501.521.609,54, respectivamente, cuja soma, em 31/12/2010, monta R\$ 2.559.827.228,84.

O Fundo para Revisão de Benefício Saldado, conforme art. 115 do regulamento do plano de benefícios, será formado pelo resultado financeiro equivalente a 50% do que exceder a meta atuarial. Por um período indeterminado, a taxa atualmente praticada para a formação deste fundo será de até 90%, cuja finalidade é recuperar mais rapidamente as perdas e proventos decorrentes do impacto do reajuste do benefício pago pelo INSS ao longo dos anos, que refletiu negativamente nas suplementações pagas pela FUNCEF.

O Fundo de Acumulação de Benefícios está previsto no art. 118 do regulamento do plano de benefício, que, segundo esse dispositivo, corresponde a acumulação do valor individual dos benefícios devidos aos participantes elegíveis ao benefício programado pleno, enquanto não o requererem.

Já o Fundo para Ajuste de Taxa de Juros foi constituído neste mês para provisionar o valor necessário para reduzir a taxa real anual de juros, utilizada para apurar os compromissos do plano, cuja finalidade é se adequar à tendência de longo prazo da taxa real de juros da economia brasileira, em especial à expectativa de retorno dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela FUNCEF, conforme o PA GEMAC 001/11, elaborado pela Gerência de Macroalocação de Recursos e Cenários - GEMAC.

Na tabela abaixo, está demonstrado o valor do resultado acumulado do exercício de 2010:

Tabela nº 7 - Situação atuarial

	Em R\$:
Ativo Líquido	32.808.124.358,40
Exigível Atuarial (-)	32.565.821.523,84
Superávit (=)	242.302.834,56

O Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade saldada, gerou Superávit Técnico acumulado no valor de R\$ 242.302.834,56, posicionado em 31/12/2010, tendo sido influenciado pela *performance* dos investimentos.

Foi realizado estudo para averiguar a capacidade do plano de benefícios honrar os compromissos do exercício de 2010, cuja análise está fundamentada no confronto dos recursos financeiros (Ativo Líquido) com as despesas com benefícios previdenciários projetadas no fluxo atuarial previsto para o referido período, correspondendo respectivamente a R\$ 32,6 bilhões e R\$ 1,7 bilhões.

COMPARATIVO DE RESULTADOS

Em comparação aos anos de 2007 e 2008, apresentamos na tabela abaixo o valor do resultado acumulado do Plano de Benefícios.

Tabela nº 8 - Resultado financeiro-atuarial de 2008 a 2010

RESULTADO	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Déficit	2.094.064.068,13	-	-
Superávit	-	-	242.302.834,56

RENTABILIDADE

A rentabilidade do REG/REPLAN, modalidade saldada, auferida no período de janeiro a dezembro de 2010, foi de 17,28%, de acordo com informações fornecidas pela Gerência de Contabilidade e Programação Econômico-Financeira da Fundação.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, estruturadas atuarialmente, têm como meta de rentabilidade a taxa real de juros, acrescida da inflação do período, estimada pelo INPC/IBGE, cuja alíquota resultante para o ano de 2010 equivale a 12,32%.

Ao compararmos a meta atuarial de 12,32% com a rentabilidade efetiva do plano de 17,28%, verificamos uma diferença a maior de 4,42%.

PLANO DE CUSTEIO

Obedecendo às diretrizes do Regulamento do REG/REPLAN, modalidade saldada, onde está previsto o encerramento do financiamento dos benefícios cobertos pelo respectivo plano de benefícios, foram definidos percentuais de contribuição exclusivamente para custeio administrativo dos assistidos, incidentes sobre o total da folha de benefícios.

Necessário que se observe que as fontes de custeio podem ser: reembolso da patrocinadora; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial; e doações.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O custeio administrativo do plano é constituído por contribuição dos assistidos e da patrocinadora, que está prevista no art. 109, inciso II, do regulamento do plano. Essa contribuição é calculada sobre o valor do benefício saldado, paga de forma paritária entre assistidos e patrocinadora.

A taxa de custeio administrativo para o exercício de 2011 deve ser mantida em 2% da folha de benefícios, cabendo à patrocinadora e aos assistidos contribuir com 1% cada, vez que as projeções atuariais elaboradas para o referido exercício demonstraram ser suficiente para o custeio das despesas administrativas previstas.

A FUNCEF realizou estudos para identificar os impactos, bem como necessidade de adequações, relativos à Resolução CGPC nº 29, que definiu os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.

CONCLUSÃO

As provisões matemáticas representam a necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais, para que este plano de benefícios não tenha insuficiência de patrimônio, e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros de participantes e assistidos.

As premissas e hipóteses definidas neste parecer, bem como as metodologias de cálculo aplicadas e os resultados apurados, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a legislação em vigor e com as práticas atuariais nacional e internacionalmente aceitas, conforme atestado pela VESTING - Consultoria Financeira e Atuarial.

Ante ao exposto, conclui-se que a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade saldada, encontra-se superavitária, no montante de R\$ 242.302.834,56 (duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), apurada a partir do confronto do Ativo Líquido com as Provisões Matemáticas.

RECOMENDAÇÕES

Importante destacar a necessidade de estudos contínuos de aderência para teste das hipóteses demográficas, visando identificar, precipuamente, as tábuas biométricas que melhor se adéquem às características da população do Plano de Benefícios REG/REPLAN - Saldado, vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das premissas utilizadas para os cálculos.

Este é o parecer.

PARECER ATUARIAL – REG/REPLAN NÃO SALDADO

OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, Resolução MPAS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e Resolução MPAS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, patrocinado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, e administrado pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, em face da reavaliação atuarial anual, pertinente ao término do exercício de 2010.

BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na reavaliação está posicionada em 30/11/2010. As informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem as devidas modificações, foram consideradas satisfatórias.

Os dados pertinentes aos ativos são fornecidos pela patrocinadora CAIXA, e os relativos aos autopatrocinados e assistidos são de responsabilidade da Fundação.

1. FREQUÊNCIA DE PARTICIPANTES ATIVOS, AUTOPATROCINADOS E ASSISTIDOS

A distribuição da população vinculada ao Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, entre participantes ativos, autopatrocinados e assistidos, espelha o banco de dados utilizado.

Na tabela abaixo, estão apresentadas diversas estatísticas dos grupos abrangidos por este parecer atuarial.

Tabela nº 1 - Estatística descritiva - Posição em 31/12/2010

ESTATÍSTICA	ATIVOS/ AUTOPATROCINADOS	ASSISTIDOS	TOTAL
Quantidade	3.576	2.469	6.045
Idade média (anos)	49	59	54
Total dos salários/benefícios	R\$ 17.899.417,12	R\$ 6.577.167,49	R\$ 24.476.584,61
Média dos salários/benefícios	R\$ 5.005,43	R\$ 2.663,90	R\$ 4.049,06
Tempo méd. de patrocinadora (anos)	25	-	25
Qtde. - sexo masculino	1.814	778	2.592
Qtde. - sexo feminino	1.762	1.691	3.453

MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, conforme disposto no art. 2º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

Os regimes financeiros utilizados são os de Capitalização e Repartição Simples.

O regime financeiro de Capitalização prevê a acumulação de recursos durante um período específico para fazer face ao pagamento de benefícios futuros cobertos pelo plano de benefícios.

O regime financeiro de Repartição Simples prevê que as contribuições arrecadadas se destinam a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem neste mesmo período.

O método atuarial utilizado na determinação dos passivos atuariais da modalidade não saldada do REG/REPLAN é o Agregado.

Esse método tem como característica calcular o custo dos benefícios de forma agregada, ou seja, é apurada a diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros e o valor do patrimônio líquido do plano de benefícios, que representa os recursos já existentes na entidade, sendo que o resultado é dividido pelo somatório dos salários futuros que o participante terá até a data da aposentadoria programada.

A reserva matemática, por esse método, será a diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros e o valor presente das contribuições futuras, calculado com base no plano de custeio vigente na data da avaliação atuarial.

No método agregado, o custo do plano tende a se manter estável ao longo do tempo, exceto se houver desvios significativos entre as hipóteses atuariais e o comportamento efetivo das variáveis que elas representam.

Na próxima tabela, estão apresentados os regimes financeiros aplicados a cada benefício.

Tabela nº 2 - Regimes financeiros

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO
Suplementações de aposentadoria	Capitalização
Suplementação de pensão	Capitalização
Abono anual	Capitalização
Auxílio-funeral	Repartição Simples

HIPÓTESES E PARÂMETROS

A aderência das premissas e hipóteses é monitorada por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, seja ele morte, invalidez, rotatividade ou taxa de juros, estão de acordo com aquelas esperadas.

Foram realizados testes de aderência para as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial que objetivaram identificar a aderência das atuais hipóteses ou a necessidade de redefinições nos seus valores.

Os testes adotados se constituem em metodologia estatística, tendo sido eleito o teste de Qui-quadrado para a verificação da aderência, onde é testada como hipótese principal a existência de aderência entre os valores observados para cada hipótese ao longo de um período e os valores teóricos utilizados na avaliação atuarial.

As premissas de rotatividade e crescimento real de salários foram alvo de manifestação da patrocinadora CAIXA por meio do OFÍCIO nº 94/2010/GENEP, de acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006.

Foram alteradas hipóteses em comparação com a reavaliação atuarial de 2009 conforme tabela a seguir:

Tabela nº 3 - Hipóteses atuariais alteradas

HIPÓTESE	2009	2010
Taxa de crescimento real do salário de participação	2,41% a.a.	2,71% a.a.
Tábua de mortalidade do IBGE	2008	2009

As demais hipóteses e parâmetros foram mantidos sem alteração.

No desenvolvimento da avaliação atuarial do REG/REPLAN, considerou-se a abordagem de grupo fechado, ou seja, não foi usada a premissa de novos entrados no plano, dado que essa modalidade do plano está fechada a novas adesões.

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do Reg/Replan, modalidade não saldada, são as seguintes:

Tabela nº 4 - Premissas e hipóteses

HIPÓTESE/PREMISSA	DESCRIÇÃO
Hipóteses Biométricas	
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Hunter
Rotatividade	Nula
Tábua de mortalidade RGPS	IBGE-2009
Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa real anual de juros	5,5%
Indexador do plano	INPC/IBGE
Projeção de crescimento real anual dos salários	2,71%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	1%
Projeção do crescimento real de benefícios do INSS	0%
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%
Teto do INSS para contribuição	R\$ 3.467,40
Teto do INSS para benefício	R\$ 3.242,82
Salário mínimo	R\$ 510,00

Hipóteses Demográficas	
Idade de aposentadoria	O maior valor entre a idade atual e 53 anos, se do sexo masculino, ou 48 anos, se feminino
Maioridade dos pensionistas e dependentes temporários	21 anos
Idade de entrada em serviço no INSS	18 anos
Composição familiar para o cálculo das pensões	Participantes Ativos: considera que 75% são casados na data da aposentadoria e esposa 4 (quatro) anos mais jovem Assistidos e beneficiários de pensão: utiliza as informações dos dependentes informadas no cadastro

1. MARGEM DE ERRO

Entende-se por margem de erro o percentual apurado por meio da razão da diferença entre os eventos observados e esperados.

Considerando que esse instrumento espelha uma análise isolada de um único ano, não constitui base decisiva que justifique a alteração de qualquer uma das premissas ou hipóteses adotadas nos cálculos, ainda que observados percentuais elevados.

Tendo em vista a elaboração de testes estatísticos de aderência das premissas e hipóteses utilizadas, e que ocorrências do ano de 2010 foram contempladas no referido estudo, tornou-se desnecessária a apuração das margens de erro para o ano que antecedeu esta avaliação atuarial.

APURAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresentamos a seguir, com base em valores posicionados em 31/12/2010, o Ativo Líquido do Plano de Benefícios Reg/Replan, modalidade não saldada:

Tabela nº 5 - Composição do patrimônio

	Em R\$:
Ativo Bruto	3.771.427.975,58
Exigível Operacional (-)	115.268.778,62
Exigível Contingencial (-)	107.639.888,79
Fundos Previdenciais	52.466.573,64
Fundo Administrativo (-)	4.531.450,21
Fundo de Investimento (-)	1.670.639,54
Ativo Líquido (=)	3.489.850.644,78

EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base em informações cadastrais, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, totaliza R\$ 3.346.181.221,66, que, subtraída a Reserva a Amortizar de Serviço Passado, resulta no valor final de R\$ 3.345.609.868,09 conforme segue:

Tabela nº 6 - Reservas matemáticas

	Em R\$:
Exigível Atuarial (=)	3.345.609.868,09
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	1.226.562.861,73
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	2.119.618.359,93
Serviço Passado (-)	571.353,57

Além das provisões matemáticas, o exigível atuarial é constituído pelo Fundo Previdencial para Ajustes Futuros e Fundo para Ajuste de Taxa de Juros, cujos saldos provisionados em 31/12/2010 são de R\$ 6.753.406,05 e R\$ 45.713.167,59, respectivamente.

O Fundo Previdencial para Ajustes Futuros tem por objetivo constituir a provisão matemática necessária ao Plano para arcar com recursos equivalentes aos acréscimos de 10,79% e 4% atribuídos ao saldamento, resguardando, dessa forma, a lógica do rateio patrimonial e a isonomia entre os participantes e assistidos.

Esse fundo representa, atualmente, o valor resultante da reversão ocorrida em novembro de 2010 por conta da finalização do processo de saldamento, cujo impacto observado foi a redução de aproximadamente 99% do valor contabilizado em outubro do mesmo ano, permanecendo somente 1% da respectiva quantia para custos associados às pendências desse processo.

Já o Fundo para Ajuste de Taxa de Juros foi constituído neste mês para provisionar o valor necessário para reduzir a taxa real anual de juros, utilizada para apurar os compromissos do plano, cuja finalidade é se adequar à tendência de longo prazo da taxa real de juros da economia brasileira, em especial à expectativa de retorno dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela FUNCEF, conforme o PA GEMAC 001/11, elaborado pela Gerência de Macroalocação de Recursos e Cenários - GEMAC.

Na tabela abaixo informada, foi apurado o valor do resultado acumulado do exercício de 2010:

Tabela nº 7 - Resultado financeiro-atuarial

	Em R\$:
Ativo Líquido	3.489.850.644,78
Exigível Atuarial (-)	3.345.609.868,09
Superávit (=)	144.240.776,69

O Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, gerou Superávit Técnico acumulado no valor de R\$ 144.240.776,69, posicionado em 31/12/2010, tendo sido influenciado pelas razões abaixo relacionadas:

Performance dos investimentos;

Reversão do valor de R\$ 554,816 mil do fundo para ajustes futuros ocorrida em novembro/2010.

Foi realizado estudo para averiguar a capacidade de o plano de benefícios honrar os compromissos do exercício de 2011, cuja análise está fundamentada no confronto dos recursos financeiros (Ativo Líquido) com as despesas com benefícios previdenciários projetadas no fluxo atuarial previsto para o referido período, correspondendo respectivamente a R\$ 3,4 bilhões e R\$ 144 milhões.

COMPARATIVO DE RESULTADOS

Em comparação aos anos anteriores, apresentamos na tabela abaixo o valor do resultado acumulado do Plano de Benefícios.

Tabela nº 8 - Resultado financeiro-atuarial de 2008 a 2010

RESULTADO	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Déficit	364.424.380,48	287.971.259,14	-
Superávit	-	-	144.240.776,69

RENTABILIDADE

A rentabilidade do REG/REPLAN, modalidade não saldada, auferida no período de janeiro a dezembro de 2010, foi de 16,61%, de acordo com informações fornecidas pela Gerência de Contabilidade e Programação Econômico-Financeira da Fundação.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, estruturadas atuarialmente, têm como meta de rentabilidade a taxa real de juros, acrescida da inflação do período, estimada pelo INPC/IBGE, cuja alíquota resultante para o ano de 2010 equivale a 12,32%.

Ao compararmos a meta atuarial de 12,32% com a rentabilidade efetiva do plano de 16,61%, verificamos uma diferença a maior de 3,82%.

PLANO DE CUSTEIO

Obedecendo as diretrizes do Regulamento do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, foram definidos percentuais de contribuição para a patrocinadora, participantes ativos, autopatrocinados e assistidos, com base na razão entre o custo total do plano e o total da folha salarial.

O plano de custeio recomendado para o exercício de 2011 está apresentado na tabela nº 9, onde constam as taxas de contribuição a serem praticadas pelos participantes ativos, assistidos e patrocinadora.

A arrecadação total prevista com a aplicação desses percentuais de contribuição tem como objetivo espelhar o custo total do plano, que representa 14,53% nesta avaliação.

Seguem abaixo os percentuais de contribuição recomendados para serem aplicados no exercício de 2011, escalonados de acordo com o teto do INSS vigente da data da avaliação atuarial.

Tabela nº 9 - Plano de custeio recomendado

REMUNERAÇÃO	ALÍQUOTA
Até R\$ 1.733,70	3,00%
De R\$ 1.733,70 até R\$ 3.467,39	5,00%
A partir de R\$ 3.467,40	13,92%

As contribuições da patrocinadora CAIXA serão idênticas ao somatório das contribuições dos participantes, respeitando-se o princípio da paridade contributiva, cuja alíquota média projetada foi de 7,27%, podendo esse percentual variar, de acordo com o comportamento da massa salarial dos participantes ativos durante o período de vigência do plano de custeio a ser implementado.

Vale ressaltar que, para a definição do novo custeio, o teto do INSS utilizado (R\$ 3.467,40) está no valor pico, ou seja, foi atualizado desde a última data-base de reajuste pelo índice econômico do plano, resultando no valor de R\$ 3.669,56.

Ademais, importante destacar que a alteração do método de financiamento ocorrida em novembro/2010, quando se passou a utilizar o Agregado ao invés do Crédito Unitário Projetado - PUC, conjugada com a reversão do Fundo para Ajustes Futuros referenciada no item 7 deste parecer, proporcionaram a manutenção do atual custeio do plano, sendo, dessa forma, as taxas recomendadas iguais às aquelas atualmente praticadas conforme tabela abaixo:

Tabela nº 10 - Plano de custeio vigente

REMUNERAÇÃO	ALÍQUOTA
Até R\$ 1.733,70	3,00%
De R\$ 1.733,70 até R\$ 3.467,39	5,00%
A partir de R\$ 3.467,40	13,92%

Opcionalmente, o plano de custeio aqui recomendado poderá ser adotado a partir de 01/04/2011, dia seguinte ao término do período legal de encaminhamento deste demonstrativo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, sem alterar a situação financeiro-atuarial do plano, haja vista que o interregno de tempo de três meses de arrecadação das contribuições, apuradas a partir dos percentuais de custeio sugeridos, em relação à data da avaliação atuarial, será adicionado ao término do exercício de 2011, quando serão propostas novas alíquotas.

Necessário se observe que as fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição da patrocinadora; reembolso da patrocinadora; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial; e doações.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A taxa de custeio administrativo é parte integrante do custo total do plano, sendo apurada a partir da premissa de 4,75% das contribuições vertidas por participantes e assistidos.

Esse percentual foi apurado com base nas diretrizes estabelecidas na Resolução CGPC nº 29, que definiu os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.

CONCLUSÃO

As provisões matemáticas representam a necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais, para que este plano de benefícios não tenha insuficiência de patrimônio, e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros de participantes e assistidos.

As premissas e hipóteses definidas neste parecer, bem como as metodologias de cálculo aplicadas e os resultados apurados, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a legislação em vigor e com as práticas atuariais nacional e internacionalmente aceitas, conforme atestado pela VESTING - Consultoria Financeira e Atuarial.

Ante ao exposto, conclui-se que a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, encontra-se superavitária, no montante de R\$ 144.240.776,69 (cento e quarenta e quatro milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos), apurada a partir do confronto do Ativo Líquido com as Provisões Matemáticas.

RECOMENDAÇÕES

A patrocinadora, responsável pela definição das hipóteses de crescimento real de salário e rotatividade, conforme versa o item 1.1 do regulamento anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006, deverá continuar acompanhando constantemente a evolução da massa de participantes, com a finalidade de fundamentar a experiência declarada.

Importante destacar a necessidade de estudos contínuos de aderência para teste das hipóteses demográficas, visando identificar, precipuamente, as tábuas biométricas que melhor se adéquem às características da população do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade não saldada, vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das premissas utilizadas para os cálculos.

Recomendamos a manutenção das taxas de custeio praticadas atualmente e apresentadas neste parecer para o exercício de 2011, cujo intuito é arrecadar o montante necessário para atingir o nível de financiamento dos benefícios previsto para o ano, de acordo com o método atuarial atualmente utilizado, dada a modalidade de benefício definido do plano, além de garantir o valor necessário para o pagamento das despesas administrativas correntes.

Adicionalmente, ressalta-se que a adoção dos percentuais de custeio aqui recomendados contribui para que o plano mantenha sua capacidade de arcar com o pagamento dos benefícios previstos em regulamento.

Este é o parecer.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 - Balanços Patrimoniais Consolidados

Quadro 2 - Demonstração das Mutações do Ativo Líquido (DMAL) Consolidadas

Quadro 3 - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada

Notas explicativas que integram as demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas da Mutação do Ativo Líquido e do Plano de Gestão Administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da FUNCEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da FUNCEF para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da FUNCEF. As demonstrações financeiras acima referidas representam, na essência, a consolidação dos registros contábeis individuais de cada um dos planos privados de benefícios instituídos sob a responsabilidade da FUNCEF. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada dos diversos planos privados de benefícios, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item nº 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC). Assim, não estamos expressando opinião sobre as demonstrações do ativo líquido por plano de benefício, sobre as mutações do ativo líquido por plano de benefício, e sobre as obrigações atuariais por plano de benefício, ou das informações individuais contidas nas notas explicativas. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNCEF em 31 de dezembro de 2010, a evolução do ativo líquido consolidado, bem como a composição do seu plano de gestão administrativa consolidada para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

ÊNFASES EM RELAÇÃO À VALORIZAÇÃO DE DETERMINADOS ATIVOS FINANCEIROS

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 (d) às demonstrações financeiras, que demonstram os investimentos da FUNCEF em ações, no montante total de R\$ 4.805.155 mil, dos quais R\$ 20.569 mil e R\$ 413.695 mil estão representados por ações da CTX Participações e Telemar Participações S/A,

respectivamente, os quais não possuem negociação frequente em mercado ativo e estão registrados ao custo de aquisição da última negociação ocorrida em leilão público. A administração da FUNCEF, amparada por estudo interno elaborado por especialistas, entende que a adoção dessa política seria mais razoável de acordo com as circunstâncias e o valor registrado em 31 de dezembro de 2010 corresponde à melhor estimativa do valor justo das referidas ações, não obstante os fatos relevantes divulgados ao mercado após a data das transações ocorridas nesse leilão público. Em função do julgamento da administração da FUNCEF utilizado para mensuração dos valores justos, quando da efetiva realização desses investimentos, os valores podem vir a ser diferentes daqueles registrados.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 (e), que demonstra a composição dos investimentos em fundos de investimentos financeiros no montante de R\$ 17.412.078 mil, dos quais R\$ 7.838.944 mil são oriundos da participação da FUNCEF em cotas do fundo de investimento em ações denominado “Carteira Ativa II” que está valorizado por meio de laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por empresa especializada, considerando que as ações que compõem o referido fundo de investimento não possuem negociação frequente em mercado ativo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010, a reavaliação do referido laudo refletiu um resultado positivo registrado na demonstração do resultado no montante de R\$ 2.207.193 mil. Tendo em vista que a mensuração do referido montante foi efetuada por meio da utilização de técnicas que são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa, quando da efetiva realização desse investimento, os valores podem vir a ser diferentes daqueles registrados.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ÊNFASE SOBRE O CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, considerando que a FUNCEF encontra-se em processo de reformulação de determinados procedimentos internos visando ao aprimoramento dos critérios de reconhecimento contábil, dos controles internos, das bases de mensuração e divulgação aplicáveis às provisões contingenciais passivas, visando dar conformidade ao estabelecido pela Resolução nº 1.176/09 do Conselho Federal de Contabilidade. Contudo, a administração da FUNCEF, elaborou estudo interno de aderência das provisões contingenciais por meio dos desembolsos históricos em comparação aos valores originalmente provisionados e entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas em processos judiciais de natureza previdencial, administrativas e de investimentos. As demonstrações financeiras não contemplam quaisquer ajustes, se houverem, decorrentes da conclusão do processo de aprimoramento dos controles internos do passivo contingencial que, conforme plano de atividades interno, está previsto para o término do exercício de 2011. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ÊNFASE SOBRE A APRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

De acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) foram alteradas a

partir de 2010. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 são originários do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado e do fluxo financeiro desse exercício, sobre os quais foi emitido parecer sem ressalvas, examinado por outros auditores independentes, datado de 12 de fevereiro de 2010. Esses valores correspondentes estão sendo apresentados de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Brasília, 30 de março de 2011.

Marcelo Faria Pereira

Sócio-contador

CRC 1RJ077911/O-2 “S” DF

BDO Auditores Independentes

CRC 2SP013439/O-5 “S” DF

PARECER 002/11
CONSELHO FISCAL

Brasília, 30 de março de 2011

O Conselho Fiscal da FUNCEF, consoante com o disposto no inciso II do artigo 44 do Estatuto da FUNCEF, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31.12.2010, compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com 2009; a Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por plano de benefícios, comparativa com 2009; Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, consolidada e por plano de benefícios, comparativa com 2009; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA consolidada, comparativa com 2009; Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios - DOAP comparativa com 2009; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; e Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA, relativo a cada plano de benefícios. Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício, dos pareceres do atuário interno, relativos a cada plano de benefícios, e da auditoria externa BDO Auditores Independentes, o Conselho é de opinião que as demonstrações atuariais e contábeis estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial, do resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2010, razão pela qual encaminha ao Conselho Deliberativo da Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, com parecer favorável à sua aprovação.

CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA LEITE
Presidente

ANTOCI NETO DE ALMEIDA
Conselheiro

HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
Conselheiro

SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES
Conselheiro

PARECER 001/11

CONSELHO DELIBERATIVO

Brasília, 30 de março de 2011

vação dos Economiários Federais - FUNCEF, em cumprimento ao disposto no inciso XV do artigo 32 do Estatuto da FUNCEF e considerando a manifestação da auditoria externa, BDO Auditores Independentes, consignada no Parecer dos Auditores Independentes de 25.02.2011; os pareceres do atuário interno relativos a cada plano de benefícios; e o Parecer do Conselho Fiscal da FUNCEF, datado de 30.03.2011, e, uma vez que os dados refletem adequadamente a posição patrimonial da FUNCEF, **aprovou** as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com 2009; a Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por plano de benefícios, comparativa com 2009; Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, consolidada e por plano de benefícios, comparativa com 2009; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, consolidada, comparativa com 2009; Demonstração das Obriga  es Atuariais do Plano de Benefícios - DOAP comparativa com 2009; Notas Explicativas   s Demonstra  es Contábeis consolidadas; e Demonstrativo dos Resultados da Avalia  o Atuarial - DRAA, relativo a cada plano de benefícios.

MARCOS ROBERTO VASCONCELOS
Presidente

  DILO RICARDO VALADARES
Conselheiro

FABIANA CRISTINA MENEGUELE MATHEUS
Conselheira

OLÍVIO GOMES VIEIRA
Conselheiro

JOSÉ MIGUEL CORREIA
Conselheiro

TIAGO NUNES DE FREITAS DAHDAH
Conselheiro

ALTERAÇÃO nos Regulamentos e no Estatuto

ALTERAÇÃO NOS REGULAMENTOS

Não houve alteração nos Regulamentos dos planos de benefícios em 2010.

ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA FUNCEF

Não houve alteração no Estatuto da FUNCEF no exercício 2010.





SCN Qd. 2 - Bl. A - 12º e 13º andares - Ed. Corporate Financial Center
CEP: 70712-900 - Brasília/DF - Central de Atendimento: 0800 706 9000
www.funcef.com.br